



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

SOFIA OLIVEIRA DE BARROS CORREIA

**TERRITORIALIDADE DISCURSIVA E ACESSO À ÁGUA NA CÂMARA
CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO**

Recife
2020

SOFIA OLIVEIRA DE BARROS CORREIA

**TERRITORIALIDADE DISCURSIVA E ACESSO À ÁGUA NA CÂMARA
CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Coorientador: Prof. Dr. Hugo Arruda de Moraes.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C824t Correia, Sofia Oliveira de Barros.
 Territorialidade discursiva e acesso à água na Câmara Consultiva Regional do
 Submédio São Francisco / Sofia Oliveira de Barros Correia. – 2020.
 171 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.
 Coorientador: Prof. Dr. Hugo Arruda de Moraes.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2020.
 Inclui referências e apêndices.

 1. Meio ambiente. 2. Água. 3. Democracia. 4. Discurso. 5. Agronegócio. I.
 Castilho, Cláudio Jorge Moura de (Orientador). II. Moraes, Hugo Arruda de
 (Coorientador). III. Título

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-113)

SOFIA OLIVEIRA DE BARROS CORREIA

TERRITORIALIDADE DISCURSIVA E ACESSO À ÁGUA NA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em 02/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho. (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a Valéria Sandra de Oliveira Costa. (Titular Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a Werônica Meira de Souza. (Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a Maristela de Oliveira Andrade. (Titular Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Otávio Augusto Alves dos Santos. (Titular Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos os seres que compõem o planeta Terra. Dedico-o, carinhosamente, àqueles seres calados, subjugados, oprimidos pelos que se dizem perfeitos, exemplares, santos e vencedores, verdadeiros destruidores da diversidade, da autenticidade e da espontaneidade dos seres desse mundo. Dedico-o ao rio São Francisco que, sufocado, persiste mantendo vida no Semiárido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Paulo (Mufula) e Margareth (Baixinha), pelo constante apoio e apreço pela minha formação e por, simplesmente, vivenciarem a vida junto comigo, eu não seria quem sou caso meus pais fossem outros. Dedico este título à minha mãe, pois não pôde realizar o seu doutorado por um motivo machista vindo da banca. Agradeço à minha irmã, por assegurar a logística das viagens à Recife e pela escuta amorosa. Agradeço ao meu filho, Nahinã, pelo acolhimento e pela compreensão diante dessa prolongada missão que é a construção, gestação de uma tese, nosso amor é tudo isso, meu filho. Agradeço ao meu querido Celso por favorecer um ambiente leve, amoroso e alegre para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu amado amigo Luciano, por estar sempre ao meu lado, incentivando como ser humano e como cientista. Agradeço ao meu amigo Acassio por dar suporte na parte metodológica, de grande valor.

Agradeço ao professor Castilho, pela abertura nas conversas, por ter-me deixado voar, mas trazendo-me ao chão, quando necessário foi.

Agradeço, imensamente, a todos os integrantes da CCR Submédio SF que fizeram parte da pesquisa, pela confiança, pela colaboração e disposição sincera perante o trabalho. Agradeço ao amigo-professor Gilmar, pelas conversas políticas, pela orientação e apoio diante da imensidão que é a história local.

Agradeço a todos os professores que avaliaram e contribuíram para a elaboração coerente e adequada deste trabalho: Hugo Morais, Vanice Selva, Valéria Costa, Maristela Andrade e Alícia Gonçalves e Otávio dos Santos.

Agradeço a CAPES por tornar possível as viagens, o campo e meu tempo dentro de casa por meio da bolsa de doutorado.

Agradeço, carinhosamente, à secretária de nosso programa Solange, a Sol, por toda a dedicação, esforço, presença e efetividade em suas atividades.

Por fim, agradeço a todos os seres humanos, seres vivos, não vivos que fizeram parte direta ou indiretamente dessa criação recriada, individuada, sobre o contexto de acesso à água na região do Submédio São Francisco.

Rios sem Discurso

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada:
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

*

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez:
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.

(MELO NETO, 1994, p.350-351)

RESUMO

A fim de compreender melhor a função político-social da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco no processo de construção e de recriação da democracia no Brasil, a presente pesquisa trouxe como tema central: o dos limites do respeito à diversidade discursiva no que tange ao risco quando se questiona sobre o acesso a um bem essencial à vida na Terra, a água. No decorrer do processo de pesquisa, a questão a ser esclarecida foi: em que medida a atual conformação da CCR Submédio SF favorece a livre expressão da diversidade discursiva? A hipótese formulada foi a de que as discussões na CCR do Submédio SF em torno do risco, quando se pensa no acesso à água pela população da região, reproduz um padrão de homogeneidade discursiva favorável aos interesses econômicos. O objetivo geral desta tese foi de valorizar os discursos dos representantes titulares da CCR Submédio SF, considerando suas concepções de risco quanto ao acesso à água na região. No que tange aos objetivos específicos, delimitou-se os seguintes: elaborar o histórico da CCR Submédio SF; identificar o discurso dominante sobre o risco e explicar a territorialidade discursiva no ambiente da CCR Submédio SF. Foram entrevistados 13 representantes titulares para a construção do corpus discursivo, aplicados questionários para o delineamento de perfil do grupo, além de uma extensa pesquisa de documentos oficiais da instituição para contemplar tais objetivos. A partir da Análise de Discurso Crítica e do conceito de Territorialidade Discursiva, chegou-se à materialidade dos discursos estudados. Demonstrou-se como discurso dominante aquele que denuncia a irrigação como atividade que pratica uso abusivo e não controlado de água na região, diferente do discurso oficial dominante de cunho, também, nacional. A territorialidade discursiva da Câmara se caracteriza como ativa, visto que quando se aponta a irrigação como risco, tem-se um discurso bem estruturado, apresentando elementos de denúncia da hegemonia. Contudo, foi possível delinear a diversidade discursiva e as contradições intrínsecas do território de ação dos membros da CCR Submédio SF.

Palavras-chave: Discurso. Água. Democracia. Risco. Agronegócio.

ABSTRACT

For better understand about the San Francisco Submedia Advisory Chamber (CCR Submídia SF) political-social function in the process of building and recreating democracy in Brazil, this research has brought as a central theme: the limits of discursive diversity respect when it comes to risk about the access to an essential good to life on Earth, water. In the course of the research process, the question to be clarified was: does the current conformation of CCR Subimédia SF favor a free expression of discursive diversity? The hypothesis formulated was that the discussions in the CCR Submídia SF around risk, when thinking about water access by the regional population, may reproduce a discursive homogeneity favorable to economic interests. The general objective of this thesis was to value the discourses of representatives in the CCR Submídia SF, considering their risk conceptions about the water access in the region. With regard to specific objectives, the following were limited: to elaborate the history of submídia CCR SF; identify the dominant discourse on risk and explain the discursive territoriality in the environment of the Submedium CCR SF. Were interviewed 13 representatives for the construction of the discursive corpus, questionnaires were applied for design the profile group and an extensive research of official documents of the institution was made to contemplate such objectives. The Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2001) and the concept of Discursive Territoriality (MORAES, 2017) led to the materiality of the discourses studied. Was demonstrated a dominant discourse that points to irrigation as an abusive activity and uncontrolled use of water, different of to the nacional dominant oficial discourse. The CCR discursive territoriality is characterized as active, since when irrigation is pointed out as a risk, there is a well-structured discourse, presenting elements of denunciation of hegemony. However, it was possible to delineate the discursive diversity and the intrinsic contradictions in territory on CCR members actions.

Keywords: Discurse. Water. Democracy. Risk. Agro-business.

LISTA DE SIGLAS

ADC	ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA
AGB-PV	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS
ANA	AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS
APAC	AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUA E CLIMA
BNB	BANCO DO NORDESTE
CEP	COMITÊ DE ÉTICA DA UFPE
CEEIBH	COMITÊ ESPECIAL DE ESTUDOS INTEGRADOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS
CBHS	COMITÊ DE BACIA DE RIOS AFLUENTES
CBHSF	COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO
CCR SUBMÉDIO SF	CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO
CNRH	CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
COVASF	COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CODEVASF	COMPANHIA DE ENERGIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO
COMPESA	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO
CONEP	COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA
CHESF	COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO

DIREC	DIRETORIA COLEGIADA DO CBHSF
DNOCS	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ECO-92	CONFERÊNCIA DA NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMBASA	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
ENCOB	ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIA
ETA	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
GMA	GERÊNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
GTDN	GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOCIÊNCIAS E ESTATÍSTICA
ICOFORT	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES LTDA
IFOCS	INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS
IPCC	PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

IRPPA	INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA
MBA	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
MMA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
NEMUS	EMPRESA DE GESTÃO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
ODS	OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ONU	NAÇÕES UNIDAS
PMSB	PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
PNRH	POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
PRH	PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS
RSA	RISCO SOCIALMENTE ACEITÁVEL
SEMARH	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SERGIPE
SNGRH	SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS
SUDENE	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
SUVALE	SUPERINTENDÊNCIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO UFPE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVASF	SUPERINTENDÊNCIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	BASES EPISTÊMICAS DA PESQUISA.....	19
2.1.1	O discurso como prática social.....	23
2.1.2	Território e territorialidade.....	25
2.1.3	Territorialidade discursiva.....	29
2.2	MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A CRISE HÍDRICA NO BRASIL.....	31
2.2.1	A prudência do discurso sobre o risco.....	34
2.2.2	O discurso oficial sobre a seca e as políticas públicas de gestão hídrica no Semiárido nordestino.....	36
2.2.3	A economia e o domínio dos coronéis.....	48
3	METODOLOGIA.....	55
3.1	DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	56
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	74
3.2.1	Instrumentos.....	76
3.2.2	Caracterização da análise de discurso crítica.....	77
3.2.2.1	<i>Técnica de coleta dos discursos.....</i>	<i>78</i>
3.2.2.2	<i>Análise e tratamento dos discursos.....</i>	<i>78</i>
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
4.1	COMITÊ DE BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO.....	83
4.1.1	Criação.....	83
4.1.2	Estrutura.....	86
4.1.3	Atuação.....	91
4.2	CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: os discursos ditos neste espaço.....	101
4.3	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REPRESENTANTES.....	124
4.4	ENTRE A DIVERSIDADE E O CONTROLE DISCURSIVO.....	127
4.4.1	A identificação do discurso dominante.....	128
4.4.2	A descrição e a interpretação dos discursos.....	129
4.4.3	A explicação da <i>territorialidade discursiva</i>	145
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154

REFERÊNCIAS	156
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	167
APÊNDICE B - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS	168
APÊNDICE C - SÍNTESE DAS REUNIÕES.....	169

1 INTRODUÇÃO

Da mesma maneira que os poços de água se encontram “mortos”, pois estão distantes do rio que mantém vida em suas águas, o rio depende de fios e dos “poços” d’água que o nutrem. Assim são as palavras, dependem de um discurso para comunicar, para trazer vida à unidade e ao todo: à fala e ao texto. O ser humano corta o rio em poços, dominando o curso da água-vida assim como, por meio da linguagem em discurso único sobre a seca, ele controla vidas restringindo o acesso à água no Semiárido nordestino, alegando combate sobre a “catástrofe”. E essa voz imposta, “salvadora”, cala outros discursos que não possuem legitimidade histórica e monetária para ter força. Este contexto exposto pelo poema “Rios sem Discurso” (MELO NETO, 1994), faz-se presente em relatos neste trabalho e refletem a repetição de um passado de desigualdades e opressão na região do Vale do São Francisco.

A história do Semiárido nordestino, onde está situado o Vale, é aquela do controle das elites sobre a água. Este ambiente, em sua estrutura e fenômenos naturais, traz a particularidade de sobrevivência na escassez, desafiando a produção de excedentes, base do capitalismo, sistema econômico hegemônico que se estrutura sob as desigualdades sociais. Destarte, o ser humano demonstrou ser capaz de se adaptar a este ambiente, sem partilhar deste elemento de forma justa. Compreende-se que as leis ambientais e de gestão da água têm potencial de favorecer o processo de democratização do acesso à água, desta forma, torna-se importante o estudo das instituições que foram criadas para executá-las, no intuito de problematizar sobre a coerência entre aquilo que é proposto em lei e aquilo que se concretiza por meio das ações dos seus gestores.

O rio São Francisco é diversidade de vida no Semiárido, suas águas estão em tudo que compõe a bacia, inclusive nas relações e na subjetividade dos povos que à habitam. Opará, o rio-mar, como denominado pelos povos indígenas da região, é berço de entidades espirituais, sua força não é só material, o mistério brota em suas águas, trazendo conhecimentos e coesão às lutas indígenas. O Velho Chico, como é popularmente chamado o São Francisco, também é companheiro das populações ribeirinhas mestiças, uma figura patriarcal, fruto do cristianismo arraigado na região. A diversidade na vivência do rio São Francisco, as relações que se misturam em

crenças indígenas, negras e brancas, como um belo sincretismo religioso que enriquece as linguagens e as imagens deste rio.

No entanto, o impulso desenvolvimentista neoliberal, a racionalidade imposta pelo capitalismo contemporâneo, construiu um outro olhar sobre o rio São Francisco. Reduzida a recurso hídrico, a sua água esvaziada de qualquer sentido orgânico, transcendente ou histórico, seu fluxo não compreendido como vital, foi cortado pelas hidrelétricas de Três Marias, Sobradinho, pelo Complexo de Paulo Afonso (com as unidades I, II, III e IV) e Xingó, dentre várias barragens, canalizações ocultas e legais, como a Transposição ou Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), além dos perímetros irrigados de sustento do agronegócio, da monocultura da fruta, da cana-de-açúcar, do peixe. A supressão de seus ecossistemas, o seu esquiteamento, fez do rio um depósito de venenos, agonizante.

O Submédio São Francisco se consolidou como uma região do Seminário que cresce e se desenvolve pela presença do rio. A Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco (CCR Submédio SF) é uma das instituições de gestão participativa que deveria representar os diversos segmentos sociais dos estados da Bahia e de Pernambuco. A instituição é parte do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), formado por integrantes dos estados de abrangência da bacia (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal).

A CCR Submédio SF tem caráter consultivo e deliberativo, é composta por 22 componentes titulares representantes das instituições públicas, tanto municipais quanto estaduais: aqueles cujos serviços estão diretamente associados à gestão de recursos hídricos; oriundos das instituições de ensino e pesquisa; a Agrovale como representante do setor industrial privado; as empresas privadas que fornecem serviços de destinação e tratamento de água; como também as associações de moradores, os sindicatos, as cooperativas e as comunidades tradicionais têm representação na instituição. Cada uma dessas instituições carrega em seus discursos os interesses dela mesma, assim como podem expressar os interesses particulares de certos representantes, delineando a gestão por meio destes discursos. E foram nessas formações de linguagem em que a pesquisadora se debruçou, à procura da coerência entre fala, prática e realidade.

A busca pela compreensão da função político-social da CCR Submédio SF desde sua criação, em 2011, bem como a sua atuação no processo de construção e de recriação da democracia no Brasil até o momento presente, em que o país passa

por um contexto de opressão e retrocesso no que tange à expressão da pluralidade política, é o que motiva na delimitação do **tema central** desta pesquisa: o dos limites do respeito à diversidade discursiva em um determinado processo de gestão pública da água, tendo como cerne do estudo o olhar sobre o acesso à água.

No âmbito deste tema, formulou-se a seguinte **questão**: em que medida a atual conformação da CCR Submédio SF favorece a livre expressão da diversidade discursiva, contemplando suas demandas? De tal forma que se possa contribuir para a construção de um processo de gestão de risco capaz de representar a complexidade de seu contexto regional, favorecendo o acesso democrático à água no Submédio São Francisco.

A **hipótese formulada** é a de que as discussões na CCR do Submédio SF em torno do risco, quando se pensa o acesso à água pela população da região, reproduzem o discurso oficial, ou seja, há homogeneidade discursiva que favorece uma elite detentora de poder e que controla a distribuição local de água, desvalorizando os discursos contra hegemônicos das minorias, como os das comunidades tradicionais, limitando o acesso à água destas populações.

O estudo é linguístico não puro, no sentido de estabelecer um vínculo profundo entre linguagem, sua expressão material nas ações humanas e no território. Trata-se de um aprofundamento do conhecimento sobre as práticas sociais destes representantes, institucionalizadas ou não, em tempos e espaços de composição de *territorialidades discursivas vivenciadas* pelos mesmos.

O “conceito de risco” é escolhido como dispositivo de análise dos discursos sobre o acesso à água para o enriquecimento da discussão, reconhecendo sua urgência diante da crise hídrica mundial e a pertinência do estabelecimento de uma gestão de riscos, nesta conjuntura. De acordo com Giddens (1991), o contexto moderno, complexo requer uma avaliação cuidadosa das circunstâncias que oferecem riscos por parte das instituições. Beck (1992) traz a noção de “sociedade do risco”, para denunciar os riscos do século XX que assumem dimensões globais e são ocultados pelas instituições que os produzem e por aquelas que os comunicam, como forma de manutenção de poder.

É importante esclarecer que a pesquisa não tem pretensão de estudar o risco do não acesso à água pela população da região ou de caracterizar o acesso, assim como não pesquisará, direta e totalmente, a gestão hídrica da CCR Submédio SF. O risco relacionado ao acesso à água foi definido por cada representante entrevistado

em suas falas, ou seja, a partir das suas concepções de risco é que se realizou o estudo dos discursos sobre o acesso à água. A intenção é de discutir o acesso hídrico como um dos objetivos de gestão que corre riscos de diversas ordens e que para serem solucionados, primeiramente, devem ser vistos e dimensionados pelos gestores da água, para que não cheguem a impactar ou, até mesmo, impossibilitar a execução desta tarefa desafiadora que é a democratização do acesso à água no Semiárido nordestino. Logo, tem-se a gestão de riscos como uma sugestão prudente a ser realizada pela CCR Submédio SF, considerando seus limites de ação.

De acordo com Almeida (2014), a efetividade da gestão de riscos é atingida quando o conceito de risco é compreendido e estabelecido determinado limite consensual entre gestores quanto à sua identificação e definição, já que se trata de um conceito abstrato diretamente vinculado a aspectos subjetivos, potenciais produtores de discursos diversos sobre o mesmo. Estes aspectos são determinantes no que concerne às avaliações das situações de risco e às tomadas de decisão relacionadas às mesmas. Desta forma, as concepções de risco relacionadas ao acesso à água constituem-se como dispositivo adequado de análise sobre os processos de poder no uso da linguagem, para o contexto apresentado.

Contudo, entende-se que tanto para a compreensão adequada dos discursos, lastros teóricos das concepções de risco defendidas pelos representantes da CCR Submédio SF, como para a apropriação dos seus contextos de produção, é preciso conceber a linguagem como um modo de ação e de representação no e do mundo, além de idear o discurso como uma das formas de expressão linguística, a qual resulta de uma relação dialética entre prática e estrutura sociais, ele é constructo resultante e modelador das relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Portanto, compreende-se as concepções do risco, presentes nos discursos sobre o acesso à água, como um momento de prática, como forma preliminar de intervenção sobre o tecido político-social que define a conjuntura estudada (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Por meio da linguagem, da construção e da reprodução dos discursos nos documentos, nas entrevistas com os representantes, nas falas durante as reuniões da CCR Submédio SF, compõem-se as *territorialidades discursivas*, a materialização dos discursos nas práticas de gestão dos mesmos. Morais (2017) toma por base a ideia de Lefebvre (1986) de que o discurso não se limita a um fenômeno linguístico, mas também assume dimensões sócio espaciais. Portanto, o discurso é condicionante na produção de realidades sociais, bem como delineia os espaços de vida humana na

Terra. A partir das posturas e ações, estabelecem-se relações entre discursos, espaços e tempos, construindo o território. Deste modo, as territorialidades se expressam como respostas instintivas, ambientais, culturais, sociopolíticas e discursivas aos contextos vivenciados, para que se dê a manutenção do território. A partir do conceito de *territorialidade discursiva*, é possível abordar a materialidade dos discursos nas ações motivadas pelos mesmos.

O trabalho tem relevância científica por se tratar de um estudo sobre a linguagem como prática social na garantia do acesso às águas do rio São Francisco, diante de um contexto de crise hídrica, em ambientes de desigualdades e exclusões relativas à distribuição da água no Semiárido nordestino. A discussão sobre a institucionalização da gestão hídrica participativa, recente na história do país (1997), assim como o estudo da linguagem para a compreensão desta conjuntura, inovador no campo interdisciplinar de produção do conhecimento em Desenvolvimento e Meio Ambiente, poderá dar suporte aos movimentos sociais que buscam a justiça socioambiental e democratização do acesso à água, fortalecendo a função sociopolítica das universidades públicas envolvidas no programa. Neste trabalho, a gestão hídrica “participativa” se consolida como um processo discursivo, em que as concretizações dos projetos são embasadas e atreladas, profundamente, às práticas de linguagem, a partir de suas territorialidades, que adquirem mais poder durante as negociações, nas reuniões da instituição estudada. Com relação ao discurso sobre o risco, o intuito é de oferecer subsídios teórico-metodológicos para o estabelecimento de processos de gestão adequados aos complexos contextos e às situações diversas de risco, de modo a superar a negligência frequente deste conceito (NOGUEIRA; OLIVEIRA; CANIL, 2014). Por fim, a importância do estudo está no seu grande potencial de contribuir para que os processos de gestão hídrica sejam participativos e façam valer a Política Nacional dos Recursos Hídricos, assim como apresenta diversas discussões que podem colaborar para aperfeiçoar a Lei nº9.433/1997.

O **objetivo geral** desta tese é analisar e valorizar os discursos dos representantes titulares da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco, considerando suas concepções de risco quanto ao acesso à água na região. No que tange aos **objetivos específicos**, delimitou-se os seguintes: elaborar o histórico da instituição; identificar o discurso dominante sobre o risco no que tange ao acesso à água proferido pelos representantes; e explicar a *territorialidade discursiva* no ambiente desta Câmara Consultiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas as bases epistêmico e teórico da pesquisa, por meio do estudo aprofundado dos seus conceitos-chave, assim como a sua abordagem sobre a gestão hídrica será inserida em um contexto complexo composto por dimensões: global, nacional, regional e local.

2.1 BASES EPISTÊMICAS DA PESQUISA

Nesta seção será apresentado o lastro epistêmico e teórico pesquisa, aquele que norteia o olhar sobre a realidade estudada, sobre a produção do conhecimento científico e sobre sua função ética, político-social, o olhar sob a complexidade do real e do humano.

Admitindo-se que “[...] as Ciências Ambientais são exemplos de novos campos de conhecimento que surgem da própria prática interdisciplinar, ensejada por questões complexas e concretas” (PHILIPPI JR et al, 2013, p. 528). O processo gnosiológico virá alicerçado no paradigma da complexidade (MORIN, 1977), de forma que ofereça um arcabouço epistemológico e teórico-metodológico adequado à abordagem dos processos multidimensionais investigados pelo presente estudo.

Neste sentido, as abordagens da pesquisa operativa interdisciplinar de Vasconcelos (2002), a Análise de Discurso Crítica (ACD) de Fairclough (2001) e a Análise e Gestão de Riscos Aplicada aos Recursos Hídricos de Almeida (2004, 2011, 2014), assim como a noção de *territorialidade discursiva* de Moraes (2017), que se constituíram como cerne deste trabalho, assumem caráter complexo, como referencial para a produção científica de conhecimentos interdisciplinares a que se propôs a pesquisadora.

A concepção de meio ambiente incorporada por este trabalho se encontra ancorada em uma perspectiva “ético-política”, a qual denuncia que as instâncias políticas, executivas e empresariais parecem ter tamanha dificuldade de dimensionar o que se entende como “problemáticas ambientais”. A partir delas, ambicionam, primariamente, obter poder e lucro, sem abrir mão da exploração imediata e indiscriminada dos elementos naturais. O meio ambiente também pode ser compreendido como uma dimensão discursiva. Como um conceito, sua definição norteará políticas públicas voltadas para seu manejo ou gestão, moldando conflitos.

O meio ambiente não é constituído, somente, por um conjunto de ecossistemas e de “bens naturais” (a água), mas também integra o que será definido como espaço, território, sociedade, cultura, territorialidade e *territorialidade discursiva*.

Portanto, encontramos-nos em consonância com a perspectiva de meio ambiente em que se estabelece como uma articulação prudente entre a subjetividade e a materialidade na discussão sobre *acesso à água, riscos e territorialidade discursiva*. “E, no entanto, é exatamente na articulação: da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época” (GUATTARI, 1990, p.55).

Quanto à concepção de água, observando a disputa pelo controle no acesso e por sua gestão, como parte da crise ambiental que também significa uma crise da racionalidade técnico-instrumental hegemônica na academia e nos ambientes de gestão da água, a sustentar uma visão simplista de que ela é uma superfície líquida que, quando exposta à luz solar, transforma-se em vapor, forma nuvens e essas nuvens dão origem aos lagos, rios, etc, compondo o ciclo hidrológico, abstrato, fora de nós, algo a ser utilizado, consumido e distante dos processos sociais e vitais. Para além dessa concepção:

É sempre bom lembrar que a água é fluxo, movimento, circulação, Portanto, por ela e com ela flui a vida e, assim, o ser vivo não se relaciona com a água: ele é água. É como se a vida fosse um outro estado da matéria água, além do líquido, do sólido e do gasoso-estado vivo (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.120)

A água é território que a humanidade molda, de acordo com seus interesses, culturas, a partir das práticas político econômicas e à negligência. Distraída, a humanidade não lembra, não tem consciência da indistinção entre ela e a água.

O rio São Francisco, contudo, é um estado vivo da água, numa dimensão gigantesca, a vida que brota no rio, seres vivos e não-vivos, interdependentes, enlaçados em um complexo tecido, o equilíbrio ecológico, deve ser compreendido, vivenciado e reverenciado como “sujeito de direito”, superando a visão antropocêntrica e dual da racionalidade supracitada, a água deixa de ser um objeto, passível de apropriação e da atribuição de valor econômico, um recurso hídrico ou um bem ambiental público, ambos conceitos oriundos da Política Nacional de Recursos

Hídricos ; passa a ter um valor de vida humana, que tem “um valor *per si*” (ARAÚJO; CUNHA; FILHO, 2019).

No que tange ao acesso à água, atrelando a ideia crítica sobre a “escassez hídrica” de caráter mundial: o acesso é, portanto, uma luta por poder, uma luta política por democracia nos processos de gestão hídrica e por justiça socioambiental, uma estratégia de manutenção do território-água. O acesso à água é territorialidade diante da desigualdade na distribuição da água, da exclusão social, de fato, da negligência quanto ao saneamento básico e ao tratamento dos resíduos sólidos. Estes processos precisam ser urgentemente entendidos como excreção humana, processo de purificação de qualquer organismo vivo, de manutenção do seu equilíbrio interno, expandindo o conceito de acesso como direito universal e humano.

O que se percebe é que o cerne do problema do acesso à água e ao esgotamento sanitário é questão a ser compreendida dentro do contexto das políticas públicas, como um direito universal e humano, fundamentado no princípio da igualdade considerando a questão da exclusão social permeada pela injustiça e desigualdade social ao tratar a água como produto de mercado, uma mercadoria que deve ser disponibilizada para quem pode comprar (ASSIS; MENEZES;2019, p.398).

Destarte, permeia essa problemática uma origem discursivo-ideológica, que ao invés de compreendermos a água e os ecossistemas em que ela se transforma como parte na composição do planeta Terra, reduzimo-la ao conceito de água como produto de consumo. Essa característica de esvaziamento do valor das coisas e dos seres é característico da contemporaneidade capitalista no seu modo de ser, produzindo riscos, nas mais diversas ordens, às populações humanas e não humanas.

Neste contexto, inserir a discussão sobre o risco, seria, de fato, inserir a incerteza, inerente à avaliação do risco, no processo de crise hídrica e de produção dos conhecimentos. Sendo assim, de acordo com Morin (2013), é estimular as defesas, apostas éticas e estratégias bem estruturadas, responsáveis, ao invés de agir no impulso, de forma irrefletida. É, então, decidir observando riscos e com esperança, trilhando o caminho da complexidade do mundo que nos espera.

O projeto interdisciplinar pretende evitar a simplificação metodológica na análise de processos, de fenômenos e de acontecimentos. O termo *paradigma* foi sugerido por Kuhn (1970) e qualificado por Morin (1977) como *paradigma da complexidade* para questionar o simplismo, a homogeneização e o antropocentrismo hegemônico nas ciências, carregando em si a concepção de que o conhecimento deve ser entendido como uma criação descontínua, um produto parcial, nele cabe o caos e

a ordem, o linear e o fractal. A incerteza não é ocultada em sua produção, os opostos são tidos como complementares e os elementos subjetivos do observador são reconhecidos naquilo que é observado (VASCONCELOS, 2002).

Dessa maneira, é visto como postura ética e política situar o papel da pesquisadora, cientista ambiental, estudiosa da Análise de Discurso desde sua graduação e moradora da região do Submédio São Francisco desde 2015, estabelecendo uma relação de conhecimento gradual e íntimo com o rio São Francisco, considera que o rio compõe seu corpo e dá vida à toda região. Nessa relação de encantamento, é intrínseca a luta pela sobrevivência, pela vivência de cada ser, transcendendo a noção de classe social, espécie ou qualquer outra categoria estabelecida pelo ser humano, busca-se vida: ao estudar, ao escrever, ao agir, ao reviver em tudo e em todos. E é por meio dessa essência discursiva que a interpretação da realidade é realizada e expressa nesse texto, fazendo valer seu discurso próprio.

Isto posto, a ADC penetrará essa teia epistêmica e teórica tanto como um método de abordagem, quanto como uma técnica de pesquisa que necessita, neste momento, do esclarecimento teórico dos conceitos de complexidade e de interdisciplinaridade para o necessário aprofundamento de sua compreensão, como também da sua aplicação na investigação científica. Nesta seção, o foco incidirá sobre a ADC como método de abordagem; de acordo com Fairclough (2001, p. 276), “A análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar”, especificando dimensões que consolidam a ideia complexa do discurso: as propriedades dos textos, a produção, a distribuição, além do consumo destes, os processos sociocognitivos de produção e de interpretação, a prática sociopolítica institucional, o vínculo desta com as relações de poder, como também a estrutura funcional dos projetos hegemônicos.

Aliam-se às dimensões discursivas às ciências que têm potencial discursivo-explicativo para aprofundamento da produção do conhecimento interdisciplinar: ciências sociais e humanistas, linguística, psicologia, psicologia social, sociologia, história e a ciência política são ciências elencadas pelo autor. A ADC tem como lastro teórico uma Teoria Social do Discurso que alinha, linguisticamente, a análise do discurso e o pensamento sociopolítico no estudo da mudança social. A abordagem crítica se interessa pelo desvelar dos discursos para o fim das relações de dominação,

pela revelação de causas e conexões ocultas convenientemente, beneficiando uma determinada classe social (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 22).

Portanto, a ADC fortalece o comprometimento ético e sociopolítico a que se refere Vasconcelos (2002), no sentido de fazer da pesquisa uma ação de intervenção social em prol de um projeto de fortalecimento da produção científica interdisciplinar de cunho emancipatório em busca profunda por justiça socioambiental e vida no que tange ao Submédio São Francisco.

Nesta perspectiva, os discursos concernentes ao acesso hídrico estudados nesta pesquisa são carregados de informações sobre o que cada representante da CCR Submédio SF concebe como acesso, água, rio, de acordo com seus objetivos coletivos e pessoais de uso da água. Dessa forma, os argumentos que sustentam cada discurso expressam sua força e seu lugar dentro de um contexto de luta pelo poder sobre a água na região.

No tópico adiante, os autores não representam somente a tradição crítica da Análise do Discurso, mas contribuem com a reflexão epistêmica e semântica sobre o *discurso*, perseguindo o aprofundamento da compreensão do tecido discursivo como prática social territorializada em diversos ambientes.

2.1.1 O discurso como prática social

A presente tese tem como principal referência o trabalho de Fairclough (2001) sobre Discurso e Mudança Social, que traz a concepção de discurso em movimento, em uso, é um modo de ação e de representação no e do mundo, estabelecendo uma relação dialética entre prática e estrutura sociais; ele é tanto constructo resultante, como modelador das relações, contribuindo tanto para a reprodução quanto para a transformação social.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou, indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Brandão (2004) situa historicamente a Análise do Discurso e seus elementos epistêmicos, que, na década de 60, traz a linguagem como discurso, como elemento de mediação entre ser humano e sua realidade, engajando-o na mesma. A linguagem

se consolida, então, como espaço de conflito, de confronto ideológico e por poder, o que dá ao discurso forte potencial político, seja ele de manutenção da ordem como de transformação dela.

Para Maldidier (2003), o *discurso*, em Michael Pêcheux, é um lugar teórico onde se imbricam as grandes questões linguísticas, históricas e do sujeito. Para o próprio Pêcheux (2014), o *discurso* é um instrumento de transformação da prática política, um sistema que se manifesta como prática social complexa, que tem por função transformar as relações sociais, reformulando demandas por meio de um determinado *discurso*. De acordo com o estudioso, não se trata de reduzir política ao discurso, “mas que toda decisão, toda medida no sentido político adquiere seu lugar na prática política como uma frase em um *discurso*”(MALDIDIER, 2003, p. 35).

Portanto, o discurso é prática de ação linguística, dando significado ao mundo, prática sociopolítica, representando interesses nas falas, nos textos oficiais e nas ações sociais concretas a partir destes textos. E ainda, de forma complementar, pode-se considerar o *discurso* não só como prática sociopolítica, mas também como o resultado do trabalho do sujeito sobre a língua. É preciso atenção às relações entre interlocutores, já que estas definem as condições de emergência de todo discurso em um processo de fala e de escuta, transformando a língua (ASSUNÇÃO, 2006).

Nesta perspectiva, o discurso constitui algo que é exterior à língua – à fala – mas que, ao mesmo tempo, precisa da língua para ter existência material. Mais especificamente, discurso seria um conjunto de elementos, constituído por texto, fala, mensagem, etc. que, mesmo estando fora da língua e, por sua vez, do sujeito que fala, acha-se fincado na sociedade historicamente formada e sempre em processo de formação (CASTILHO, 2015, p. 43).

Então, tem-se o discurso como um sistema significante externo ao interlocutor e, sincronicamente, relacionado a uma exterioridade: o contexto como uma dimensão histórica, ou seja, ele é a inscrição da história na língua que dá aos fatos um caráter simbólico (ORLANDI, 1994). Ao mesmo tempo, o interlocutor, a partir do discurso, transforma o espaço, definindo e realizando várias ações que permitem reflexões contextuais sobre a própria realidade vivenciada e reformulada constantemente, assim como a história. “Isso possibilita ser o discurso resultado do contexto e da interação dos sujeitos no processo de produção de sua realidade, na qual as condições socioespaciais de produção discursiva são importantes” (MORAIS, 2017, p. 45). Essa ideia consolida o que foi dito no início desta discussão, entendendo o

contexto como processo social, ele é tanto condicionante para a produção do discurso como é condicionado por ele.

Assim, o discurso se materializa quando uma ação é baseada naquilo que, a partir de experiências concretas, foi pensado, dito, escrito como um discurso, chegando à modificação do espaço, sobre o contexto, sobre o passado, nas relações, e, até mesmo, sobre a língua de quem o produz e reproduz, e esta transformação se dá por meio de uma prática discursivo sociopolítica, norteadas por uma ideologia implícita.

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de 'senso comum'; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência à 'transformação' aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou da transformação, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológico (FAIRCLOUGH, 2001, p.117).

A transformação das relações de dominação por meio da materialização do discurso em prática é o centro de interesse desta pesquisa, no sentido de observar e estudar as concepções de riscos relacionados ao acesso à água que são defendidas pelos representantes da CCR Submédio São Francisco, bem como os discursos que as ancoram e seu potencial de materializarem-se em planejamentos, ações territoriais ou, até mesmo, em obras, transformações em um determinado território e nas relações que o compõem. Dá-se, assim, permanentemente, a concretude do discurso, *a territorialidade discursiva*.

Desta forma, é preponderante, nesta perspectiva, a articulação das dimensões que permeiam o discurso: inconsciente, sentidos, memória, ideologia, língua, história, condições de produção (contexto) (ORLANDI, 1999); como também o território e territorialidade em que os discursos são formulados, para que se compreenda o processo de sua materialização.

Para tanto, é preciso percorrer um caminho teórico intencionando a compreensão da dimensão espacial do discurso, no sentido de favorecer a apropriação da relação entre o mesmo e o território, incorporando, assim, o que se entende por *territorialidade discursiva*.

2.1.2 Território e Territorialidade

A definição de território foi delineada a partir do esclarecimento das nuances entre espaço e território, no acontecer histórico-social em que se formulam discursos. Para que essa distinção se consolide, deve-se presar pela compreensão clara de ambos os conceitos e de suas relações; o que foi feito para, posteriormente, explanar o que se entende por territorialidade e territorialidade discursiva.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, M., 2006, p.38-39).

Então, é importante considerar o território como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (utilizando o termo de forma crítica, assim como se dá o olhar hegemônico) e ações, torna-se possível trabalhar simultaneamente o conjunto dessa interação como processo e resultado, compondo contextos. O autor supracitado alerta que o não entendimento do território pode levar à alienação, ao risco de perda do sentido da vida individual e coletiva, daí a relevância de se levar em conta o que é dito sobre o território e por quem.

Raffestin (1993) distingue espaço de território partindo da ideia de Lefebvre, segundo a qual o primeiro é uma dimensão dada, um tipo de matéria-prima modelada pelo trabalho (produto), seja ele oriundo de fonte energética ou informacional, fazendo-se por meio de relações de poder e de modos de produção. O estudioso traz a ideia de espaço como uma “prisão original”, o primeiro limite dado ao humano. Dessa forma, o território é o limite construído pelo próprio homem.

Considerando as nuances e relações entre espaço e território, é importante enfatizar que o território estudado é aquele existencial, de vivência dos integrantes da CCR Submédio SF. Entre eles existe uma diversidade de saberes e de olhares sobre o rio São Francisco, sobre os ecossistemas que o mantêm, sobre as atividades econômicas realizadas a partir do uso de suas águas. Parte deles observa as relações de poder estabelecidas, mesmo que elas estejam ocultas nas falas ou nos silêncios de seu território de ação. Porém, determinados saberes e olhares possuem mais

aceitação, mais força discursiva que outros, essa força não garante que se tornem ações concretas no processo de gestão hídrica.

Oliveira e Silva (2017) chegam à conclusão de que os estudos do território pela geografia abordam-no como produto das relações e a partir dos poderes político, econômico e cultural. O território não é somente manifestação material, o espaço em si, mas também se constitui como expressão imaterial de poder: representações dos habitantes e suas relações com externalidades, aspectos tidos como principais geradores de territorialidades.

A territorialidade pode ser vista como estratégia cooperativa de apropriação do espaço: por meio da formação do território, no envolvimento profundo entre seus habitantes, interconectando-os de forma objetiva e subjetiva. Existe, no território, uma consciência indivíduo-coletivo de composição participativa e solidária (ANDRADE, M., 1998).

As relações entre território, territorialidade e discurso estão bem articuladas na perspectiva de Raffestin (1993), na qual a linguagem é um dos mais poderosos meios de constituição de identidade de uma população. Está inserida no contexto das relações de poder por possuir funções de comunicação, de transmissão de valores, de conhecimentos, de práticas e de comportamentos, além de exercer forte influência sob os estados de conservação e de organização do real, dando-o materialidade. O autor esclarece que é por meio dos sistemas sêmicos que se realizam as objetivações no espaço, revelando a estrutura profunda do território, as intenções, as estratégias de apropriação do espaço, as formas de controle e de exploração de um indivíduo sob o outro: “A linguagem é um instrumento de poder da mesma forma que qualquer outro; não que possa ser o objeto de uma apropriação privada, mas pode ser manipulada, com mais ou menos eficácia” (RAFFESTIN, 1993, p.107).

Nesta perspectiva, denuncia-se a negligência da noção de territorialidade, a crítica tem origem no que tange à multidimensionalidade que compõe o território. De acordo com o autor, a noção foi proposta pelos naturalistas, que tradicionalmente entendiam-na como um conjunto de comportamentos associados à organização do espaço. Porém, no caso do ser humano, a territorialidade reflete a multiplicidade dimensional territorial, por ser o vivido composto pela complexidade já descrita, das relações de diversas ordens estabelecidas em um dado contexto sociopolítico e histórico, em um dado espaço-tempo.

A partir da descrição das interconexões entre linguagem-língua-discurso, espaço-tempo, território-territorialidade é possível chegar à compreensão de que espaço-território-discurso também são dimensões que se interpenetram na complexidade da produção social do ambiente, por meio da apropriação e do uso do território. Expressa-se, então, a territorialidade no espaço, que também se apresenta como uma dimensão discursiva. Dessa forma, conceitua-se a *territorialidade discursiva* (MORAIS, 2017).

Corroborando ideias de Raffestin sobre território, o espaço-tempo estudado, no período de 2016 a 2020, configura-se como a área que compreende a região fisiográfica do Submédio São Francisco, composta pelos ecossistemas, pelas construções humanas, sua história, seu contexto político, econômico, social e a partir das relações de poder que delineiam os diversos usos da água na região. A água nesse território, portanto, constitui-se tanto como um “objeto” de origem natural, imbricado por um sistema que a molda como processo (ciclo hidrológico, composição de moléculas orgânicas, rios, rejeitos industriais, domésticos, água tratada, etc.), produto material e imaterial (alimentos, roças, florestas, valor, representações, conceitos, conhecimento, etc.) como é o próprio humano, dentre outros animais.

Assim, a água não pode ser tratada de modo isolado, como a racionalidade instrumental predominante em nossa comunidade científica vem tratando, como se fosse um problema de especialistas. A água tem que ser pensada como território, isto é, como inscrição da sociedade na natureza com todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder. O ciclo da água não é externo à sociedade. Assim, a crise ambiental, vista a partir da água, também revela o caráter de crise da sociedade, assim como de suas formas de conhecimento (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.121).

Então, a objetificação da natureza, aqui enfatizada, faz parte do *discurso do senso comum* que, por sua vez, incorpora sentido, valor ou menosprezo pela água neste contexto. As ações centrais pesquisadas, aquelas que compõem os sistemas territoriais estudados, são de *construção discursiva* que conectam intimamente os objetos, os processos, produtos, além das características anteriormente citadas, as quais têm potencial de tecer o espaço, produzir e serem produzidas nas relações territoriais, por meio da conexão linguagem-língua-discurso-território, como *territorialidades discursivas*.

O território em estudo é igualmente delineado pelas relações estabelecidas no processo de gestão hídrica do rio São Francisco, ele traz em si um conjunto de

representações, comportamentos, ações promotoras ou não de outras três ações inerentes à relação ser humano x água: o acesso, o seu uso e controle.

Entende-se que o uso é tanto a água em curso, geradora de atividade, como a ação sobre essa água, modificando sua natureza, gerando um produto diferente de seu estado anterior. Logo, o uso é a água em processo de transformação e a própria transformação, que é geradora de outra atividade humana (limpeza, agricultura, indústria, geração de energia, etc). Por conseguinte, o uso, apesar de ser uma ação que se expressa nas dimensões cultural, social, econômica e política, fazendo-se em território, não será estudado em sua forma material, mas como representação, nos discursos.

O acesso é o potencial de ação, é a possibilidade que se dá a um indivíduo ou a um grupo social de uso da água. Portanto, é uma ação que resguarda outra, será tratada como dependente da vontade política, e ainda, da configuração das relações de poder e está sujeito ao controle. Também será estudado como processo imaterial, assim como o uso da água, o acesso e seu controle serão analisados a partir das concepções de risco, relacionadas ao acesso, definidas pelos representantes da CCR Submédio SF, e sob as lógicas da democracia e da inclusão social.

Assim, a territorialidade se produz como um conjunto de estratégias discursivas de cooperação, de domínio, de controle, de manutenção tanto das relações como dos meios de acesso e de uso da água. Ou seja, o estudo da *territorialidade discursiva*, no âmbito da CCR Submédio SF, significa compreender o poder sobre a água exercido, primeiramente, como contratos ou conflitos manifestos nos campos linguísticos dos seus componentes.

Adiante, aprofundar-se-á a reflexão sobre *territorialidades discursivas* trabalhando os conceitos de discursos passivo e ativo os quais, por sua vez, refletem as ações de um determinado sujeito na vivência das territorialidades, em um determinado espaço-tempo. O intuito é de aclarar ainda mais os processos estudados, dando suporte aos objetivos específicos da pesquisa.

2.1.3 Territorialidade discursiva

Tecendo caminho semelhante ao de Moraes (2017), pioneiro no processo de produção do conhecimento científico no que tange à materialidade discursiva expressa no território, compreende-se as expressões de linguagem e da língua como

práticas sociais, dando dinamicidade e forma à construção das realidades. Isso se dá por meio da constante transformação dos comportamentos, das ações, das concretizações em um espaço, influenciando e recompondo os discursos dos indivíduos que vivenciam o território. Portanto, vivencia-se e reconstrói-se, permanentemente, a *territorialidade discursiva*.

O autor esclarece que o conceito de *territorialidade discursiva*, no seu trabalho, não é uma inovação quando se trata da apreensão dos processos que compõem o território, mas um empenho teórico mínimo para o estabelecimento de um vínculo entre ações e discursos para a análise adequada da ocupação e da manutenção dos espaços, por meio da constituição dos sistemas territoriais.

A *territorialidade discursiva* pode ser produzida por sujeitos ativos e passivos, por conseguinte, os discursos que as sustentam adquirem, igualmente, tais características: o *discurso ativo* é aquele que carrega elementos comportamentais emancipatórios, que se refletem nas posturas e nas ações desses sujeitos, interferindo na criação, no uso, na transformação e na conservação do território, por meio da vivência de uma *territorialidade ativa*.

O *discurso passivo* é, conseqüentemente, aquele que não carrega aspectos relacionados aos comportamentos, ações diretas e conscientes dos sujeitos no processo de produção e de manutenção do território. No entanto, mesmo na ausência de autonomia no processo, o sujeito pode gerar transformações no território, mas não é capaz de adquirir conhecimentos ou de usufruir dos benefícios decorrentes delas, alienado daquilo que lhe prejudica e daquilo que lhe oprime no território.

Desta maneira, os *discursos ativos* são elaborados por aqueles sujeitos que têm a intenção, a postura e práticas que contribuem para mudanças, transformações na sua realidade, agindo discursiva-ativamente nas relações, processos e nos sistemas que configuram os territórios.

Os *discursos passivos* são expressos por sujeitos passivos, apáticos perante as dimensões e processos territoriais, o que impossibilita a interferência significativa ou intencional sobre sua realidade, sobre o seu território, mas, mesmo assim, não deixam de ser constituintes de *territorialidades discursivas*, já que a não-ação ou a ação alienada também tem suas consequências.

Os sujeitos ativos, por meio de sua autonomia, aplicam seu conhecimento para representar, gerir, governar meios e recursos de um determinado território, conseguindo um maior controle sobre sua criação, ampliação e manutenção.

Anterior à discussão sobre os *discursos ativos e passivos*, serão identificados os *discursos dominantes e diversos* que compõem a *territorialidade discursiva* da CCR Submédio SF. Estes discursos se relacionam aos processos históricos de manutenção da ideologia que sustenta a hegemonia das oligarquias locais. Desta forma, os seus conceitos serão explorados mais adiante, junto ao delineamento do decorrer histórico de persistência do discurso oficial e dominante sobre a seca no Semiárido nordestino, para estabelecimento da clareza dos mesmos junto ao contexto de pesquisa.

2.2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A CRISE HÍDRICA NO BRASIL: contexto de pesquisa

No relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2014), são elencados quatro principais riscos decorrentes de eventos extremos, as populações mais pobres são classificadas como as mais vulneráveis a eles: o primeiro está associado à saúde e à subsistência das populações afetadas por tempestades, inundações, também resultantes da elevação do nível do mar e por períodos de calor intenso; o segundo engloba colapsos em redes de infraestrutura e de serviços considerados de extrema importância para a manutenção da saúde humana; o terceiro refere-se à insegurança no que tange à disponibilidade de alimentos e de água, além dos riscos diretamente associados a entraves aos meios de subsistência das populações rurais; por fim, há risco de supressão de ecossistemas, consequente da perda de biodiversidade, de matéria prima para a produção de bens de consumo, assim como das funções e serviços ambientais que os ecossistemas exercem para a manutenção de um planeta viável à vida humana.

No Brasil, entre os anos de 1990 e 2000, houve aumento na ocorrência de desastres naturais vinculados às mudanças climáticas e à má gestão das cidades, que configurou o Nordeste como a região mais afetada do país, com 12.851 ocorrências e 43.031.112 pessoas afetadas.

Ressalta-se que os eventos mais frequentes são a estiagem e a seca, com 16.944 episódios. A estiagem, de caráter estritamente climatológico, significa um longo período com insuficiente precipitação ou na ausência do fenômeno em relação à normal climatológica. A seca assume uma dinâmica climatológica e sociopolítica, uma forma crônica de estiagem, engloba um estado de escassez hídrica e à resposta

ineficiente a esse evento crítico, ou melhor, a negligência de uma sociedade perante ele; As inundações bruscas, são transbordamentos das águas de um curso, atingindo bruscamente uma planície de inundação ou área de várzea, causando danos graves aos ecossistemas e aos sistemas humanos relacionados. São apontadas como frequentes junto aos alagamentos, definidos como o acúmulo momentâneo de águas em determinados locais de ineficiente sistema de drenagem, além da enxurrada, um escoamento superficial concentrado e com alta energia de transporte, pode ou não estar associado às áreas de domínio dos processos fluviais. Esses eventos críticos, juntos, ocorreram em uma frequência de 6.771 episódios (CEPED, 2012).

O Nordeste é uma região onde as medidas de convivência com longos períodos de seca, rios intermitentes, limitações socioeconômicas, além de uma complexa estrutura política que faz com que tais medidas, vistas aqui como extremamente necessárias e urgentes, sejam deixadas de lado. Consequentemente, a gestão participativa efetiva dos recursos hídricos, a segurança relacionada ao acesso à água de qualidade e à garantia de distribuição democrática são indispensáveis neste contexto (MONTENEGRO; MONTENEGRO, 2012).

Ademais, é de extrema importância socioambiental abordar a escassez hídrica no Brasil por meio de conhecimentos que vão além dos processos climatológicos. Analisada histórica e sociologicamente, a “falta de água” tem, ao mesmo tempo, como principal causa os intensos processos de urbanização, industrialização, mecanização e expansão agrícola, sob os imperativos da lógica da racionalidade técnico-instrumental, puramente econômica, como também dos acordos e conveniências políticas que sustentaram, no Nordeste, o que se conhece como a “Indústria da Seca”.

Apesar do intenso processo de uso indiscriminado e de controle elitizado, a regulamentação da gestão hídrica só obteve maior respaldo jurídico com a institucionalização da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), no ano de 1997. Em um país de grande dimensão e diversidade territorial como o Brasil, essa iniciativa governamental pode ser considerada tardia, embora se tenha conhecimento, há décadas, sobre as causas da escassez hídrica, principalmente no Semiárido.

Também é de se considerar que o processo de regulamentação do uso das águas não garante o funcionamento pleno e efetivo de uma gestão hídrica. Trata-se de um processo que demanda tempo para ser maturado, é preciso observância diante das relações de poder em torno do acesso à água e possui ritmo divergente ao uso

inadequado, inconsequente, sempre acelerado e fora de controle deste bem essencial à sobrevivência humana e à saúde do planeta Terra.

Diante deste contexto extremamente complexo, a discussão sobre o acesso às águas do rio São Francisco assume importância nacional pela sua extensão, por sua poderosa vazão, além dos poderosos aquíferos que o constitui. Por cortar parte do Semiárido do país, possibilita o desenvolvimento da agricultura irrigada de exportação na região do Submédio São Francisco, consolida-se, desta forma como importante polo econômico nacional e internacional.

O “Velho Chico” ou “Rio da Integração Nacional”, como este rio também é conhecido e reconhecido nacionalmente, faz parte do imaginário, da história e da cultura dos estados por onde passa. Além destas dimensões, o rio vem assumindo cada vez mais visibilidade e grande valor ecológico, quando se trata da busca pelo desenvolvimento sustentável, além da expectativa pela solução para a crise hídrica nacional (SILVA, C., 2012). No entanto, os empresários do agronegócio parecem não perceber a vida que compõe o rio.

No Brasil, a região do Submédio do Vale do São Francisco é um dos principais polos produtores e exportadores de frutas, sendo especializada na produção de uva e manga. A irrigação associada ao uso de agrotóxicos e fertilizantes é o modelo utilizado para a produção dessas monoculturas (BEDOR et al., 2009, p. 40-41).

Apesar da expansão da irrigação na região da bacia do rio São Francisco ter favorecido o crescimento econômico (o que não significa distribuição de renda e qualidade de vida para a população), essa prática agrícola tem sido um fator de pressão sobre o solo, sobre a qualidade da água, sobre sua disponibilidade e sobre os biomas que compõem a bacia. Deve-se enfatizar a nocividade dos impactos relacionados aos agroquímicos que são amplamente utilizados na atividade (inseticidas, fungicidas, herbicidas e adubos inorgânicos), matando o Rio São Francisco, aos poucos (CBHSF, 2004).

Portanto, a pesquisa se faz presente no espaço de discussão científica sobre as mudanças climáticas e sobre a insegurança quanto ao acesso à água de qualidade. Toda essa conjuntura, a qual se fortalece dia-a-dia como realidade global, regional e local, faz da água um forte instrumento de poder e, por conseguinte, de controle. Este universo precisa ser melhor compreendido, também como um processo de embate discursivo pela atribuição de valor (econômico, ecológico, vital...) ao rio, às águas que o compõe e precisa estar atrelado à busca de compreensão, dimensionamento e

caracterização dos riscos relacionados a este acesso para a garantia de sua distribuição democrática.

2.2.1 A prudência do discurso sobre o risco

Diante da conjuntura de aquecimento global e da crise hídrica, é preponderante esclarecer que, no Brasil, a gestão hídrica e de risco possuem grandes desafios no que se refere ao controle e à aplicação de seus instrumentos de gestão. A postura de precaução é praticamente ausente entre os empresários, governantes e instituições responsáveis.

As leis que regulamentam a exploração de elementos naturais como água, minerais, vegetais, até mesmo de animais, chegam a reconhecer o risco como um conceito que define o limite de exploração, ainda a ser muito aperfeiçoado, mas esses limites são flexibilizados na execução de obras, no manejo desses elementos e, até mesmo, na sua exploração predatória. Destarte, os discursos que possuem expressão territorial no Brasil, são aqueles que sustentam a racionalidade técnico-instrumental capitalista, atribuindo ao ambiente a qualidade de um conjunto de recursos naturais a ser convertido em capital.

O princípio de precaução suscita “o dever de agir antecipadamente para proteção do ambiente e da saúde pública em face de riscos suspeitos (incertos), em especial os potencialmente graves ou irreversíveis” (GONÇALVES, V., 2013, p.122). Dessa forma, a gestão de riscos aplicada à gestão hídrica é a práxis do princípio de precaução numa situação de evento extremo ou de crise ambiental:

A gestão do risco é um conceito que, em sentido lato, corresponde a uma forma estruturada e integrada da Sociedade responder a uma ameaça, ao sucesso de um empreendimento ou a uma decisão. Os sistemas hídricos e hidráulicos são domínios de aplicação potencial do conceito gestão do risco tendo em conta que os objectivos fixados podem sofrer desvios nos objectivos, no ambiente ou na sustentabilidade económica resultantes de incertezas, eventos extremos, erros ou outros acontecimentos (ALMEIDA, 2004, p.1).

Para o estabelecimento de uma gestão de risco, é preliminar e determinante a análise do risco, o autor acima defende que o conceito de risco deve estar definido claramente e internalizado pelos gestores, para que se dê a efetiva gestão do mesmo.

No entanto, os conhecimentos produzidos sobre a gestão de riscos ficam, geralmente, restritos aos campos técnicos-científicos das engenharias, o que significa a negligência de seus aspectos subjetivos, sociopolíticos e culturais.

Com intuito de dirimir essa ausência, Almeida (2004) propôs o conceito de risco socialmente aceitável, incorporando ao risco os elementos psicológicos, culturais, valores sociais, históricos, de formação que influenciam na sua concepção por parte de um indivíduo ou de uma comunidade que está sujeito ao mesmo. Essa ideia sociológica de risco, além de ser fundamental na sua comunicação, é determinante no sucesso da participação de não-técnicos nos processos de tomada de decisão quanto à sua gestão.

O autor explica que para chegar a uma ideia sociológica do risco, procurou-se por uma teoria da gênese dos desastres, integrando à ideia de gestão de risco às falhas de comunicação, às deficiências organizacionais, à saúde e ao ambiente. Esta nova compreensão sobre tais fenômenos resultou em uma incorporação ao conceito de gestão de risco uma forte tendência de responsabilização dos gestores por decisões tomadas equivocadamente, pelos acidentes e desastres que ocorreram no passado. Dessa forma, o discurso sobre a importância da participação pública no processo de gestão tomou vigor a partir da discussão sobre a eficiência da gestão de risco e sobre o cunho social que o conceito de risco traz em si.

A perspectiva sociológica do risco se fortalece com a contribuição de Ulrich Beck e Anthony Giddens, fazendo com que as perspectivas técnica e sociológica possam convergir na produção de conhecimento sobre a gestão de risco.

Giddens (1991) traz sua reflexão epistemológica e cultural sobre risco baseada na concepção de descontinuidade do desenvolvimento social moderno, em que as instituições situadas no espaço-tempo adquirem uma multidimensionalidade, em escala mundial. Desta forma, as instituições precisam, cada vez mais, de controle em relação aos seus projetos e ações. Para tanto, o risco é analisado a partir do conceito de confiança e como consciência das circunstâncias que oferecem riscos. Esta noção do risco, de acordo com o autor, substituiu, na contemporaneidade, a crença em que o ser humano atribui a uma deidade a responsabilidade pelos acontecimentos. Logo, assumir o risco, a partir deste momento, significa deslocar a responsabilidade dos acontecimentos para as ações humanas.

Beck (1992) delinea a visão de que a sociedade moderna partiu de uma sociedade industrial clássica para uma “sociedade do risco”. Existe uma lógica

implícita, tanto na investigação científica quanto no senso comum, de que a produção e a distribuição do risco podem ser comparadas àquelas da riqueza, ocultando a importância do debate sociopolítico sobre o risco: “At the center lie the risks and consequences of modernization, which are revealed as irreversible threats to the life of plants, animals, and human beings” (BECK, 1992, p.13).

Desta maneira, os perigos e ameaças gerados pela modernização, no século XX, não se restringem a um determinado grupo, classe social e até mesmo a fronteiras territoriais, mas produzem-se e reproduzem-se de forma global, constituindo um novo dinamismo sociopolítico. Daí a reponsabilidade assumida pelos grupos humanos quando definem e analisam os riscos como fenômenos que precisam abarcar a multidimensionalidade, a complexidade e as transformações nas relações de poder inerentes aos desafios contemporâneos locais, regionais e globais, como um todo articulado.

As águas que permeiam o território brasileiro, neste contexto, passam a sofrer influências globais em sua qualidade, já que elas ultrapassam suas fronteiras espaciais, além de despertarem interesse global, por serem abundantes e ainda conservarem qualidade para diversos usos. Toda essa conjuntura, exerce ainda mais pressão sobre o acesso à água, principalmente no que tange ao seu acesso democrático pela população brasileira e isso se expressa mais intensamente no Semiárido brasileiro, onde se localiza o Submédio São Francisco, a região em estudo.

Neste sentido, o olhar sociológico sobre os riscos relacionados ao acesso à água, quando se pensa as políticas públicas de gestão hídrica no Semiárido nordestino, indicará as relações de poder estabelecidas, ao longo do tempo, reproduzidas nos discursos, o seu potencial de materialização e seus limites de manutenção. Desta forma, ficam mais claros os direcionamentos a tomar, em tempo hábil, em situações de risco de privação de água para grupos socialmente vulneráveis.

2.2.2 O discurso oficial sobre a seca e as políticas públicas de gestão hídrica no Semiárido nordestino

Para análise do decorrer histórico dos discursos, partiremos dos conceitos de discurso dominante e diverso, que foram igualmente identificados no *corpus discursivo* estudado, no intuito de explicar a transformação social dos discursos sobre a seca a partir da reflexão sobre os riscos no que tange ao acesso à água, intimamente

relacionados no território dos representantes da CCR Submédio SF, compondo a territorialidade discursiva da instituição.

Fairclough, inspirado por Althusser e Gramsci, autores clássicos do marxismo do século XX, situa o discurso como concepção de poder hegemônico, bem como luta hegemônica em uma perspectiva de evolução das relações de poder. Dessa forma, os autores elaboraram um arcabouço teórico que viabiliza o estudo do discurso como prática social. Fairclough discorre que o discurso tem o poder de fortalecer e manter uma ideologia como dominante, de forma que a sua efetividade é máxima quando ele atinge um estado de naturalização, de “senso comum”. A partir dessa ideia, este trabalho assumiu como uma categoria o *discurso dominante*, esta é responsável por manter a hegemonia de um determinado grupo social. Aqueles discursos que coabitam o mesmo território com ideologias outras, possuindo ou não potencial de mudança nas relações de poder, foram denominados como *discursos diversos*.

O autor supracitado alerta que nem todo discurso tem cunho ideológico:

As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e a medida que os seres humanos são capazes de transcender a tais sociedades, são capazes de transcender à ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p.123).

Muito longe de transcender ao formato de dominação social, no Brasil, até hoje, ainda se faz fortemente presente a reprodução da crença de que o problema da desigualdade e da pobreza no Semiárido é oriundo das secas, ou seja, dá-se ao tema um olhar voltado estritamente às condições climáticas da região. Porém, estudiosos e políticos importantes contribuíram com um discurso que desloca a responsabilidade da desigualdade no Nordeste Semiárido para o modo brasileiro e nordestino de governar.

Para além da análise dos discursos dos gestores da água, o seu acesso em momentos críticos de escassez na região do Submédio São Francisco, revela-se como um processo discursivo-sociopolítico que precisa ser estudado como naturalização histórica da desigualdade social na região. Portanto, adiante serão identificados os discursos oficiais dominantes e diversos que moldaram as políticas públicas e a realidade do Semiárido nordestino, a partir do Brasil Colônia.

As secas já são bem conhecidas pelos brasileiros, Josué de Castro, em sua “Geografia da Fome”, de 1946, apontava que são vários os depoimentos deste fenômeno na literatura brasileira, citando Felipe Guerra, Tomás Pompeu, Rodolfo

Teófilo, Ildefonso Albano, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, Alceu de Lellis, Clodomiro Pereira, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre.

Castro (1984) denunciava que os governantes da região nunca souberam aproveitar as épocas de “bonança” para o enfrentamento posterior de prováveis crises decorrentes deste fenômeno, que se encontra no limiar entre aquilo que é natural e aquilo que é provocado, cultivado pelas ações humanas.

Euclides da Cunha no seu livro “Os sertões”, de 1901, já atribuía responsabilidade ao ser humano no que tange às secas no Nordeste, além de ter sugerido “corretivos para as disposições naturais”:

É que o mal é antigo. Colaborando com os elementos meteorológicos, com o Nordeste, com a sucção dos estratos, com as canículas, com a erosão eólica, com as tempestades subitâneas — o homem fez-se uma componente nefasta entre as forças daquele clima demolidor. Se o não criou, transmudou-o, agravando-o. Deu um auxiliar à degradação das tormentas, o machado do caatingueiro; um supletivo à insolação, a queimada. Fez, talvez, o deserto. Mas pode extingui-lo ainda, corrigindo o passado. E a tarefa não é insuperável. Di-lo uma comparação histórica (CUNHA, E., 1984, p. 27).

É prudente conhecer o que foi denominado como “Indústria da Seca”, para compreender o poder inerente ao controle do acesso à água.

Nesse contexto, os episódios de seca se constituíam em uma oportunidade para que as elites captassem recursos destinados às políticas de mitigação das consequências da seca. Dessa forma, o cenário desolador servia como pretexto para que o poder local captasse mais recursos em benefício próprio (ANDRADE; NUNES, 2014, p. 31).

Tudo parece indicar que enquanto a água foi um problema somente para as maiorias mais pobres da população, o assunto se manteve sem o devido destaque. Ou, quando foi considerado um tema politicamente relevante, o foi numa perspectiva de instrumentalização da miséria alheia como no caso das oligarquias latifundiárias do semi-árido brasileiro com a famosa 'indústria da seca', assim como, também nas cidades, não foram poucos os 'políticos de bica d'água' que, populisticamente, se constituíram por meio da miséria dos sem-água, parte, na verdade, de um quadro geral dos sem-direitos (GONÇALVES, C., 2005, p. 116).

Rememorando um passado mais distante, de acordo com Campos (2014), no Brasil colonial, não se estabeleceu nenhuma política direcionada às secas, à garantia de acesso à água pela população, o foco do Império estava nas regiões costeiras, a sua área de exploração. No entanto, teve-se conhecimento de sua existência e periodicidade com o primeiro registro realizado pelo padre jesuíta Fernão Cardim, que viajou de Pernambuco ao Rio de Janeiro.

O segundo registro foi o da expedição de Pero Coelho, marcado por um retardamento na ocupação dos Sertões Nordestinos, devido a uma grande seca que aterrorizou seus componentes. No entanto, o primeiro registro oficial, do período de seca dos anos 1723 a 1729, por meio de uma carta de socorro remetida à coroa portuguesa.

A partir da primeira metade do século XVIII, com a ocupação do Sertão nordestino, os registros ficam mais frequentes, os impactos sociais e econômicos mais detalhados, mas foi no século XIX que se deu início à busca pelo conhecimento mais profundo sobre o fenômeno.

Dom Pedro II criou o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, composto por intelectuais de várias áreas para o debate sobre as secas e sobre a possibilidade de instauração de políticas públicas para a atenuação do problema, então, devidamente reconhecido. Entretanto, a partir deste momento, o discurso sobre a seca começou a ser construído para beneficiar grandes proprietários de terra da região que utilizavam a água como instrumento de controle social.

Várias propostas de solução eram defendidas pelo discurso oficial que divulgava a seca como um processo, principalmente, natural e remediável. A seca como uma questão sociopolítica e econômica era um discurso produzido por poucos intelectuais que denunciavam o poder dos coronéis do Sertão e, portanto, não tinha força e legitimidade diante do discurso oficial dominante.

No período republicano, um grande avanço foi concretizado, no sentido do estabelecimento de políticas públicas direcionadas ao Semiárido nordestino, impulsionando a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, atual Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), a qual focava suas ações na construção de reservatórios de água. O termo Nordeste foi utilizado para se referir à área de atuação institucional que tinha como técnicas de remediação a açudagem, a previsão dos períodos de seca, a arborização, as barragens, a perfuração de poços, a construção de barreiros, soluções que pertenciam aos discursos produzidos no século XX, no entanto, algumas soluções se tornaram um padrão executado a partir de política pública e outras não.

Foi no governo Vargas que o IBGE oficializou o Nordeste como região do Brasil, para a consolidação da identidade brasileira, ainda fadada a uma política focada na remediação dos períodos de seca e norteadas pela ideia conveniente de atribuição da desigualdade ao clima e aos solos deficitários (TEIXEIRA, 2014).

O nacionalismo que surge nesta época, reforça o discurso sobre a seca por meio do discurso regionalista, estratégia de desenvolvimento do capitalismo para o estabelecimento de processos de controle espacial das relações de produção. Naturaliza-se, desta forma, um tipo de identidade espacial construída, primeiramente, por meio da linguagem, da construção histórica das experiências cotidianas fundadas neste discurso que vão, paulatinamente, construindo o que se sente, vive-se e compreende-se como região Nordeste. Esta unidade econômica, política, cultural e étnica imposta e reforçada, ao longo do tempo, funda-se na “atenção” às consequências das secas. Não só o poder público, mas a ciência e a mídia reforçam o olhar sobre um povo castigado pela falta d’água, pela pobreza e pela vida itinerante (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Logo no início do século XX, a política da açudagem se consolida como padrão, com caráter clientelista, muitas obras foram realizadas com recursos públicos, em cooperação: o governo federal pagava um prêmio no valor de 50 % do custo do açude particular, beneficiando propriedades privadas, além dos açudes públicos que eram controlados por grandes proprietários locais. Instituições como o DNOCS eram cooptadas pelo discurso oligárquico e pelo seu formato de governar. Dessa forma, os pequenos proprietários de terra, os trabalhadores, a população que não tinha poder político, estavam sujeitos às vontades daqueles que detinham poder para garantir seu limitado acesso à água (ANDRADE; NUNES, 2014).

O Brasil da década de 50, quando Juscelino Kubitschek anunciava e colocava em prática o seu plano de governo conhecido como “50 anos em 5”, gerou um aumento sem precedentes da demanda hídrica, do desmatamento, da degradação das águas superficiais e subterrâneas do país, um modelo que se foi fortalecendo em todo o país, ao longo do tempo (LIMA, 2001).

No ano 1958, em uma das secas mais intensas do Nordeste, mesmo com uma rede de açudes, estradas, produção de energia e um aparato institucional composto pelo DNOCS, pelo Banco do Nordeste (BNB), pela Comissão do Vale do São Francisco (CODEVASF) e pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), o Nordeste sofreu grandes consequências. Tal evento suscitou um intenso questionamento sobre as políticas públicas em voga na época (CAMPOS, 2014).

Neste período, o discurso de Celso Furtado deu origem ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a qual passou a gerir as atividades do

DNOCS. O pensamento de Furtado fundava-se no olhar para o desenvolvimento nacional a partir daquele regional, pela comparação entre os processos de industrialização das regiões Sudeste e Nordeste. Neste contexto, revelaram-se as desigualdades nos investimentos nacionais, oriundas de relações que garantiam um privilégio à região Sudeste.

O político defendia a industrialização de abastecimento regional, somente desta forma era possível enfraquecer as oligarquias rurais, as quais tornavam o Nordeste as terras violentas de coronéis, aqueles que detinham domínio sobre a água, sobre a política e sobre a economia regional. Dessa forma, o estudioso traz a possibilidade de inserção de um discurso crítico sobre a seca, responsável pelo desmascaramento do discurso oficial de que o Nordeste estava condenado à pobreza, ao atraso, à ignorância e como consequência das secas periódicas inerentes ao clima.

No final da década de 1950, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado, confirma que as ações governamentais de combate à seca, além de ineficazes, contribuíram para reprodução das crenças difundidas pelas elites locais de que a seca era responsável pelo subdesenvolvimento regional. O excedente demográfico e as fragilidades da produção de subsistência também ganham espaços nos debates sobre a realidade do semi-árido e sobre as alternativas de desenvolvimento regional (SILVA, C., 2003, p. 363).

Teixeira (2014) afirma que o discurso de Furtado foi criticado pelos intelectuais de esquerda por legitimar e fortalecer políticas de cunho capitalista, apesar da ideia de democratização social que defendia. Ainda assim, com o golpe de 1964, todo o projeto de desenvolvimento regional proposto por ele foi bloqueado, dando lugar às políticas de exportação de produtos agrícolas.

A partir da década de 60, seguindo a ideia de desenvolvimento do Nordeste, a região do Alto Sertão recebeu investimentos para a industrialização, para estímulo do setor terciário e para a expansão da agricultura irrigada às margens do rio São Francisco. Tais atividades foram responsáveis pelo povoamento e pelo crescimento econômico da região, acabando por deslocar o discurso da açudagem para aquele dos grandes reservatórios. Era o discurso liberal da “política hidráulica” que emergia, baseado na construção de grandes represas fornecedoras tanto da água como de energia, para alimentar o desenvolvimento das atividades exportadoras.

As obras ocorriam acompanhando o médio curso do rio, em Três Marias, até o baixo curso, em Xingó e, por inundação, chegava-se às áreas irrigadas, instaurando processos de intensa salinização dos solos, destruição de ecossistemas, fazendo uso

de grande violência às comunidades que viviam nas regiões onde foram construídos tais empreendimentos. Associado a este processo, o acesso às águas que garantia as atividades rotineiras da população, aquelas da pecuária tradicional e da agricultura de subsistência, cultivada no recuo do rio, a agricultura de vazante, foram deslocadas de seu fluxo natural, reservadas, impedidas, num ciclo de constante desterritorialização dos povos ribeirinhos. O acesso às águas, desta forma, foi direcionado aos usos do setor energético e do agronegócio (GARCIA; WANDERLEY, 2018).

Neste contexto, a região do Submédio São Francisco, principalmente o polo agroindustrial Juazeiro-Petrolina, voltou-se para as culturas de cebola, tomate, algodão, uvas de mesa e de vinho, mamona, etc. Os projetos da SUDENE e da CODEVASF, na época a Superintendência do Vale do São Francisco (SULVALE), que estavam direcionados para a produção de pequenos agricultores e para as comunidades indígenas, voltaram-se para aqueles que dependiam de empresas da região, do Sudeste e, até mesmo, para aquelas internacionais (ANDRADE, M., 2005).

Na década de 80 surge outro discurso sobre a realidade regional, aquele que associava alternativas sustentáveis de desenvolvimento, tinha como principais interlocutores os intelectuais protagonistas de um conjunto de organizações não-governamentais (ONG) que atuavam no Semiárido. Junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), desenvolveram propostas embasadas no argumento de que era possível uma convivência com a seca, mas que não ganhou força diante do discurso oficial dominante. Anos mais tarde esse discurso é resgatado e se transforma, em certa medida, com maior divulgação.

Já nos anos 90, sancionou-se a Lei nº 9.433/1997 sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos e sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (BRASIL, 1997), e a Lei nº 9.984/2000 de criação da Agência Nacional das Águas (BRASIL, 2000). Juridicamente, a água passou a ter uma dimensão pública, definida como bem esgotável na presente lei, mas com fortes mecanismos legais e sociais para limitar-se a um recurso “dotado de valor econômico”, como consta no texto supracitado. Instaura-se, a partir daí, o discurso neoliberal oficializado sobre a gestão das águas brasileiras. Ao mesmo tempo, esta estratégia discursiva se associa a um arcabouço de políticas públicas de gestão fundado na participação pública, na transparência e na *ideia* de democratização dos recursos hídricos.

A PNRH estabeleceu a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). Esta política define que a gestão da água deve ser realizada de forma integrada, interconectando seus diversos setores de ação, a partir da articulação entre políticas, com foco na garantia de quantidade e de qualidade do recurso. A PNRH institui que a gestão hídrica deve contar com a atuação do Poder Público, dos usuários e da sociedade civil organizada por meio da organização dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Segundo Meier e Basso (2014), os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) são entidades de extrema importância na gestão hídrica, com poder deliberativo nos domínios estadual e municipal das bacias. Entende-se aqui que os CBH são espaços públicos onde se expressam perspectivas diversas sobre o que se entende por gestão, qualidade e acesso à água, bem como sobre o que significa um risco, seja da ordem que for. Logo, pressupõe-se que o discurso neoliberal da época de sua criação, persistente até hoje, não seja o único presente neste espaço de esperado diálogo.

O discurso jurídico sobre a gestão da água muda de sentido quanto aos eventos críticos e quanto à garantia dos seus usos múltiplos. A presente Lei estabelece a prioridade de uso para os consumos humano e animal, além de determinar que a garantia de uso múltiplo de águas deve, também, ser foco de gestão. Dos objetivos da PNRH, destaca-se do Art.2º:

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais (BRASIL, 1997, p.1).

O discurso neoliberal integra-se àquele da preservação dos recursos naturais, do Desenvolvimento Sustentável, uma exigência internacional especialmente fortalecida na ECO 92.

Quanto ao acesso, a Lei Nacional que estabelece diretrizes para o saneamento básico – Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, fortalece a necessidade de universalização deste serviço interconectando-o ao acesso à água (BRASIL, 2007). O direito ao acesso à água foi instituído juridicamente desde a Constituição de 1988, caracterizando-o como um dos direitos fundamentais à vida, à saúde e condicionante na fundamentação do princípio de dignidade da pessoa humana. Este discurso destoa daquele da PNRH por tratar a água como bem essencial à vida e o seu acesso como

um direito básico, o que na prática da gestão da água corre sérios riscos de não ser respeitado (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Em um sistema capitalista, em que o valor que importa é o econômico em detrimento daqueles éticos, de fato, é imprescindível cobrar pelos serviços de abastecimento, de tratamento e de preservação dos ecossistemas que mantêm os rios saudáveis, como é proposto nos documentos oficiais, mas na prática, a gestão das águas não se dá desta forma. Como recurso hídrico, a água é facilmente confundida e convertida em recurso financeiro, um processo que se inicia como linguístico, torna-se uma ação banal, corriqueira, irrefletida e acaba por ser a grande causa das crises hídricas e dos intensos conflitos pela água.

Na transição para o século XXI, surgem as políticas de convivência com o Semiárido, um resgate da ideia surgida nos anos 80, sobre a necessidade do combate à pobreza rural, de fortalecimento da agricultura familiar, com créditos direcionados para os pequenos agricultores, bolsas de garantia da safra, cisternas para captação da água da chuva, ou seja, pensa-se no caminho para o alcance da autonomia por parte dos pequenos proprietários de terra.

No final da década de 1990, os Movimentos e Organizações Sociais e as lutas populares criaram a Articulação do Semiárido (ASA), mais tarde se tornaria grande resistência contra a transposição do rio São Francisco, que, durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), em 1999, lançou a Declaração do Semiárido que significou um fortalecimento do discurso de convivência com as secas, iniciado por Josué de Castro. O documento dispõe sobre propostas baseadas em duas premissas: a conservação, o uso sustentável e a recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; além de fazer força política para a quebra do monopólio de acesso à terra, à água e aos outros meios de produção (SILVA, R., 2003).

Ainda nesta época, alguns açudes e barragens foram construídos e reformados, o debate sobre a transposição do rio São Francisco, de origem ainda na época de Dom Pedro II, reavivado na Era Vargas e durante muitos anos visto como a única solução para acabar com o sofrimento dos nordestinos diante das secas, foi reintroduzido no âmbito das políticas públicas (ANDRADE; NUNES, 2014).

No ano de 2003, o projeto da transposição do rio São Francisco foi levado a cabo, iniciado em 2007 e perdura como “grande obra sociopolítica” até os dias atuais. Gerador de grande polêmica quanto à manutenção dos ecossistemas e da vitalidade

que compõe o São Francisco, o projeto foi floreado com uma proposta de revitalização de suas margens. Esta ideia deu origem a um outro discurso, o da revitalização do rio, não somente de suas margens. Com forte embasamento no discurso do desenvolvimento sustentável e da governança ambiental, ganhou visibilidade no país a partir da ECO 92, não se restringiu aos espaços do poder público, lançou-se nos espaços acadêmicos e se fortaleceu na sociedade civil como um todo. Nenhum dos dois caminhos foram realizados e, ainda, a estrutura da transposição foi composta por canais de concreto a céu aberto que favorecem a evaporação intensa das águas correntes.

Hoje, a transposição é denominada de Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), uma estratégia discursiva, por parte de coalizões políticas formadas historicamente, de apagar toda a discussão realizada no início da obra:

Assim, historicamente, houve coalizões favoráveis à transposição, compostas essencialmente por técnicos governamentais envolvidos em sua concepção, ministros de Estado e lideranças políticas dos estados potencialmente beneficiários do projeto (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba). Em diferentes contextos, estas coalizões foram capazes de contar com o apoio de empreendedores políticos, em alguns casos, presidentes da República, a ponto de viabilizar sua retomada à agenda do governo federal (IPEA, 2013, p. 18).

Como grande promessa de acabar com a sede do povo nordestino, a transposição do rio São Francisco, muitas vezes, aproxima as comunidades desassistidas de suas águas, mas não garante o acesso a elas. Nas reuniões da CCR Submédio SF acompanhadas pela pesquisadora, foram inúmeros os relatos de casos como esse por parte dos representantes dos diversos territórios que compõem a região, além daqueles que apresentaremos como produto das entrevistas.

De acordo com Garcia e Wanderley (2018, p.27), a obra colossal que significou a transposição termina com um custo 82% maior que o planejado e com a indicação de superfaturamento pelo Tribunal de Contas, além de seu objetivo oculto: “O projeto de transposição destina a maior parte da água ao agronegócio (70% do total e 87% no Eixo Norte) ”.

Paralelas à reprodução do discurso sobre a transposição, as discussões internacionais sobre acesso à água se intensificaram, levando à oficialização do direito humano internacional ao acesso à água (ONU, 2011). A partir deste movimento, criou-se o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos, instituído pelo Decreto Federal nº 7.535 de julho de 2011.

O objetivo do programa, elaborado pela ASA, era de promover a universalização do acesso à água em áreas rurais. O discurso de convivência com o Semiárido rememorado em um contexto diferente do anterior, tinha foco no consumo humano e na produção agrícola familiar a partir da construção de barreiros, instalação de cisternas para produção e de sistemas coletivos de abastecimento. No entanto, segundo Andrade e Nunes (2014), as cisternas não dariam conta de um objetivo tão amplo que é a universalização do acesso à água, pois elas não favoreceriam sua captação contínua, alternativa bastante presente no Nordeste rural.

O governo brasileiro desta época, apesar de apresentar um modo neoliberal de governar, conseguiu mobilizar recursos e políticas para diminuir a desigualdade no país, dando especial atenção à região Nordeste, incorporou em suas instituições, de forma intensa, tanto o discurso da convivência com o Semiárido como o discurso do Desenvolvimento Sustentável cooptado pelas formas neoliberais globais de ação governamental.

Adiante, apresenta-se uma cronologia do discurso sobre a seca (Quadro 1), atestando a persistência do discurso oficial, que sustenta o problema como estritamente climático e remediável, as transformações relacionadas aos seus interlocutores e às soluções remediadoras, além daqueles discursos que disputavam locais de poder com o oficial e ofereciam oportunidades de fusões convenientes para legitimar as ações de controle sobre a água pelas elites e pelo governo brasileiro, ao longo do tempo. Indicados os discursos oficiais dominantes e diversos

Quadro 1 - Síntese dos discursos oficiais sobre a seca e suas transformações ao longo do tempo

DISCURSO	INTERLOCUTOR	SOLUÇÃO PADRÃO	DÉCADAS
A SECA COMO UM PROBLEMA CLIMÁTICO REMEDIÁVEL	ELITES E GOVERNO Dominante	AÇUDAGEM	1920; 1930; 1940; 1950
A SECA COMO UM PROBLEMA SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO	INTELECTUAIS E GOVERNO	INDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO PARA CONSUMO INTERNO	1950; 1960
A SECA COMO UM PROBLEMA CLIMÁTICO REMEDIÁVEL	ELITES E GOVERNO Dominante	POLÍTICA HIDRÁULICA INDUSTRIALIZAÇÃO AGRICULTURA IRRIGADA PARA EXPORTAÇÃO	1960;1970;1980;1990 2000; 2010;2020
A SECA COMO UM PROBLEMA CLIMÁTICO REMDIÁVEL A SER GERENCIADO POR TÉCNICOS	ELITES, GOVERNO E INTELECTUAIS Dominante	POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	1990; 2000;2010;2020
A SECA COMO OPORTUNIDADE DE LUCRO	ELITES, GOVERNO E INTELECTUAIS Dominante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL GOVERNANÇA VALORAÇÃO OUTORGA	1990;2000;2010;2020
A SECA COMO UM PROBLEMA SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO	GOVERNO, INTELECTUAIS E SOCIEDADE CIVIL	GESTÃO HÍDRICA PARTICIPATIVA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA	1990;2000;2010;2020
A SECA COMO UM PROBLEMA CLIMÁTICO REMDIÁVEL A SER GERENCIADO POR TÉCNICOS	ELITES E GOVERNO Dominante	TRANSPOSIÇÃO	2000;2010;2020
A SECA COMO UM PROBLEMA ECOLÓGICO	GOVERNO, INTELECTUAIS E SOCIEDADE CIVIL	REVITALIZAÇÃO	2000;2010;2020
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA	GOVERNO, INTLECTUAIS E SOCIEDADE CIVIL	AGRICULTURA FAMILIAR PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA (CISTERNAS, BARREIROS E SISTEMAS COLETIVOS DE ABASTECIMENTO)	1980;1990;2000;2010

Fonte: elaboração própria.

Este quadro não é um mero resumo do presente tópico, ele é produto da revisão bibliográfica sobre o estudo das secas no Brasil, sobre as políticas públicas relacionadas “às águas” no país, sobre o controle do acesso à água no Submédio São Francisco e da revisão documental sobre o CBHSF, logo, agrega tanto as informações das discussões anteriores como introduz elementos para as reflexões subsequentes a serem esquadrihadas.

Os *discursos oficiais dominantes* que persistiram por muito tempo são aqueles pelos quais elites e governo se associam para a sua oficialização, primeiramente, sua divulgação e, por fim, para sua legitimação social. Aqueles *oficiais diversos*, em que a sociedade civil e os intelectuais reforçam, duraram até o momento em que as regalias do governo e das elites passam a ser percebidas e reguladas.

Desta forma, os beneficiados iniciam seu processo de opressão aos discursos diversos que, de alguma forma, denunciam as relações hegemônicas desses grupos sociais ou geram obstáculos à concretização de seus objetivos particulares.

Adiante, aprofunda-se a reflexão sobre as elites do Submédio São Francisco por meio de um resgate histórico do coronelismo e das estratégias de domínio territorial na região.

2.2.3 A economia e o domínio dos coronéis

A formação territorial do Submédio São Francisco traz consigo as marcas da violência física e psíquica contra os indígenas que viviam na região, antes da chegada dos portugueses e dos negros escravizados pelos mesmos, assim como daquelas sofridas pela população miscigenada, anos depois. Todos aqueles que não pertenciam às famílias e ao compadrio dos coronéis (grandes proprietários rurais pecuaristas) eram subjugados, utilizados como instrumento e meio para a satisfação da vaidade, dos desejos e do enriquecimento dessas entidades bárbaras do Sertão são-franciscano. O relato seguinte traz detalhes da violência que ele caracteriza como um processo nacional que se reproduz com seu povo, o povo Tuxá:

Ocorre que a história dos povos indígenas no Brasil é marcada por danos e expropriações em todas as esferas legais imagináveis, afetando a dignidade, a vida, a identidade cultural e os territórios, havendo também remoções forçadas, tortura, escravidão, estupros, discriminação, apropriação de conhecimentos tradicionais, dizimação da cultura e outras diferentes formas de violação ambientais, territoriais, sociais e, conseqüentemente, de direitos humanos. A história do meu povo não se diferencia dos processos acima descritos (VIEIRA, 2017, p. 30).

Os povos Tuxá habitavam, há mais de 400 anos, as mais de 30 ilhas existentes no Submédio São Francisco e foram expulsos do seu território, com o respaldo dos discursos conservadores, para a implantação da barragem de Itaparica.

Suas falas diante do processo de desterritorialização são de grande importância para a presente pesquisa:

“O índio sem terra não vive”. Esta é uma afirmação que ouvi ao longo de toda a minha vida de meus parentes. Ainda assim, por mais de trinta anos, nós índios Tuxá de Rodelas - BA temos vivido sem terra, em uma longa guerra com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), a responsável pela construção da Barragem de Itaparica, a barragem maldita, que ao fim da década de 1980 inundou as nossas ilhas no Sub Médio São Francisco e grande parte de nosso território tradicional. Juntamente com a afirmação anterior, lembro-me de sua contrapartida, que também frequentemente ouvi: “quando a terra sair...”. As duas ideias que essas frases expressam simbolizam de forma única o dilema atualmente vivido pelo povo Tuxá ao longo de três décadas de espera por uma resolução justa frente às perdas provocadas pela inundação, que modificou drasticamente a paisagem e o ambiente de nossos territórios imemoriais. São trinta anos de luta árdua, de guerra, de sonhos que ficaram pra trás e de planos para o futuro que tantas vezes se depararam com os limites impostos pela morosidade, burocracia e descaso que caracterizaram os trâmites jurídicos entre a comunidade Tuxá de um lado, e a Companhia Hidro Elétrica de Itaparica, do outro (CRUZ, 2017, p.15).

Como símbolo de vivência respeitosa junto ao rio São Francisco, os povos indígenas, as comunidades tradicionais, têm, ainda, muito a contribuir com os processos de gestão da água na Bacia do rio São Francisco, a partir de sua história, saberes e de seus discursos. É preciso lembrar que não só o povo Tuxá vivenciou este tipo de violência, é a história dos povos indígenas e dos demais povos tradicionais da região que viviam e vivem às margens do rio São Francisco, terras de interesse das classes hegemônicas, ao longo da história.

Tecendo o contexto brasileiro, a formação de sua configuração territorial de fundamento e raízes rurais, em que as cidades brotavam a partir e dependentes do seu centro rural, com extrema dificuldade em transfigurar-se de uma sociedade colonial escravocrata para uma democracia burguesa, do Império à República, em que a família patriarcal continua a ser a unidade organizacional sociopolítica e econômica brasileira, assim como o espaço privado invade, sem constrangimentos, o espaço público. Terreno fértil para a legitimação social do sistema coronelista de centralização de poder na figura do senhor de terra, modo sociopolítico, econômico e cultural de dominação estabelecido para que fosse possível o desenvolvimento do sistema capitalista no país (HOLANDA, 1995).

Portanto, segundo Serejo (1979), o mandonismo local se consolidou como coronelismo, forma específica de poder político do governar brasileiro, após a Proclamação da República, com sua origem no período colonial como forma de garantia de manutenção territorial e produtividade regional por parte da Coroa Portuguesa.

A pecuária foi estabelecida na região do São Francisco na década de 1640 pelo segundo Garcia d'Ávila; Ao contrário das atividades de caça às minas e

aos índios, a criação de bois exigia um mínimo de estrutura e requeria ocupação efetiva do espaço. A estrutura era simples: um curral precariamente construído – para aprisionamento do gado -, uma fonte de água que era cavada no leito dos riachos ou nos baixios (GONÇALVES, E., 1997, p. 20).

A atividade pecuária no Submédio São Francisco estava intimamente ligada à exploração de recursos naturais pela Coroa, que dependia da relação principalmente com Salvador (capital do Brasil até 1763), até 1950, para o escoamento do gado, além de manter, em menor escala, intercâmbios mercantis com Recife. A partir daí, a concorrência com o mercado de gado de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul levou o Submédio São Francisco a certo isolamento decorrente da falência de várias fazendas, à consequente fuga dos fazendeiros para as capitais e à fragilização da estrutura de poder da região (COELHO, 2007).

O rio São Francisco, a água, sempre significou produtividade para o Submédio São Francisco, seja quando sua base econômica se fundava na atividade pecuarista como na agricultura irrigada que se estabeleceu como atividade central, na década de setenta e persiste até os dias atuais, absorvendo tanto o desenvolvimento tecnológico quanto os moldes de produção globais contemporâneos. No entanto, a região possui um sistema social resultante de uma modernização de caráter conservador, patriarcal que transitou do coronelismo clássico para o coronelismo neoliberal, em que o Poder se encontra centralizado no polo agroindustrial Juazeiro-Petrolina. Portanto, é necessário compreender os aspectos socioeconômicos não só do Submédio, mas também das duas cidades, dos vínculos que as permeiam e as constituem como polo político-econômico e cultural da região.

Juazeiro, por possuir uma posição estratégica que ligava o Médio ao Baixo São Francisco, em terra e pelo rio, teve um desenvolvimento político-administrativo mais acelerado que o da cidade vizinha, tornando-se, no período colonial, uma importante rota de exploração da Coroa. Em 1766, formou-se como vila dependente da comarca de Jacobina. No século dezenove, era reconhecida como município, consolidando-se em um importante centro econômico do interior, com domínio da navegação e do comércio, abrangendo Bahia e Minas Gerais. Também mantinha relações comerciais com o interior do Piauí e de Pernambuco para escoamento de seus produtos agrícolas, minerais, dentre outros materiais diversos que de Juazeiro eram destinados a Salvador e a outros pontos do litoral. Tal conjuntura condicionava o desenvolvimento de Petrolina, quando, por dominar o comércio fluvial, Juazeiro mantinha altas taxas

para escoamento dos produtos petrolinenses, aproveitando-se de seu isolamento e incipiente comunicação com Recife e Salvador (CHILCOTE, 1991).

Assim como Petrolina, o domínio político-econômico de Juazeiro era de cunho familiar, com mais famílias dominantes em relação à Petrolina. As famílias controlavam o comércio e o governo do município até a revolução de 1930, dessa forma mantinha-se um regime oligárquico responsável por sua autonomia diante do país. No entanto, a revolução lhe impôs tomadas de decisão em caráter nacional, dando lugar a uma aparente política partidária plural que, ao mesmo tempo, conservava o poder das famílias influentes na região. Juazeiro consolidou-se neste formato político-econômico até o período pós-ditadura, mascarando o poder das oligarquias locais por meio da reprodução, a sua forma, da democracia instigada pelas forças nacionais. Foi perdendo o domínio sobre o comércio são-franciscano, a partir da associação Petrolina-Governo Federal, do Governador de Pernambuco Nilo Coelho com o presidente General Castelo Branco, a partir da construção da ponte Presidente Dutra e de uma estrada pavimentada para Recife. Posteriormente, Juazeiro passa a depender de Salvador e de Petrolina.

De acordo com o último autor citado, a formação territorial de Petrolina teve início em 1730, em 1860 tornou-se povoado, em 1879 uma vila e em 1893 passou a município. Até final do século dezenove, estava fadada a permanecer uma passagem para Juazeiro, Salvador e Minas, castigada pelas secas consecutivas, estava esquecida pelo poder público e submetida aos mandos e desmandos dos coronéis. O patriarcado petrolinense foi constituído pelo poder de poucas famílias, portanto, tem caráter mais centralizador que o sistema político-econômico de Juazeiro. São as famílias Amorim, Cavalcanti, Padilha, Santana e Souza, Barracão, além da contemporânea Coelho, que se constituíram como oligarquias locais, cada uma chefiada por um coronel.

A centralização de poder se refletiu no setor econômico, Petrolina se mostrou resistente ao que se compreendia como “progresso”, cultivando a pecuária aos moldes do período colonial até 1920. Neste ano, uma indústria de borracha foi construída na região e, conseqüentemente, fez expandir o comércio, impulsionou a abertura de outras indústrias, como a Manchester Indústria Têxtil, que, por sua vez, repercutiu no desenvolvimento, também, da pecuária. Não é de impressionar o registro acadêmico desse desenvolvimento como um processo à custa de uma mão-de-obra miserável. Ao mesmo tempo, apesar da dependência econômica de Petrolina

em relação à Juazeiro, o município foi reconhecido como referência educacional na região.

De volta ao histórico de Petrolina, segundo Santos, R. (2013), a família Padilha governou durante 35 anos (1912-47), de 47 a 55 deu-se a oligarquia Barracão. Em 1955, o império Coelho se fez e consolida-se até os dias atuais. Após o falecimento do coronel Clementino Coelho, em 1952, a família resolveu utilizar sua riqueza para manter o controle sobre o comércio local, investiu na indústria e na agricultura. Os Coelho procuravam formação técnica e universitária para manter o domínio sobre indústrias, hospitais, organizações civis sem fins lucrativos, firmas de construção, além de possuir integrantes da família defendendo interesses políticos e econômicos em Recife e em Salvador. Casamentos foram realizados entre a família Coelho e famílias influentes na região, para que seu império alcançasse, igualmente, o domínio regional (CHILCOTE, 1991).

A partir da década de sessenta, Nilo Coelho foi eleito governador de Pernambuco com apoio do presidente Castelo Branco. Petrolina passa a ser o centro de importância na política estadual, revertendo a situação de dependência econômica vivenciada por Juazeiro-Petrolina e estruturando o município de Petrolina a partir da relação município-estado-federação, desvinculando o seu desenvolvimento das questões climáticas e das secas periódicas, tornando-se importante polo econômico do Sertão com influência nacional e internacional. Com isso,

[...] mudanças ocorreram no perfil produtivo da agropecuária nordestina. A partir dos anos 70, enquanto se reduzia a área cultivada com algodão, mamona, mandioca, sisal, expandia-se a área ocupada com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho. Ao mesmo tempo, algumas culturas não tradicionais na região, pelo valor de mercado relativamente alto que possuem, apresentaram peso crescente na produção regional: é o caso de frutas como mamão, manga, melancia, uva (nas áreas irrigadas pelo São Francisco), do cacau e abacaxi (em manchas favoráveis do sertão e agreste) e do tomate, café, soja e borracha (em áreas favoráveis do São Francisco, do agreste, do cerrado e da Zona da Mata, respectivamente) (ARAÚJO, 2000, p.8).

O governo federal se voltou para o Sertão a fim de estancar a migração Nordeste-Sudeste a partir do povoamento do Submédio São Francisco. Da década de 40 a 70, a população de Petrolina quadruplicou, não só para contemplar o setor industrial com mão-de-obra qualificada (minerais não-metálicos, alimentar, mobiliários, têxtil, óleo de mamona), mas a agricultura irrigada, com o desenvolvimento dos Perímetros Irrigados para a produção diversificada de hortifrutigranjeiros, a construção da Hidrelétrica de Itaparica para geração de energia,

o Aeroporto de Petrolina e o Hotel Grande Rio, exigiam uma formação específica para manter suas atividades. Além da nova estrutura que, por si, começou a atrair pessoas interessadas na abertura de novos campos econômicos.

A educação de primeiro e segundo graus, em Petrolina, e universitária, em Juazeiro, também atraíam uma população específica para a região do Submédio. Ainda hoje, estas cidades têm grande representatividade educacional, não só pela qualidade das escolas de Ensino Fundamental e Médio, mas por possuir a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), atraindo professores e alunos de todo o país para compor e cursar, principalmente, a formação em Medicina. O intercâmbio cultural consequente deste processo, contribuiu para uma grande mudança nos discursos, posturas e costumes locais, assim como na estrutura urbana, que reproduz aquela das capitais do país.

Ao retratar essa fase próspera do governo dos Coelho em Petrolina, extremamente dependente do rio São Francisco para acontecer, Chilcote afirma que se registrou

[...] atenção considerável aos problemas do rio, entre os quais a utilização de sua água para irrigação, a construção de barragens para controlar inundações excepcionais e soluções para o problema das secas periódicas da região. Em 1971, o futuro do rio São Francisco tornava-se tema de grande importância, como resultado da advertência feita pelos ecologistas de que ele estaria secando. De fato, em meados daquele ano o transporte fluvial fora suspenso porque o baixo nível da água tornava precária a navegação. Como o interior dependia da energia hidrelétrica gerada em Paulo Afonso e a irrigação com água do rio era essencial para o desenvolvimento agrícola, a imprensa nacional, os técnicos e os políticos dedicavam considerável atenção a este tema (CHILCOTE, 1991, p.95).

É de extrema importância destacar que este autor fez a observação de que foi realizada uma reunião política sobre a situação do rio e que a partir desta ação foi elaborado um relatório, arquivado pouco tempo depois. O rio, atualmente, encontra-se descrito da mesma forma como está na citação acima, mesmo após a promulgação das leis que norteiam a gestão hídrica, após o aparelhamento do Estado com as instituições de gestão e no decorrer do processo de amadurecimento do CBHSF. O que significa, de fato, grande negligência socioambiental e econômica por parte das empresas, governos regional e nacional. Esse trecho do livro registra o que foi identificado no tópico sobre a “Persistência do Discurso Oficial sobre as Secas e as Políticas Públicas no Semiárido Nordeste”, a criação de discursos sobre a remediação das consequências das secas, o surgimento daqueles discursos técnicos em torno do problema, além do discurso ecológico, assumindo papel de oposição

política ao discurso oficial. Toda essa estrutura linguística, político-social e econômica não mudou muito no século XXI, como foi visto no Quadro 1(p.47), inserido no tópico supracitado.

Até o final da ditadura, em 1985, existiam projetos de irrigação públicos, financiados pela SUVALE, SUDENE, CODEVASF e BNB, e privados, sustentados por empresas locais. Grande quantidade dos projetos públicos não foi levada adiante após esse período, pois os colonos não conseguiram arcar com os altos gastos da fruticultura irrigada. Restou a eles servir de mão-de-obra às grandes fazendas dos irrigantes e do comércio nos centros urbanos. Em 1995, o setor agrícola já era de domínio empresarial, bem estabelecido, com 70% das propriedades rurais formalizadas para a fruticultura irrigada. A mão-de-obra das empresas está nas vilas próximas ao perímetro irrigado e nos bairros periféricos de Petrolina. No ano de 2007, o polo Juazeiro-Petrolina congregava 24 perímetros irrigados (COELHO, 2007).

A partir do estudo sobre o histórico da região, chega-se à conclusão, portanto, que o discurso do desenvolvimento do Submédio São Francisco segue o caminho do estabelecimento de mecanismos de neutralização das oposições políticas, assim como a gestão pública segue o princípio de manutenção do império familiar na região, com forte permanência de elementos do coronelismo. Estão oprimidas ou controladas as preocupações socioambientais, a não ser que elas signifiquem apoio político e cultivo do poder. Concordamos com Gonçalves, E. (1997) que urge uma mudança na cultura regional, uma transformação de base educacional que motive a população a se tornar mais autônoma, ativa e criativa politicamente.

É preciso enfatizar que, ao longo da história do Submédio, o Estado não foi regulador das funções sociais da gestão pública, mas um comparsa das oligarquias responsáveis por uma transição entre um sistema político-econômico fincado em práticas coronelistas para um sistema capitalista voraz, em que a classe dominante é aquela, justamente, cujos membros têm origens nos coronéis do passado que mantêm a desigualdade social e a exploração utilitária dos recursos naturais para a conservação de seu território, de seu império familiar que se faz à beira e às custas do rio São Francisco. Dessa forma, qualquer discurso que ameace a manutenção de poder dessas oligarquias é enfraquecido, manipulado e tem extrema dificuldade em materializar-se.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo tem como foco delinear o contexto estudado, assim como os processos metodológicos que foram realizados para compor a pesquisa.

3.1 DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A elaboração dessa seção foi realizada com o objetivo de apresentar as diversas dimensões da região do Submédio São Francisco, caracterizando-a de forma detalhada e contextualizando a discussão da tese não só com os elementos imateriais de sua formação e manutenção, mas, também, delineando as relações entre o imaterial e o material ao longo do trabalho, compondo o seu território e as condições de produção dos discursos.

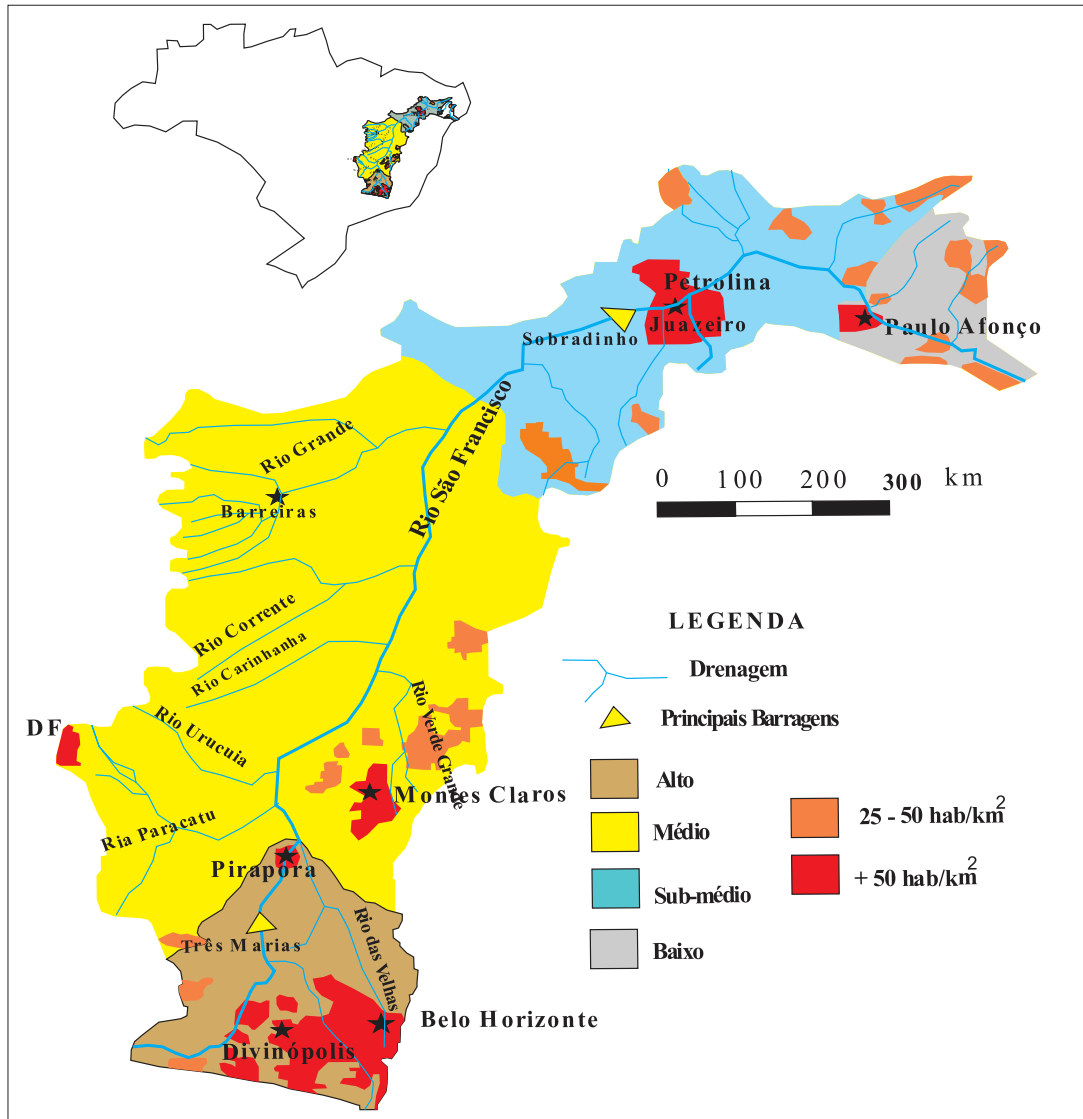
As instituições que são responsáveis pela gestão da água do rio, tanto de abrangência nacional como aquelas de dimensão regional e local (CBHSF e CCR Submédio SF) foram identificadas, além de caracterizadas na discussão dos resultados, como atendimento a um dos objetivos específicos da tese.

A região hidrográfica do São Francisco abrange 507 municípios e perpassa seis estados do Brasil: Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe. O rio São Francisco se destaca pelo seu volume de água e por contemplar o Semiárido com este bem essencial aos nordestinos, com vazão natural média anual de 2.850 m³ por segundo. Origina-se na Serra da Canastra em Minas Gerais, escoar no sentido sul-norte pelos estados de Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco e chega ao Oceano Atlântico na divisa entre Alagoas e Sergipe. A extensão do rio São Francisco é de 2.700 km e sua área de drenagem é de 639.219 km², quase 8% do território brasileiro, fazendo da bacia um mosaico de ambientes, composto por diversos biomas: mata atlântica, cerrado, caatinga, de espaços urbanizados, vividos, histórias e culturas peculiares (CBHSF, 2017).

A Bacia é dividida, estrategicamente, em quatro regiões fisiográficas denominadas: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco (Figura 1). Esta divisão leva em conta o curso do rio e a variação de altitude ao longo do mesmo. O Alto São Francisco está localizado em Minas Gerais; o Médio São Francisco na Bahia, Goiás e Distrito Federal; o Submédio nos estados da Bahia e de Pernambuco e o Baixo São Francisco nos estados de Alagoas e de Sergipe. O intuito de subdividir a Bacia em

quatro regiões fisiográficas foi servir de base ao seu planejamento e efetivar a gestão dos recursos hídricos, além de facilitar a localização das suas diversas populações e ecossistemas que a compõem.

Figura 1- Regiões fisiográficas do rio São Francisco



Fonte: Modificado de SERGIPE (2017).

A área de interesse do presente estudo, o Submédio São Francisco é a segunda maior região hidrográfica da bacia do rio São Francisco, levando em conta que nesta localidade o rio assumia vazão de 104 m³/s, 4% do total da vazão natural do rio São Francisco no ano de 2004 (CBHSF, 2004, 2017).

A região do Submédio São Francisco está situada no Nordeste semiárido brasileiro, na porção norte do estado da Bahia e a Oeste de Pernambuco.

Precisamente, entre os meridianos 43°W, 37°W e paralelos 7°S, 12°S, composta por 83 municípios, com 59 deles localizados em Pernambuco e 24 na Bahia.

O Submédio São Francisco estende-se da barragem de Sobradinho até a de Xingó, compreendido pelas sub-bacias dos rios Pontal, Garças, Brígida, Pajeú, Moxotó e Xingó, à margem esquerda e à margem direita aquelas dos rios Tourão, Salgado, Vargem, Curaçá, Macuru e Poço Comprido, abrangendo 110.445km², cerca de 17% da área da bacia do rio São Francisco, possui, ainda, uma relevante rede de drenagem de extensão de 23.479km. Os municípios que compõem essa região do estado de **Pernambuco** são: Afogados da Ingazeira, Afrânio, Águas Belas, Alagoinha, Araripina, Arcoverde, Belém de São Francisco, Betânia, Bodocó, Bom Conselho, Brejinho, Buíque, Cabrobó, Caetés, Calumbi, Carnaíba, Carnaubeira da Penha, Cedro, Custódia, Dormentes, Exu, Flores, Floresta, Granito, Iati, Ibimirim, Igaraci, Inajá, Ingazeira, Ipubi, Itacuruba, Itaíba, Itapetim, Jatobá, Lagoa Grande, Manari, Mirandiba, Moreilândia, Orocó, Ouricuri, Paranatama, Parnamirim, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Petrolina, Quixabá, Salgueiro, Saloá, Santa Cruz, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Serrita, Sertânia, Solidão, Tabira, Tacaratu, Terra Nova, Trindade, Triunfo, Tupanatinga, Tuparetama, Venturosa, Verdejante. No estado da **Bahia** os municípios que fazem parte do Submédio São Francisco são: Abaré, Campo Formoso, Chorrochó, Curaçá, Glória, Jacobina, Jaguarari, Jeremoabo, João Dourado, Juazeiro, Macururé, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Ourolândia, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Rodelas, Santa Brígida, Sobradinho, Uauá, Umburanas, Várzea Nova (ASSIS, 2015, 2016).

O Submédio São Francisco é uma região de reserva de água, principalmente na barragem de Sobradinho, ou seja, os conflitos pela água no Submédio São Francisco rompem a ideia de fronteira regional, impactando o Baixo São Francisco para onde a água represada corre e, por vezes, para o Médio São Francisco, em sentido oposto ao seu curso, dependendo das relações econômicas estabelecidas entre regiões.

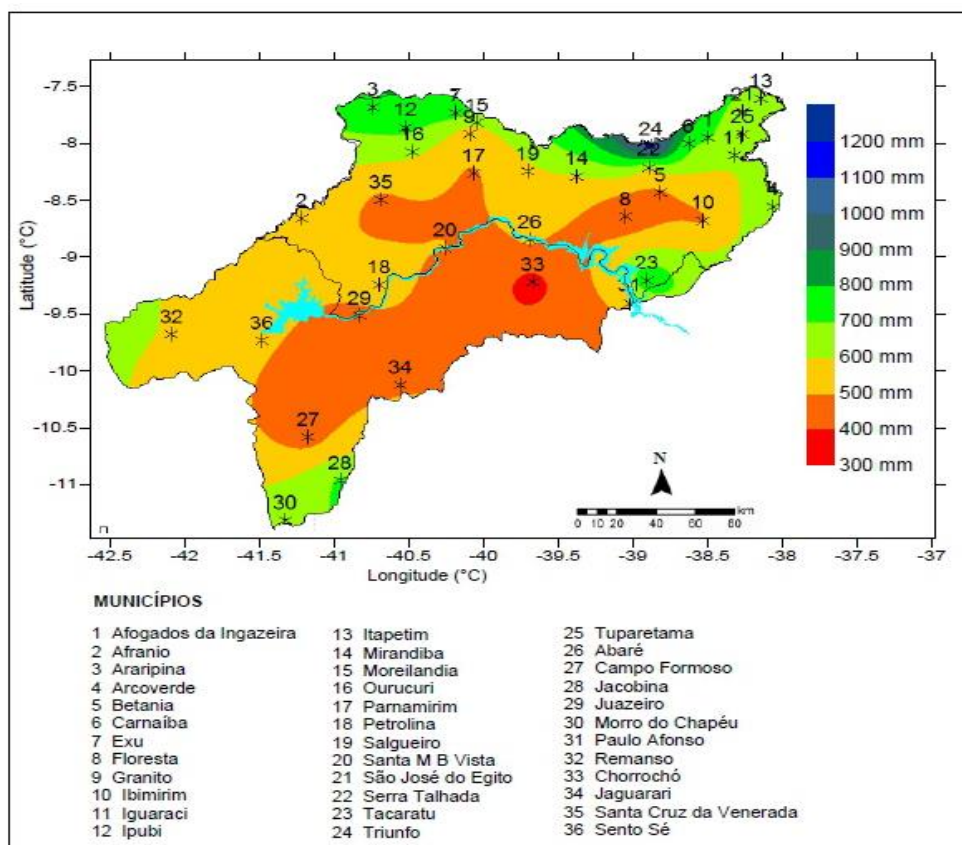
O clima da região é quente, semiárido mediano, marcado por uma temperatura média anual de 27 °C, com altos níveis de insolação e baixa umidade relativa do ar, classificado como BSwH por Köppen. De período seco prolongado, o Submédio São Francisco passa de seis a oito meses com sua vegetação original, a caatinga, assumindo uma coloração branca, extremamente seca. A região pode permanecer

neste estado de maior aridez até dez meses, num caso extremo. Também foi observado que a região já chegou a ficar por até quatro anos com incidência pluviométrica abaixo do esperado. Os níveis máximos de evaporação ocorrem entre os meses de setembro e dezembro, chegando a 9 mm (ASSIS, 2016).

A intensidade média anual do vento é de 3,3 m/s, chegando a mais de 3,8 m/s nos meses de agosto e setembro que antecedem o período de temperaturas mais altas na região, e as intensidades mais baixas de 2,8-3,0 entre os meses de dezembro e abril (CBHSF, 2016b).

As chuvas, no Sertão como um todo, decorrem das Frentes Frias, dos Vórtices Ciclônicos de Ar Superior (VCAS) e da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). Existe uma pré-estação chuvosa que se inicia em dezembro, no extremo oeste, associada às instabilidades das Frentes Frias e aos VCAS. Essas instabilidades atuam, principalmente, nos meses de janeiro e fevereiro. Em fevereiro ou março, as chuvas se espalham por todo o Sertão, dando início ao seu período chuvoso, com totais anuais pluviométricos que atingem uma média entre 300 e 1200 mm (Figura 2).

Figura 2 - Distribuição espacial da precipitação pluviométrica anual no Submédio São Francisco



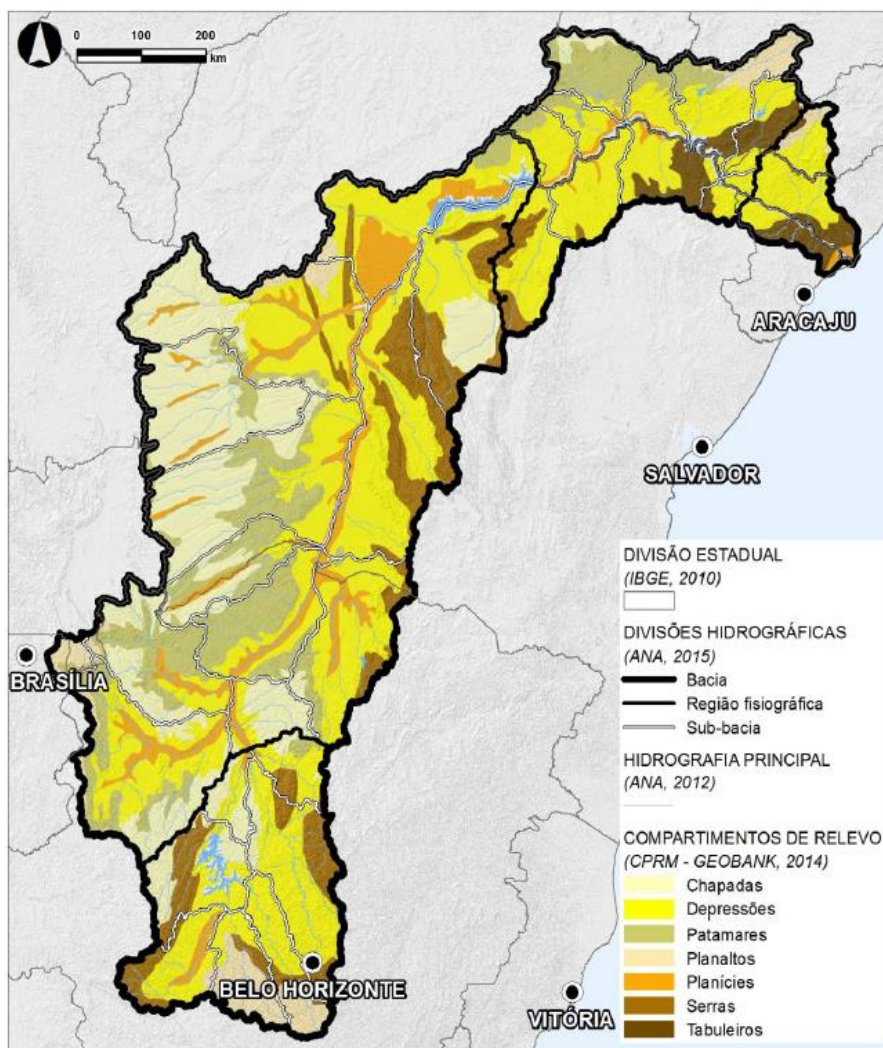
Fonte: Assis (2016).

Os valores mais relevantes incidem no alto Sertão pernambucano, em Serra Talhada e em Triunfo, e os índices de menor intensidade pluviométrica se localizam nos Sertões banhados pelo São Francisco, em Pernambuco e na Bahia, como na cidade de Chorrochó, por exemplo. O baixo índice pluviométrico como também o longo período seco, devem significar um alerta para a necessidade de planejamento, impactando diretamente a gestão da água na região, no sentido de garantir o acesso à água durante todo o ano para toda a população, o que pode significar a solução de conflitos de diversas ordens, principalmente nos pontos mais críticos indicados na Figura 2 (ASSIS, 2016).

A região do Submédio, com sete a oito meses secos, atinge precipitação pluviométrica média anual na ordem de 400 a 650 mm, com regime anual irregular de chuvas de outono-inverno, que se concentram principalmente entre os meses de novembro a março (EMBRAPA, 2009).

Na região em apreço são predominantes os terrenos de origem proterozóica e neoproterozóica, além de bacias sedimentares importantes como as do Araripe, Tucano e Jatobá. As principais serras: da Diamantina, de Jacobina e a do Orobó e, como planalto, o da Borborema. As formações mais presentes são as depressões e patamares (Figura 3), como o Patamar Sertanejo de grande extensão. Aquelas de menor representação são os corpos de água e as chapadas, como a do Araripe. Oitenta e quatro por cento do relevo da região do Submédio atinge altitudes de 300 a 650 m, representando o espaço de menores altitudes na bacia do rio São Francisco, num intervalo de zero a 1.300m de altitude. Ocorre declive muito acentuado na Depressão do Baixo Rio São Francisco e nos Tabuleiros dos rios Real/Vaza-Barris (CBHSF, 2016b).

Figura 3 - Compartimentos de Relevo



Fonte: CBHSF (2016b).

De acordo com Assis (2016), são nas áreas de maior altitude que incidem os maiores índices pluviométricos nesta região, assim como o inverso é verdadeiro, nos locais de menor altimetria são aqueles de menor regime pluviométrico. Ou seja, ocorre grande influência da conformação do relevo nos padrões de ocorrência de chuvas no Submédio São Francisco, o que também deve ser levado em conta quando planejada a distribuição de água na região.

Quanto aos recursos minerais, a região fisiográfica mantém a exploração relevante de gipso, gipsita, calcário, mármore, cobre, granito, ouro, ilmenita e água mineral, apresenta-se o calcário como a de maior expressão. São empresas do ramo minerador atuantes no Submédio do SF a Votorantim, a Mineradora São Jorge, em Pernambuco, e a Jacobina Mineração e Comércio, na Bahia (CBHSF, 2016b).

Dessa forma, é preciso constante monitoramento dessas atividades para que não afetem tanto, pelos riscos inerentes à extração, as fontes de água mineral como as águas superficiais do rio São Francisco. Já que todas as atividades mineradoras são grandes produtoras de resíduos tóxicos e alteram drasticamente o ambiente natural que mantém o rio.

O clima semiárido, as baixas altitudes predominantes, os solos e a hidrografia característica desenham a caatinga na região do Submédio São Francisco. Caatinga quer dizer “mata branca”, termo Tupi-Guarani, representa uma fase do bioma em épocas de seca. De equilíbrio sensível, que oscila entre o estado de desertificação e de floresta, de difícil reprodução artificial e regeneração, sofre grande impacto das ações humanas, além de ser historicamente estigmatizada como mata símbolo de “falta de recursos e população flagelada”, a caatinga ainda é uma composição natural negligenciada nas produções científicas (CAMARGO, 2017).

De acordo com Paes (2009), as matas na região que compreende o polo Juazeiro-Petrolina eram de porte predominantemente arbóreo: árvores altas, uma diversidade faunística característica que não está mais presente, consequência da exploração humana na ausência de planejamento, cautela ou valorização da caatinga.

Assis (2016) chama atenção para as mudanças climáticas oriundas do processo de aquecimento global, alertando que a previsão é de que as temperaturas no Nordeste brasileiro poderão subir de 2° a 5° C até o final do século XXI, transfigurando a caatinga em um tipo de vegetação ainda mais vulnerável. No Submédio São Francisco, a Caatinga Hiperxerófila é dominante, assumindo conformações mais densas nos relevos ondulados ao norte e na zona de entalhe do rio São Francisco. Ela, igualmente, está bem representada nos pediplanos e nos relevos residuais altos do sudoeste da região (ASSIS, 2015, 2016).

É importante enfatizar que a vegetação original, por ser adaptada ao clima, é a de maior eficiência para manter os níveis de água subterrânea e superficial do rio São Francisco na região do Alto Sertão, partindo do princípio de que o rio se formou e se manteve caudaloso nesta conformação ecossistêmica até a chegada dos portugueses, que iniciaram o desmatamento para a criação de gado no interior do país.

A Região do Submédio se destaca pela presença relevante de Unidades de Conservação (UC), no estado da **Bahia**: Parque Estadual Morro do Chapéu; Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido (Morro do Chapéu); Área de Proteção

Ambiental Grutas dos Brejões (parte em Morro do Chapéu); Parque Estadual das Sete Passagens (Miguel Calmon); Estação Ecológica do Raso da Catarina (Rodelas, Paulo Afonso, Jeremoabo); Área de Proteção Ambiental Lago do Sobradinho (Casa Nova, Remanso, Sento sé e Sobradinho); Parque Natural Municipal da Macaqueiras (Jacobina). Em **Pernambuco** há uma maior quantidade de UCs: Reserva Biológica de Serra Negra (Floresta, Inajá, Tacaratu); Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe (Araripina, Bodocó, Cedro, Exu, Ipubi, Serrita, Moreilândia, Trindade); Reserva Particular do Patrimônio Natural e Reserva Ecológica Maurício Dantas (Betânia); Parque Nacional do Catimbau (Buíque, Ibimirim, Sertânia e Tupanatinga); Reserva Particular do Patrimônio Natural Brejo (Saloá); Floresta Nacional de Negreiros (Serrita); Reserva Particular do Patrimônio Natural Cantidiano Valgueiro de Carvalho Barros (Floresta); Reservas Particulares do Patrimônio Natural Jurema, Umburana e Siriema (Belém do São Francisco); Parque Estadual Serra do Areal, Refúgios de Vida Silvestre Riacho Pontal e Tatu-bola (Petrolina). São cerca de 20 UCs presentes no Submédio como um todo e precisam de atenção, no sentido de preservar as áreas de nascentes e de manutenção dos afluentes do rio São Francisco (BRASIL, 2018).

Quanto ao contexto socioeconômico que se imbrica ao contexto ecossistêmico estudado, a síntese do trabalho científico de Andrade, M. (1982) sobre o uso e a ocupação do solo, admitindo o professor como referência histórica relevante quando se trata do estudo da região, além de oferecer a possibilidade de uma análise comparativa de um período decorrido de 41 anos (1975-2016), a partir de dados do IBGE do ano de 2010 e de 2016 de Medeiros et al (2018).

Andrade, M. (1982) conclui que as terras do Submédio São Francisco eram subutilizadas, não pelas condições naturais: clima, solo e vegetação, mas pelo baixo emprego de capital para a produção agrícola, além do uso de tecnologia inadequada às condições anteriormente citadas. Na época, predominavam áreas de pastagens e, em menor escala, tinha-se a lavoura, as matas e as terras em pousio.

Na parte pernambucana, as maiores áreas ocupadas por lavoura estavam localizadas nas cidades de Floresta e de Petrolina, o que o autor atribuiu à grande extensão territorial de ambas. As lavouras temporárias eram predominantes em relação às permanentes, o que justificaria a expansão das culturas irrigadas na beira-rio e nas proximidades dos leitos de riachos, com grande possibilidade de se tornarem permanentes. Como exemplo tinha-se: Garças, Brígida, Terra Nova, Navio e Pajeú. Em relação às florestas, o autor relata que todas se encontravam preservadas, com

exceção de 111 hectares cultivados em Petrolândia, reservados para a inundação que daria lugar à represa de Itaparica.

Na parte baiana, a área era menos ocupada em relação à área pernambucana. No entanto, uma grande porção de suas terras era produtiva e não utilizada, ocupada por florestas, matas degradadas e preservadas. A área utilizada para fins agrícolas era de apenas 2698 hectares, mas se encontrava em processo de expansão decorrente da aplicação de projetos liderados pela CODEVASF.

As lavouras permanentes de maior relevância eram localizadas nos municípios de Chorrochó e de Macururé, onde a maior parte de seu território se encontra distante do rio. As pastagens eram de pouca relevância e as florestas eram preservadas em apenas 19 hectares localizados em Rodelas e Juazeiro. Em Glória e Paulo Afonso, já se tinha grande parte do território de área cultivada com culturas permanentes para abastecimento industrial. Este processo foi atribuído à influência modernizante do estado de Sergipe e à construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, que atraiu para a região técnicos, comerciantes, profissionais liberais mais dispostos a inovar nas formas de ocupação do espaço geográfico.

As Tabelas 1 e 2 trazem uma exposição temporal do uso do solo na região, respectivamente, em área e em percentual.

Tabela 1 - Ocupação do solo no Submédio São Francisco (1975 e 2010)

ATIVIDADES	PERCENTUAL	
	1975	2010
Lavouras	9,04%	1,6%
Matas e Florestas	0,37%	7,9%
Terras Produtivas em descanso	8,20%	-
Pastagens	79,74%	8,6%
Área Urbana	—	0,7%
Estabelecimentos Agrícolas	—	72,8%
Diversos	—	8,4%

Fonte: ANDRADE, M. (1982) e IBGE (2010).

Tabela 2 - Ocupação do solo no Submédio São Francisco (1985, 2001, 2016)

ATIVIDADES	ÁREA (HÁ)		
	1985	2001	2016
Solo Exposto	226.382	489.849	412.085
Água	305.803	126.591	158.516
Caatinga	1.918.585	1.800.484	1.710.389
Área Urbana	59.760	79.179	196.531
Agricultura	19.866	33.899	57.655
Não Classificado	51.301	51.695	46.521

Fonte: MEDEIROS et al. (2018).

Comparando os dados tabulados, o que chama mais atenção é a porcentagem ocupada pelos estabelecimentos agrícolas no ano de 2010, cerca de 72% do solo, atestando a base atual da economia da região do Submédio, também presente na Tabela 2, o crescimento da agricultura proporcionou a ocupação de uma área maior que o dobro daquela no ano de 1985, em 2016.

No ano de 1975, a área de pastagem representava 79,74% do solo utilizado, o que indica que os empreendimentos agrícolas, baseados na irrigação ainda eram tímidos, nesta época em que a economia era voltada para as atividades pecuárias, mais em Pernambuco que na Bahia. No ano de 2010, a área ocupada pelas pastagens, 8,6%, é próxima daquela que há 35 anos atrás era reservada ao uso da lavoura, o que atesta a transição econômica da região para a agricultura irrigada de alcance internacional de mercado (PAES, 2009). É preciso dar ênfase à transição de uma atividade que dependia do mínimo uso de água para outra que além de ocupar uma grande extensão de terras, introduz culturas que não são adaptadas ao clima da região. Dessa forma, tais culturas necessitam de muita água, fertilizantes e agrotóxicos para o aumento de produção, de acordo com a racionalidade técnico-instrumental neoliberal hegemônica.

Esse processo significou, portanto, grande pressão sobre o rio São Francisco, o que é registrado na Tabela 2. Em 2016, a área ocupada por água era quase 50% menor que aquela que existia em 1985. Em contrapartida, a área urbana foi expandida para uma área maior que o dobro daquela que compreendia no ano de 1985.

A porcentagem de mata ou de florestas representa 7,9% do solo utilizado, área menor que aquela de pastagens. Vale ressaltar que mesmo apresentando uma queda na porcentagem de matas originais, atualmente, em comparação ao ano de 1975, as matas representavam uma parte ainda menor do uso do solo no Submédio São

Francisco, 0,37%. Atribui-se tal fato à derrubada radical das matas para dar lugar às gramíneas na criação de animais para corte. A Tabela 2 apresenta dados de perda da área de caatinga ao longo dos anos, ainda com expressiva ocupação do solo em 2016, apesar da diminuição de área, caracterizando-se como a maior área ocupada das classes apresentadas na tabela. Não está presente a porcentagem relativa ao uso do solo pela mineração, certamente ele está oculto nas classes “diversos” e “não classificados”.

No quadro 2 estão elencadas as grandes intervenções sobre solos e águas no Submédio São Francisco, ao longo de poucos anos.

Quadro 2- Grandes obras e perímetro irrigados no Submédio São Francisco

GRANDES INTERFERÊNCIAS	LOCALIZAÇÃO	ANO DE INAUGURAÇÃO
Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso	Submédio São Francisco-BA	1955
Usina Hidrelétrica Itaparica ou Luiz Gonzaga	Submédio São Francisco-BA	1979
Usina Hidrelétrica Sobradinho	Submédio São Francisco-PE	1982
Transposição do rio São Francisco	Águas Captadas do Submédio-PE	2018
PERÍMETROS IRRIGADOS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE INAUGURAÇÃO
Bebedouro	Petrolina-PE	1968
Mandacarú	Juazeiro-BA	1971
Tourão	Juazeiro-BA	1979
Maniçoba	Juazeiro-BA	1980
Curaçá	Juazeiro-BA	1980
Nilo Coelho	Casa Nova-Petrolina-PE	1984
Maria Tereza (Extensão do Nilo Coelho)	Casa Nova-Petrolina-PE	1997
Pontal	Petrolina-PE	2013
Salitre	Juazeiro-BA	2016

Elaboração própria (2019).

A partir da análise do quadro é possível perceber que o grande volume de investimento na região se deu entre as décadas de 70 e 80, assim como os projetos das usinas estavam diretamente associados àqueles dos perímetros irrigados do polo Juazeiro-Petrolina.

São muitas as empresas que atuam na região representando o agronegócio a partir da fruticultura irrigada e do biocombustível, elencamos algumas para conhecimento. Apenas uma delas participa da CCR Submédio São Francisco.

Quadro 3- Empresas do Agronegócio atuantes no Submédio São Francisco

EMPRESAS	LOCALIZAÇÃO	CULTURA
AGROVALE	Juazeiro-BA	CANA-DE-AÇUCAR
RIOSOL	Lagoa Grande-PE	UVA
BIANCHETTI	Lagoa Grande-PE	UVA
MIOLO	Casa Nova-BA	UVA
BOTTICELLI	Santa Maria da Boa Vista-PE	UVA
QUINTAS DO BRAZ	Petrolina-PE	UVA
LABRUNIER	Casa Nova-BA; Juazeiro-BA e Lagoa Grande-PE	UVA
AGROBRAZ	Petrolina-PE	UVA E MANGA
PEPSICO AMACOCO	Petrolina-PE	COCO
GOLD FRUIT	Casa Nova-BA	MANGA, MELÃO, UVA
GRAND VALLE AGRÍCOLA	Casa Nova-BA	MANGA, UVA
AM EXPORT	Petrolina-PE	MANGA, UVA

Elaboração própria (2019).

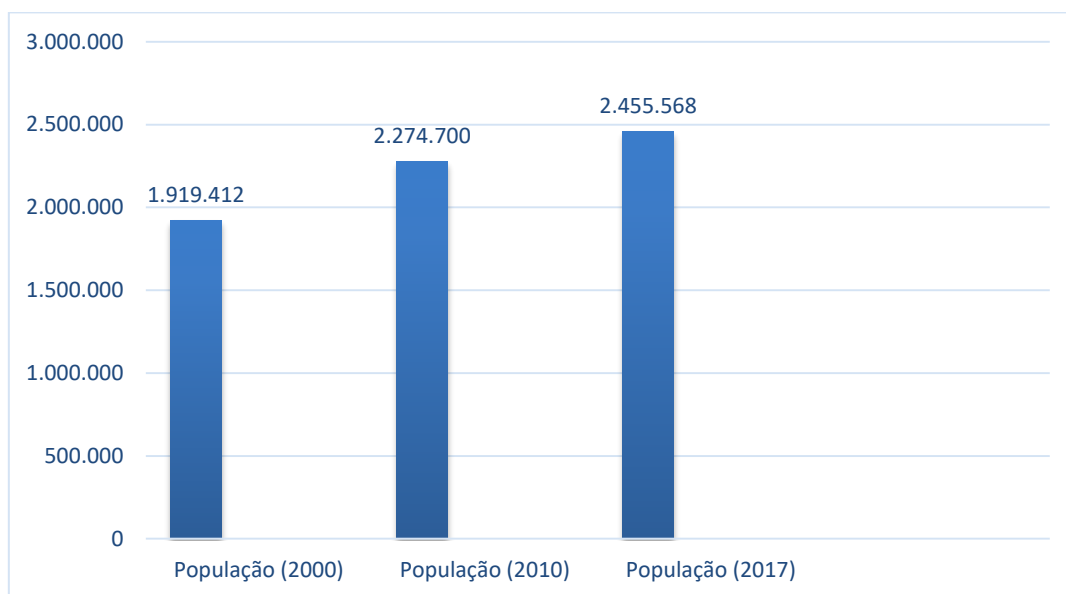
Na Bahia, a produção de combustível a partir da cana tem um peso de 510 mil hectares, 510 mil litros de água, ou seja, 3600 litros de água para produzir 1 litro de etanol, além do desmatamento para estabelecimento da monocultura, perda de biodiversidade, as queimadas periódicas e a poluição por palha da cana no ar (GARCIA; WANDERLEY, 2018).

No que tange ao Produto Interno Bruto do Submédio, a região chega a representar quase 10% do PIB da Bacia do rio São Francisco, o que atesta que é relevante economicamente. Porém, é preciso enfatizar que, de acordo com Albuquerque e Cândido (2013), historicamente, não ocorreu apoio aos processos organizacionais que viabilizassem um desenvolvimento territorial sustentável dos perímetros irrigados do Submédio São Francisco; somente às atividades resultantes de relações horizontais de trabalho, excludentes e de cunho estritamente econômico, que acabam por fortalecer os processos políticos elitistas, característicos do coronelismo ainda presentes na região, que, por sua vez, também são a base originária dessas atividades.

Relaciona-se, intimamente, à ocupação do solo ao crescimento da população do Submédio São Francisco, ao desmatamento, à diversificação das atividades econômicas e ao crescimento da área urbana, um reflexo e, ao mesmo tempo, um

estímulo ao aumento da população na região, representado na Figura 4. Gráfico elaborado a partir de dados dos Censos dos anos 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geociências e Estatística (IBGE) e, do ano de 2017, a partir de dados demográficos colhidos pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe (SEMARH).

Figura 4 - População do Submédio São Francisco (2000-2017)



Fonte: IBGE (2000 e 2010); SERGIPE (2017).

Então, a população do Submédio São Francisco cresceu cerca de 30% em um período de 17 anos decorridos, o que significa uma demanda ainda maior por água e, conseqüentemente, uma necessidade de planejamento, distribuição e fiscalização do acesso à água na região. Na tabela abaixo (Tabela 3), é possível identificar a ineficiência de serviços associados à qualidade da água, à coleta de resíduos e de esgoto, que não chegam a suprir 50% da demanda da região, o que fortalece a urgência de uma gestão de água mais efetiva.

Tabela 3 - Características Socioeconômicas do Submédio São Francisco

CARACTERÍSTICAS		SUBMÉDIO
População em 2010 (mil hab)		2.274,7
Pop. Indígena		38,1
Nº de Municípios	Fonte: CBHF (2016b).	90
Área Total (km²)		109.827
Área Urbana (%)		0,7%
Densidade Demo (hab/Km²)		20,7
PIB (milhões de reais)		21.164
Coleta de Resíduos *		43
Coleta de Esgoto *		35,2%
Abastecimento de Água *		97,31%
Pessoas na Rede de Ensino (10³/%por residente)		778

*os índices de atendimento foram calculados pela NEMUS com base nos dados disponíveis no SNIS para o ano de 2012, com ausência de dados de 31 municípios para abastecimento de água, 312 municípios para coleta de esgoto e 256 para coleta de resíduos, considerando a bacia do rio São Francisco.

É, igualmente, pertinente o questionamento sobre os dados de populações indígenas nesta tabela, um dos poucos presentes no Plano Decenal do CBHSF, e sobre a ausência de dados das comunidades quilombolas e demais populações tradicionais, mesmo apontando conflito de uso da água no contexto. O plano se restringe a um parágrafo para falar dessas populações:

Na bacia assinala-se a presença de diversas comunidades tradicionais, entre comunidades de fundo e fecho de pasto, vazanteiros ou lameiros, quilombolas, comunidades indígenas, assentamentos de programa de reforma agrária do INCRA e comunidades de pesca tradicional. O principal conflito registrado por essas comunidades tradicionais, na região, diz respeito a terras e a distribuição e uso dos recursos hídricos (CBHSF, 2016b, p. 27)

Trazendo dados mais recentes sobre as populações indígenas, que não diferem muito dos dados de população do IBGE (2010) para o Submédio como um todo, considerando somente em Pernambuco, a Gerência de Monitoramento e Avaliação (GMA) do estado registrou, no ano de 2014.

Tabela 4 - População Indígena e Quilombola inscrita no Cadastro Único

POPULAÇÃO	MUNICÍPIOS	NÚMERO/ HAB
Indígena	132	34.051
Quilombola	71	19.104

Fonte: GMA (2014).

São oito as etnias indígenas pernambucanas: Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Pankará, Pankararu, Pipiã, Truká, Tuxá e Xucuru. No diagnóstico da gerência consta

que todos os municípios de Pernambuco, onde há presença de povos indígenas, pertencem ao Submédio São Francisco: Águas Belas, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Jatobá, Mirandiba, Pesqueira, Petrolândia, Salgueiro e em Tacaratú.

No que tange ao estado da Bahia, o Censo do IBGE (2010) identifica a região Nordeste como composta por 25,5% da população indígena e a Bahia com a maior concentração de indígenas da referida região (VIEIRA, 2017, p. 45).

Quanto às comunidades quilombolas, a sua população registrada é menos numerosa e menos presente no estado em relação à indígena. No entanto, a quantidade de municípios e de habitantes é extremamente relevante, o que suscita um estudo mais aprofundado, gerando dados mais atualizados para a divulgação do caso do Submédio São Francisco quanto a essas populações. Foi difícil a coleta de dados para a avaliação adequada sobre a presença, diversidades indígena, quilombola e as demandas por água para a manutenção das atividades econômicas e de subsistência dessas populações tradicionais.

Cabe ressaltar que não é difícil encontrar trabalhos como o de Neto, N. (2013), denunciando a falta de disponibilidade de água com qualidade para a população como um todo do Submédio São Francisco, a sua má distribuição e até a privação de algumas populações periféricas do Semiárido em épocas de seca, fazendo-se assegurar as atividades básicas diárias com águas da chuva, de volume muito restrito, e/ou provenientes de “carros pipas”, de qualidade duvidosa. Essa contraposição de abordagens traz à tona a possibilidade de contestação dos dados levantados pela Empresa de Gestão e Requalificação Ambiental (NEMUS), portuguesa, contratada para a elaboração do Plano de Bacia pelo CBHSF, como também suscita o questionamento, caso estes dados estejam corretos: para onde se destinam as águas, se não estão chegando a toda população do Submédio São Francisco? E qual o motivo de aprovarem uma empresa portuguesa, alheia ao contexto brasileiro?

O Plano de Recursos Hídricos para a Bacia do rio São Francisco (PRH), 2004-2013, traz uma estimativa para toda a região, baseada nos resultados do projeto “Estimativa das vazões para atividades de uso consuntivo da água nas principais bacias do Sistema Interligado Nacional”, do ano 2000. A vazão retirada somente na região do Submédio foi de 33 % do valor total da superfície de escoamento do Velho Chico e a vazão de consumo significou 39 % da vazão de consumo total para a Bacia, o que indica uma alta demanda pelo recurso na região (CBHSF, 2004).

O balanço entre disponibilidade e demanda hídrica para o Submédio São Francisco, quando se trata das águas superficiais, era de “conforto” na época em que foi elaborado o plano. Até quando essa situação perduraria, não se fez previsões. Porém, em relação às reservas subterrâneas, a região foi caracterizada com um grande déficit para suprir as necessidades da sua população. De tal modo, destacando que após dezesseis anos decorridos do estudo de vazões, a configuração do cenário é outra e ainda mais preocupante pela intensificação dos processos de urbanização, degradação e estiagem na região.

É importante enfatizar que o PRH também prevê que a não disponibilidade de água significa um “[...] risco potencial elevado de saúde pública pela falta de manancial alternativo” (CBHSF, 2004, p. 54), e ainda é indicado no documento como prioridade a prevenção de acidentes ecológicos que interfiram na qualidade, disponibilidade e na própria gestão hídrica da Bacia.

A análise e discussão críticas sobre documentos oficiais do CBHSF, da CCR Submédio SF, AGB Peixe Vivo e ANA são, portanto, essenciais para a compreensão das relações entre os discursos proferidos nas suas reuniões e aqueles contidos nos produtos técnico-científicos patrocinados pelas mesmas. Este processo esclarece até que ponto os documentos servem como referência para os discursos expressos nas reuniões ou/e legitimam decisões tomadas por determinado grupo político envolvido.

Neste sentido, é preciso o estudo sobre o último relatório elaborado pela NEMUS: “RP4, Compatibilização do balanço hídrico com os cenários estudados da bacia hidrográfica do rio São Francisco, Volume 1”, *Relatório para a análise da relação disponibilidade e demanda hídrica*, licitado pela AGB Peixe Vivo e pelo CBHSF, destinado à orientação dos processos que compõem a gestão da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco como um Plano de Recursos Hídricos para o período de 2016 a 2025. Para tanto, será realizado um recorte do olhar atual sobre a Bacia, restringindo-o à região do Submédio São Francisco. Cabe enfatizar que a análise dessa relação é imprescindível para embasar uma gestão de riscos, bem como para o dimensionamento de riscos relacionados ao acesso (uso) à água.

De acordo com os autores do relatório, seu objetivo foi de

[...] apresentar estudos de alternativas de compatibilização das demandas de água com as disponibilidades hídricas, realizando um balanço hídrico em relação a cada cenário estudado e demonstrando as áreas sujeitas à restrição de uso (CBHSF, 2016c, p. 1).

Inicialmente, três elementos foram destacados como de importância para a presente análise, a busca por evidências de estados de pré-escassez e de escassez, além dos conflitos entre os diversos usuários da água. Apesar do conflito, de fato, não ter sido relatado de forma mais consistente.

A relação *disponibilidade X demanda* foi estudada com atenção à estimativa da demanda a ser atendida, por cada tipo de uso, separadamente da quantidade de água disponível para satisfazê-la, de origem subterrânea ou superficial.

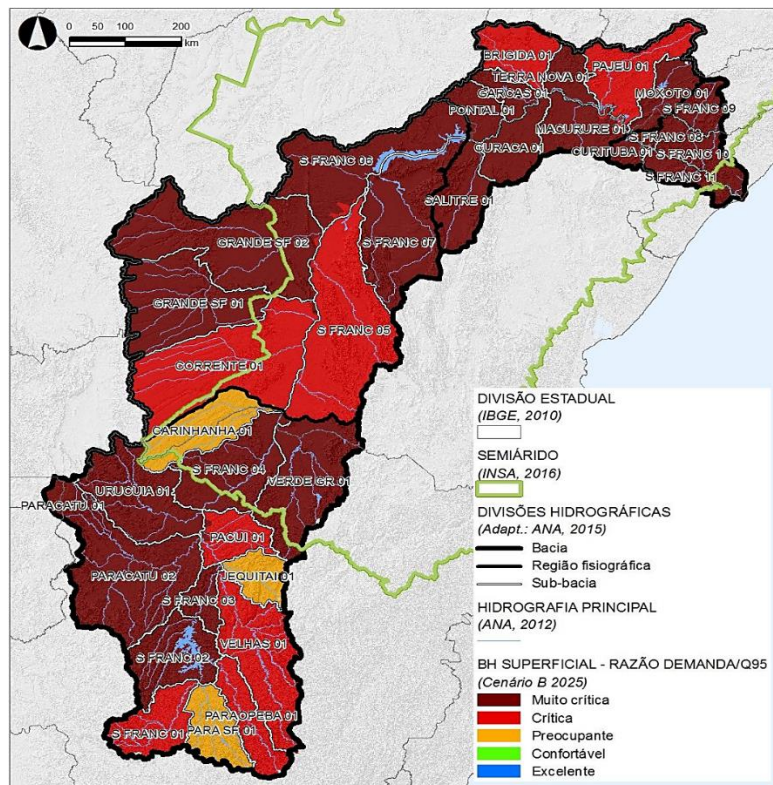
Algo bem delicado que está presente nesta avaliação é o índice estabelecido pela razão entre a vazão de retirada para os usos consuntivos (abastecimento urbano e rural, agropecuária, indústria e transposição) e a vazão Q₉₅ (razão entre demanda e valor típico de vazão em época de estiagem) que não considera os usos feitos pela agricultura, pela transposição e na produção de energia elétrica. As sazonalidades das áreas pesquisadas também não são consideradas no cálculo do índice, ou seja, são índices que devem ser considerados com muitas ressalvas, já que podem expressar um comportamento distante da realidade.

Na região do Submédio São Francisco, é que incide os apontamentos extremos de escassez, nas sub-bacias dos rios Curaçá, Macururé, Pontal, Terra Nova e rio Ipanema. Considerando que este cenário não considera os usos anteriormente citados e a sazonalidade da região, é preocupante a expressão da gravidade da situação que pode surgir futuramente no que tange à garantia de acesso democrático à água.

Ao incluir a modelagem matemática no diagnóstico da situação atual e futura da bacia do rio São Francisco quanto à disponibilidade de água, a NEMUS inclui os projetos de irrigação, a transposição e a produção de energia. Chega-se à conclusão de que os abastecimentos rural, urbano e industrial não serão afetados, mas a demanda agropecuária e aquelas do setor energético, dando ênfase à irrigação, têm menor possibilidade de serem atendidas em plenitude. É importante destacar que as soluções sugeridas para os problemas no curso principal do rio, limitam-se a alocações de recursos, portanto, reduz-se à dimensão administrativa, assim como aqueles nas sub-bacias seriam solucionados pelo investimento em infraestrutura na região.

A Figura 5 representa o balanço hídrico superficial no ano de 2025, produzido com base na razão demanda\Q₉₅:

Figura 5 - Cenário para o ano de 2025 de disponibilidade hídrica superficial



Fonte: CBHSF (2016b).

Esta figura atesta que num cenário futuro próximo, a situação do Submédio São Francisco ficará entre os estados crítico e muito crítico, nenhum dos municípios que compõem a região fisiográfica está confortável. Ainda considerando que a análise negligencia a responsabilidade das demandas nos projetos de irrigação, os maiores exploradores de água da região, fica ainda mais urgente a gestão de riscos, no que tange ao acesso, acima de tudo no Submédio já que as questões determinantes no que tange ao destino da água como fundamentalmente políticas, não restritas à sua disponibilidade.

Mesmo citando conflitos no início do relatório sobre *disponibilidade x demanda*, apenas o final do texto traz uma solução, ainda que genérica. Não há aprofundamento sobre a questão sociopolítica na região ou sobre qualquer aspecto que tangencie a dimensão relacional humana, cerne de qualquer conflito em um espaço de disputa por um bem coletivo, essencial à manutenção da rotina das pessoas.

Apesar do relatório apresentar um cenário mais confortável, tanto para a Bacia como para a região do Submédio, no que se refere às águas subterrâneas, o mesmo também enfatiza o uso cauteloso, estratégico e restritivo dele. As condições das águas

superficiais, usos dos solos e as mudanças climáticas são condicionantes na qualidade e disponibilidade da água subterrânea. As incertezas, as imprecisões dos métodos e dos dados contidos no diagnóstico requerem uma postura cautelosa, de uso seguro para a manutenção dos ecossistemas que compõem o rio, considerando que

A irrigação é hoje a maior consumidora das águas da bacia. A previsão é de que em pouco tempo, a demanda por água será de 648 mil litros por segundo pra 640 mil ha. Dois afluentes do Velho Chico estão no seu limite: rios Corrente e Grande, ambos na Bahia (GARCIA; WANDERLEY, 2018, p.51-52).

Deste modo, as questões anteriormente colocadas influem no entendimento da problemática do acesso (uso) à água pesquisada, na medida em que a sua garantia depende de que os gestores da região entendam que estas condicionantes, em associação com as relações de poder estabelecidas a partir da estrutura político-social do Submédio, podem se configurar como riscos que venham afetar ainda mais o seu acesso à população.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi submetida à avaliação pelo Conselho Nacional de Saúde, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pelo CEP, Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco, no Centro de Ciências da Saúde (UFPE-CCS), no dia 1 de setembro de 2017 e aprovado no dia 5 de outubro, com a licença de número **CAAE**: 74944217.9.0000.5208.

Todos os processos metodológicos realizados na pesquisa estão resumidos adiante e relacionados aos instrumentos utilizados na pesquisa (Figura 6).

Figura 6 - Fluxograma das etapas metodológicas



Fonte: elaboração própria.

Para compor o cenário em que ocorrem os discursos, foram aplicados questionários socioeconômicos (APÊNDICE A) para o delineamento do perfil dos representantes titulares (critério de inclusão). Ainda em relação ao contexto e aos discursos, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os titulares e a observação participante das reuniões, que aconteceram desde o ano de 2016, no sentido de comparar e complementar as informações obtidas nas entrevistas, por meio do “[...] acesso a dados de domínio mais privado e a captação de sutilezas e aspectos subjetivos dos indivíduos e grupos” (VASCONCELOS, 2002, p.218). As reuniões aconteceram tanto em municípios de Pernambuco quanto naqueles da Bahia, com um mínimo de três reuniões ordinárias por ano. O local e data eram decididos em reunião, por meio de votação, dando prioridade às Câmaras de Vereadores das cidades, locais públicos, sem custos adicionais para as instituições envolvidas.

Tanto a identificação das diferentes concepções de riscos associados ao acesso à água nas reuniões da CCR do Submédio SF, como a categorização dos discursos como dominantes e diversos, entendendo-os como ativos ou passivos e sua

territorialidade discursiva foram realizadas por meio da *Análise de Discurso Crítica* (ADC) de Fairclough (2001) e da ideia de *Territorialidade Discursiva* de Moraes (2017). Foi estabelecido o diálogo pertinente entre a ADC e a abordagem sobre Conceito Sociológico de Risco de Almeida (2004, 2011, 2014), no sentido de cumprir com o compromisso de prática de pesquisa interdisciplinar, preocupada com o estudo e a compreensão dos fenômenos complexos, além do alcance de uma discussão sobre acesso à água que levasse em conta o princípio de cautela para sua dinâmica cotidiana.

A sistematização das informações sobre institucionalização, desenvolvimento e gestão hídrica da CCR do Submédio SF foi atingida com o suporte de pesquisa documental, as atas das reuniões (2012-2018) cedidas pela AGB Peixe Vivo. Algumas notícias foram consultadas no site do CBHSF, assim como as atas de 2012, constando somente aquelas do período de 2012-2014 neste site. As entrevistas semiestruturadas com os representantes da CCR Submédio SF e com o representante da AGB Peixe Vivo sobre a fundação da Câmara também foram de grande valia para o cumprimento desta etapa.

O histórico da CCR Submédio SF foi elaborado com apoio do método histórico, descrevendo os acontecimentos em um tempo linear, atribuindo-lhes continuidade, coesão para que fosse possível a análise e compreensão da sua criação, do seu desenvolvimento, das mudanças ocorridas na instituição ao longo do tempo: “[...] o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.106) .

Os representantes que se encontram na condição de suplência (critério de exclusão) não fizeram parte da etapa de coleta do *corpus discursivo*. No entanto, considerou-se que o relato deles era importante para a construção do histórico da instituição, assim como sua compreensão sobre a constituição e o funcionamento da CCR, aspectos que foram aprofundados durante as reuniões. Mesmo reconhecendo sua importância no processo, o estudo foi focado nos **22 representantes titulares** formalizados pela AGB Peixe Vivo, que têm direito ao voto. Ou seja, a quem cabe diretamente as decisões da CCR Submédio SF (critério de inclusão).

Foram entrevistados treze representantes titulares, o que significa 60% dos titulares, e dez deles responderam ao questionário socioeconômico, um total de 45%

dos membros. Aqueles que não participaram deixaram claro a falta de disponibilidade ou não atenderam aos telefonemas, e-mails e mensagens enviadas por meio de rede social. Foi entrevistado um antigo representante titular que, na presente situação não está em condição de suplência, mas contribuiu bastante para o entendimento de alguns detalhes sobre a relação CBHSF-CCR Submédio SF.

Apesar de reconhecer que a identificação dos grupos sociais representados nas falas transcritas seria enriquecedora no processo de análise dos discursos, foi entendido como pertinente não fazer nenhuma referência a características, inclusive ao “lugar de fala” do representante, devido ao tamanho do grupo, à facilidade de identificação e respeito ao compromisso estabelecido de confidencialidade no “Termo de consentimento livre e esclarecido” junto aos mesmos, anterior à entrevista.

A pesquisa abarcou a criação da CCR Submédio, em 2011, e seu desenvolvimento até o ano de 2018, quando o trabalho de campo foi encerrado para tratamento dos dados e das informações na elaboração da tese. No mês de outubro deste ano, como medida de segurança para a pesquisadora, foi preciso que as entrevistas passassem a ser realizadas por telefone, considerando as eleições que foram seguidas de atos de violência e de forte tensão política.

Em ambiente predominantemente masculino, foi difícil o sentimento pleno de segurança, ao longo da pesquisa, assim como riscos foram sofridos durante as viagens de ônibus e de vans (quando não tinha a opção de ônibus para o município), todos eles associados, simplesmente, ao fato de ser mulher.

3.2.1 Instrumentos

O questionário (Apêndice A) é do tipo fechado, direto e não assistido, sua elaboração foi norteadada por Nogueira (2002). As questões foram colocadas na plataforma **Formulários Google** e enviadas por email a cada um dos 22 representantes. A plataforma fornece as repostas representadas por gráficos de diferentes tipos, de acordo com o caráter da pergunta.

Os roteiros das entrevistas semiestruturadas direcionadas aos representantes titulares atuais e aqueles que fazem parte da história da CCR Submédio SF, assim como aquela realizada com o representante da AGB Peixe Vivo foram construídos com base nos objetivos de pesquisa e atendendo às orientações de Marconi e Lakatos (2003). As entrevistas foram gravadas e arquivadas na nuvem **Google Drive**,

categorizando as falas por representante e por pergunta, no intuito de comparar respostas.

A produção do diário de pesquisa ocorreu a partir da escrita livre de aspectos eleitos de relevância, ressaltados na revisão de literatura para o esclarecimento sobre os representantes, sobre o funcionamento da CCR, sobre o CBHSF, bem como sobre as relações de poder e representações sociais expostas nas falas espontâneas daqueles que participam das reuniões.

A transcrição das falas dos representantes titulares foi realizada pela pesquisadora, apenas das entrevistas com os titulares sobre suas concepções de risco, material de interesse para a análise do discurso. A partir da transcrição, foram selecionados apenas os enunciados em que as concepções de risco estavam inseridas, compondo o corpus discursivo a ser analisado. Estes foram elencados, separadamente, para a elaboração do Quadro 6 em que a visualização das concepções e dos discursos em um mesmo plano de observação, favoreceram sua categorização, o delineamento das relações entre os elementos discursivos em estudo e a explicação da *territorialidade discursiva*.

3.2.2 Caracterização da Análise de Discurso Crítica

A partir da ADC, estuda-se o discurso como contributo das “identidades sociais”, das “posições sociais” e dos “sujeitos” ou “tipos de eu”. Conhecê-lo é identificar as representações e negociações realizadas em um determinado espaço de atuação de instituições e dos indivíduos estudados no processo de pesquisa.

De acordo com Fairclough (2001), o procedimento técnico da ADC não é algo fixo, mas moldável às condições dos projetos e às concepções de discurso. Destarte, é pertinente considerar as diretrizes gerais que apontaram os elementos discursivos, assim como a descrição das etapas realizadas no momento da análise.

Tem-se, pois, três itens a organizar em um processo de investigação científica com interesse na mudança social e cultural: os dados, a análise e os resultados. Porém, o foco desta técnica está no seu uso para a análise, como cerne do processo de pesquisa, como um todo articulado.

3.2.2.1 Técnica de coleta dos discursos

A seleção dos dados deu-se por meio da construção de um *corpus discursivo passado*, isto quer dizer que foram elencadas práticas discursivas pregressas sobre a seca e sobre a gestão hídrica no contexto do Semiárido da Bacia do rio São Francisco, assim como os possíveis discursos em torno dos riscos que permeiam, no presente, a discussão sobre acesso à água em um contexto de crise hídrica na região, revelando as relações de poder inerentes a este processo. Das falas coletadas por meio das entrevistas semiestruturadas e nas reuniões da CCR Submédio SF, foram selecionadas aquelas que fazem referência às concepções de risco quanto ao acesso, no intento de identificar e compreender as práticas discursivas em andamento.

O *corpus discursivo presente* foi constituído pelo discurso falado pelos 13 representantes titulares da CCR Submédio SF que participaram da pesquisa. Transcritas as falas, realizada a seleção do conteúdo e a estruturação do mesmo, incorporou-se ao texto algumas nuances que modelam a fala, como: ênfase, pausa, silêncios, ritmo de fala, entre outras, assim como indica Fairclough (2001).

Ademais, dados suplementares coletados por meio da extensa pesquisa bibliográfica foram considerados para melhor compreensão das práticas sociais discursivas estudadas e das possíveis mudanças que elas sofreram ao longo do tempo. O autor esclarece que a construção do corpus reflete, adequadamente, a diversidade e a mudança da prática discursiva nas mais diversas situações de ocorrência das mesmas.

3.2.2.2 Análise e tratamento dos discursos

O percurso da análise foi compreendido por meio de quatro etapas que resultam, em síntese, em uma macroanálise das práticas discursivas com foco no que o autor chama de intertextualidade e de interdiscursividade das amostras e em uma microanálise, que se constitui como a análise dos textos transcritos, além da análise da prática social, que dá vida ao discurso que lhe é parte e revela a *territorialidade discursiva*.

Desta forma,

Aqui, o texto será visto como uma unidade de sentido. Não é um produto pronto e/ou acabado, mas é um código que será decodificado, uma unidade

processual, um lugar do dito e do não dito, das possibilidades de sentido, da busca, das descobertas. Podendo até ser (re) visto dentro da Geografia como um acontecimento relevante, pelo menos como uma técnica de pesquisa (MORAIS, 2017, p. 77).

As quatro etapas se consolidaram como: a- identificação; b-descrição; c- interpretação e d-explicação, caracterizadas adiante.

A-Identificação

Leitura geral do material transcrito, oriundo dos três roteiros de entrevista, buscando a compreensão contextual sobre qual discurso se caracteriza como dominante e se, de fato, coexistem discursos diversos nas falas dos representantes que se remetem ao risco quanto ao acesso à água.

B-Descrição

Após a identificação dos discursos dominante e diversos, buscou-se pelas interpretações contextuais dos representantes por meio das repostas dadas às seguintes perguntas:

Quando e como você chegou à CCR Submédio? Foi possível observar o tempo-espaço de vivência de cada representante, confrontando com os dados das atas para observância da frequência de participação destes, quando estes se encontram presentes em ata, além das relações político-sociais que os fizeram chegar ao cargo de titulares, elementos que poderiam influenciar diretamente nos discursos e nas formas em que o contexto de gestão da água na Câmara são representados nas falas.

Quem você representa? Questão central para a identificação dos grupos sociais representados na CCR Submédio SF.

O que o rio São Francisco representa para você? Abordagem do valor pessoal dado à água do rio, ao rio, representação que pode vir associada, ou não, à significação da comunidade representada por ele.

Existe uma gestão de risco aplicada à gestão de recursos hídricos no Submédio São Francisco? Procurou-se pelo conhecimento mínimo sobre gestão de risco entre os representantes, a importância dada a este tipo de processo, bem como sobre o

domínio da linguagem e dos processos que compõem a gestão da água realizada pelo CBHSF.

O que o governo federal faz para garantir o acesso à água pela população da região do Submédio? Domínio do representante dos discursos oficiais e dos processos ideológicos e materiais realizados pelo Governo Federal quanto ao acesso à água na região.

O que o CBHSF faz? Domínio do representante dos discursos do Comitê e dos processos ideológicos e materiais realizados pelo CBHSF quanto ao acesso à água na região, além da identificação do seu lugar no coletivo.

E a CCR Submédio SF? Domínio do representante dos discursos dos colegas e dos processos ideológicos e materiais realizados pela CCR Submédio SF quanto ao acesso à água na região, além da identificação do seu lugar no coletivo.

No que tange às concepções de risco atinentes ao acesso à água, as questões levantadas foram:

Quais são os riscos que você considera limitantes do acesso à água pela população da região do Submédio São Francisco? De forma direta e clara, buscou-se pelas concepções de riscos quanto ao acesso à água, considerando o “limite ao acesso” como uma expressão a ser esclarecida pelo próprio representante, ou seja, tanto a concepção de risco como “o limite” foram caracterizados por cada um deles. Também foi possível apreender a representação do contexto regional do acesso à água por parte dos representantes.

E para a comunidade que você representa? Esta questão levou o representante a expor a sua representação de acesso local e dos limites impostos pelas classes hegemônicas, em coerência, ou não, com aquilo que foi abordado como contexto regional de acesso.

Qual é o principal objetivo que você pretende atingir como representante da CCR Submédio SF? A resposta a esta questão contribuiu para a compreensão de elementos relacionados aos interesses pessoais, motivações, desejos e incoerências do representante. O desvelar dos sentidos, as representações, o domínio da linguagem científica, a linguagem particular foram os elementos estudados nesta

etapa, deixando de lado a parte formal da análise textual que se preocupa com o padrão correto da língua, atendo-se, somente, no primeiro contato com o sentido dos discursos, à sua interpretação e explicação. Descritas as palavras, as frases significantes suplantadas nos ambientes de reunião da CCR Submédio SF, nas divulgações de conhecimentos, nas negociações, nas disputas por poder e por territórios de ação no âmbito da Câmara. Preocupou-se em relacionar “palavra/frase-significado-território” (MORAIS, 2017), vislumbrando a explicação da *territorialidade discursiva*.

C-Interpretação:

A interpretação dos elementos identificados durante a descrição, na tentativa de compreender mais a fundo seus significados, o contexto de gestão da CCR Submédio SF, as relações sociais estabelecidas pelos seus representantes, a formação socioespacial dos discursos, o território delineado a partir dessas dimensões e dos valores, posturas, intenções, objetivos, angústias, contradições, anseios, os conflitos expressos nas ações associadas a estes discursos para a organização e manutenção deste território, fez-se “[...] à luz da prática social em que se situa o discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 282). Buscou-se pelas bases dos discursos, pelas causas de suas ocorrências, pelas justificativas de sua existência, pelas condições de produção, pelas mudanças, associando fala-texto-contexto-território-territorialidade.

Estes elementos foram organizados de acordo com o modelo do Quadro 4, a fim de facilitar a análise do todo e das partes, além das relações dimensionais palavra/frase-significado-território, assim como de tornar mais didática a exposição dos dados para o leitor.

Essa etapa de categorização, tem como base todas as respostas às perguntas estudadas na etapa anterior, mas deu-se maior importância às concepções de risco delineadas por cada representante. O foco justifica-se pelo interesse no que se configura no acesso à água vivenciado, observado e relatado por eles.

Quadro 4 - Modelo de matriz de identificação, descrição, interpretação e explicação dos discursos

DESCRIÇÃO DA PALAVRA/FRASE/EXPRESSÃO	IDENTIFICAÇÃO, DESCRIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E EXPLICAÇÃO DO SIGNIFICADO SOCIOTERRITORIAL
<i>Palavras/Frases/Expressões</i> que estejam relacionadas aos comportamentos, às identidades no que tange ao uso da água, às ações em busca do acesso à água, mesmo que no âmbito da prática discursiva, que compõem a fala com intenção e de interação nas disputas por poder, na busca pela garantia de acesso à água ou pela manutenção da hegemonia, do controle sobre o acesso.	a) Discurso dominante, aquele que é mais presente nas falas dos representantes; Discurso diverso, aquele que se diferencia da ideologia do discurso dominante e é menos presente. b) Discurso ativo, aquele que expressa consciência e intenção de ação em busca da garantia de acesso; Discurso passivo, aquele que expressa inércia, alienação e acomodação diante do contexto de acesso à água. c) Discurso oficial, aquele que é utilizado pelo governo vigente e norteia as políticas públicas; Discurso não oficial, aquele que diverge da ideologia do discurso oficial.

Fonte: Adaptado de MORAIS (2017).

Fez parte da etapa de interpretação, igualmente, a categorização dos discursos como ativos ou passivos. Após a categorização, foi possível confrontar o discurso dos representantes da CCR Submédio SF com o conhecimento que é produzido pela ciência quanto ao acesso à água na região, para que se compreendesse quais discursos sofreram transformação social, sejam as ações vinculadas a eles em prol ou não do acesso democrático à água pela população do Submédio São Francisco.

D-Explicação

Durante a última etapa da ACD, o foco foi direcionado aos comportamentos, às identidades relacionadas ao uso da água, às ações em busca do acesso à água, mesmo que no âmbito da prática discursiva, da fala com intenção e de interação nas disputas por poder, na busca pela garantia de acesso à água ou pela manutenção da hegemonia, do controle sobre o acesso. Para tanto, foram discutidos os discursos ativos, a partir dos quais foi explicada a *territorialidade ativa*, de ações conscientes na interferência sobre a realidade social vivenciada na região do Submédio São Francisco. A partir dos discursos passivos, igualmente capazes de alterar a conformação territorial, na ausência de organização político-social ou busca por autonomia diante do acesso à água, foi explicada a *territorialidade passiva*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo tem como foco a exposição e a discussão dos resultados colhidos a partir do arcabouço metodológico colocado em prática ao longo da pesquisa.

4.1 COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

4.1.1 Criação

Ao pensar o contexto de criação do CBHSF, faz-se pertinente lembrar que

[...] as relações de poder estabelecidas e cultivadas historicamente, as quais delinearam o formato oligárquico do 'governar' brasileiro, são responsáveis por grandes desafios à governança ambiental, quanto à participação social e quanto ao interesse público" (CORREIA, 2016, p.334).

Antecede-se à ação do CBHSF, aquela relativa ao Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), a qual, a partir de 1978, já se colocava como finalidade central

[...] classificar os cursos d'água em classes segundo os usos preponderantes; realizar estudos integrados e acompanhar a utilização racional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios de domínio da União, no sentido de promover o aproveitamento múltiplo de cada uma e minimizar os impactos ambientais nas bacias hidrográficas (MASCARENHAS, 2008, p.153).

O Comitê, apesar de assumir um caráter predominantemente consultivo, deu origem a um processo preliminar de concepção de gestão integrada de bacias, ainda que não se tenha avançado em termos de práticas efetivas de participação da população. A formação do CEEIBH, na década de 1980, foi responsável pela produção de documentos importantes sobre a Bacia: o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do São Francisco e a Avaliação Preliminar sobre a situação dos Usos Múltiplos da Água e do Solo.

A organização foi, paulatinamente, ganhando apoio público, tendo-se ramificado em cinco sub-comitês afluentes: Bacia do Rio Verde Grande; Bacia do rio Pará/Itapecirica; Borda do Lago Três Marias; bacia do Rio Verde/Mirorós; e Bacia do Rio Parnamirim. Apesar das limitações político-administrativas, o CEEIBH, após a

publicação da Lei nº 9344, impulsionou uma mobilização de grande dimensão político-social, com a participação de 6 mil pessoas que representavam o poder público, os principais usuários da água da bacia e a sociedade civil organizada, para a adequação do Comitê aos requisitos previstos por lei, exercendo pressão social para a criação do CBHSF (MASCARENHAS, 2008).

O CBHSF foi, portanto, instituído como fórum deliberativo para a gestão pública das águas do rio São Francisco, no ano de 2001. Seu decreto de criação foi diretamente vinculado à Lei nº 9.433/1997, sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos, sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, e à Lei nº 9.984/2000 de criação da Agência Nacional das Águas. Seguindo um modelo neoliberal de governo, de privatização, como também de enfraquecimento das forças estatais no mercado e nas relações político-sociais, o governo da época institucionaliza, pelo menos ao nível do discurso, um processo contraditório de gestão participativa, descentralizada e integrada das bacias hidrográficas brasileiras.

Para Sader (1999), o final do século XX, no Brasil, é marcado por uma grande crise econômica e pela consolidação da ideologia neoliberal da modernidade tecnocrática, a qual sobrepunha a concepção de oportunidade à de justiça social e consolidava a era do consumismo, do individualismo, em detrimento dos princípios comunitários, solidários e éticos presentes, em certa medida, quando da elaboração dos documentos legais.

Outro ponto importante a ser considerado nesta discussão refere-se ao da legitimação legal do deslocamento do conceito da água como bem comum e público, restringindo-o à sua dimensão econômica: como recurso hídrico. Este conceito é bem definido nas leis supracitadas, sustentado por um aparato jurídico, científico e político, que institui a cobrança pelo seu uso como a mais importante ferramenta de gestão hídrica, passando por cima dos princípios supracitados.

Também não se pode deixar de considerar o contexto da demanda internacional, que exerceu pressão nesta fase da história do Brasil, sob o manto das questões do Desenvolvimento Sustentável e da Governança Ambiental, propostas por instituições como o Banco Mundial. Sobre esta questão, Wolkmmmer e Pimmel (2013) denunciam a consolidação de uma visão reducionista hegemônica da água.

A afirmação de a água ser um bem de valor econômico e passível de cobrança foi uma das recomendações da Agenda 21, e tem como alvo aqueles que utilizam a água na produção de bens e serviços. Embora a

dimensão econômico-produtiva da água seja estrategicamente fundamental para sustentabilidade do desenvolvimento, não se pode esquecer de que a água é acima de tudo um recurso natural, pois, infelizmente, tem prevalecido uma visão reducionista (WOLKMMER; PIMMEL, 2013, p.173-174).

De acordo com Portilho (2010), a partir da década de 1990, dá-se a emergência internacional de um discurso político sobre consumo, resultante do deslocamento da preocupação com a produção e crescimento populacional, que surgira na década de 1970, para o consumo como fim único e suficiente. A autora argumenta que este processo provoca a despolitização dos indivíduos, que ao invés de se tornarem cidadãos, são reduzidos à condição de consumidores e se reconhecem como tal, perdendo a consciência sobre o seu direito ao acesso à água como um bem comum a todos os brasileiros. Para além da concepção materialista de bem, ela também é constituinte de seus corpos, ela é o próprio ser humano e o mundo que o cerca.

Assim, os problemas ambientais passaram a ser abordados para buscar soluções somente a partir do combate a certos tipos de consumo e assumindo um genérico, vazio e normativo “consumo consciente”.

A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos (SANTOS, M., 1997, p. 35).

De fato, o consumo penetra em todas as dimensões da vida dos homens e das mulheres nos seus ambientes vividos, destruindo tudo o que é mais humano. Neste sentido, quando se considera a Lei nº 9433/97, ao mesmo tempo que se dá ênfase ao valor econômico da água, também impõe-se limite a este conceito, em seu artigo 15. Isto é, define-se certo limite à concepção financeira da água, apresentando seus usos múltiplos e as prioridades de uso, apenas em momentos de escassez: o consumo humano e a dessedentação animal.

Portanto, o que é dominante, na dimensão discursiva do documento oficial, é o conceito de água como um recurso a ser consumido e vendido, assim como qualquer material produzido artificialmente por determinada indústria, ou seja, alguns podem ter acesso a ele ou não, assim como os valores de identidade, culturais, espirituais são sufocados neste discurso. “A Lei das Águas”, como é conhecida a lei supracitada, negligencia a importância ecossistêmica da água e seu caráter essencial para a sobrevivência de qualquer ser vivo.

O processo de criação do CBHSF está relacionado intimamente a uma conjuntura global de intensificação de políticas neoliberais e de fortalecimento de discursos que vinculam consumo e meio ambiente, reduzindo os bens ecossistêmicos a produtos sujeitos a consumo e descarte por aqueles que têm poder aquisitivo para adquiri-los.

Ao mesmo tempo, é possível reconhecer que coexistem movimentos de pressão social com potencial de produção, talvez, de diversos discursos em um espaço participativo de gestão hídrica. No entanto, são necessários estudos de campo de caráter linguístico nestes espaços, para a caracterização adequada e aprofundada do acontecer histórico destes processos.

4.1.2 Estrutura

O CBHSF tem como ponto de partida a divisão da bacia do rio São Francisco em quatro regiões fisiográficas, para o planejamento das ações de gestão. Esta tentativa de aproximação da realidade, ainda que não tenha cumprido com sua principal meta, faz-se relevante em qualquer experiência de gestão pública. Isto na medida em que

[...] a proximidade que [nos] interessa [...] não se limita a uma mera definição de distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações. É assim que a proximidade [...] pode criar solidariedade, laços e desse modo a identidade (SANTOS, M., 1997, p. 255).

Levando em conta a dimensão e complexidade dos ambientes que compõem a bacia hidrográfica do rio São Francisco, o Comitê deveria refletir sobre a perspectiva de concretizar a intenção acima ressaltada. Com efeito, o CBHSF foi idealizado com a composição de 62 membros titulares: cinco pertencem à União (Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional, do Planejamento, das Minas e Energia e da FUNAI); seis membros representam os estados federados (um para cada estado), o Distrito Federal é representado por um titular; os Municípios por oito representantes (três de Minas Gerais; dois para a Bahia e um para cada estado nos casos de Pernambuco, Alagoas e Sergipe).

Os representantes dos usuários da água são distribuídos em categorias (Tabela 5): dos 24, seis representam o abastecimento urbano (dois para Minas e um

para cada estado de Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe); cinco representam a indústria, sendo três para Minas Gerais, um para Pernambuco e um para a Bahia; irrigação e uso agropecuário têm seis representantes, dois para Minas Gerais, dois para Bahia, um para Pernambuco e um para Sergipe.

No que concerne ao setor hidroviário, este acha-se representado por apenas um titular do estado da Bahia e a pesca, o turismo e o lazer, considerados como uma só categoria, com quatro representantes de Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Pernambuco. Por fim, dois representantes são reservados às concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica.

Tabela 5 - Distribuição dos Representantes Titulares do CBHSF

Total	62
União	5
Estados Federados	6
Municípios	8
Distrito Federal	1
Abastecimento Urbano	6
Indústria	5
Irrigação e Agropecuária	6
Setor Hidroviário	1
Pescador, Lazer e Turismo	4
Setor Hidrelétrico	2
Consórcios e Associações Intermunicipais	2
Instituições Técnicas de Ensino e Pesquisa	5
ONG	8
Povos Indígenas	2
Comunidades Quilombolas	1

Fonte: CBHSF (2007).

As entidades civis de recursos hídricos são contempladas com 16 representantes, dois para consórcios e associações intermunicipais ou de usuários originários de Minas Gerais e Bahia; cinco das instituições técnicas de ensino e pesquisa dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe; oito representantes para as organizações não governamentais, sendo quatro para o estado Minas Gerais e a Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe são representados por um membro para cada estado.

Finalmente, os povos indígenas têm direito, mas apenas a dois representantes e as comunidades quilombolas a um só representante, todos eleitos no âmbito da Bacia (CBHSF, 2007). Não foram divulgados os critérios para a delimitação dessa representação que, claramente, não considera a diversidade de povos e suas especificidades territoriais. Este contexto representativo significa uma grande fragilidade no que diz respeito à diversidade discursiva no ambiente de negociações

do Comitê, visto que um ou dois representantes não possuem a vivência ideal do território de cada povo para uma representação que reflita, efetivamente, os olhares, os discursos, as necessidades e anseios das populações indígenas e quilombolas do Submédio São Francisco diante da conjuntura de acesso e uso da água na região.

Outra fragilidade da representação é congregar pescadores tradicionais àqueles da pesca industrial, modos distintos, em essência, de relação com o rio, assim como a ocultação de outras comunidades tradicionais ribeirinhas do São Francisco.

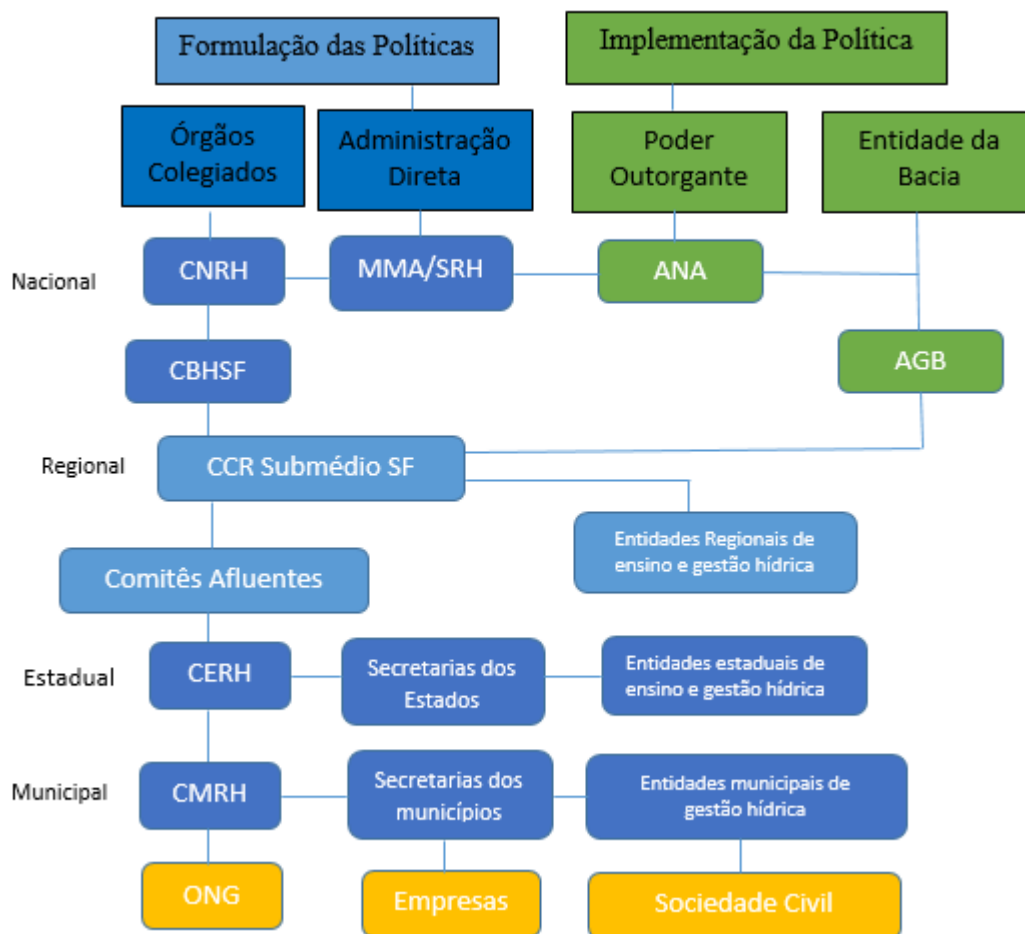
O estado de Goiás, que representa 5% da bacia, tem representação mínima neste Comitê. Porém, não são justificadas a distribuição e proporção dos representantes por setores, categorias ou estados no Regimento Interno do Comitê. Também não foi encontrado outro documento oficial ou artigo científico que possuísse tal informação ou que discutisse de forma crítica tal conformação visivelmente desigual, apenas informações de que ela tenha sido decidida por meio de plenárias estaduais coordenadas pela diretoria provisória do CBHSF, no momento de sua criação (MASCARENHAS, 2008).

A composição do CBHSF se reflete diretamente nos discursos, dando poder aos que possuem uma maior representatividade, tanto pela quantidade de votos como pela força discursiva potencial que uma maior quantidade de pessoas defendendo uma mesma causa pode gerar, em hipótese, já que na prática os membros de um mesmo estado podem estar em conflito.

O Comitê ainda conta com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e com a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) que são órgãos colegiados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e com a Agência Nacional da Água (ANA), a qual, por sua vez, é responsável pelas outorgas, cobranças pelo uso da água e repasse dos valores às instituições responsáveis pela realização dos projetos do CBHSF, assim como dos demais comitês nacionais, reconhecida como coordenadora da gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos no país.

É possível observar (Figura 7) a abrangência e a complexidade da atuação das instituições que envolvem a gestão das águas do rio São Francisco junto ao CBHSF, ao mesmo tempo, integrando-o.

Figura 7 – Entidades de Gestão Hídrica e âmbito de atuação



Fonte: Elaboração própria.

*Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); Conselho Municipal de Recursos Hídricos (CMRH).

Nota: Observa-se que a CCR Submédio SF funciona como uma instância intermediária entre a política e os territórios.

As ações implementadas por meio dos recursos arrecadados a partir da cobrança pelo uso da água do rio São Francisco são realizadas desde o ano de 2010 pela Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas (AGB Peixe Vivo), responsável por realizar as atividades de escritório, disponibilizando analistas ambientais em locais estratégicos de gestão do rio. Selecionada, a partir de processo interno, por uma comissão de julgamento composta por membros do comitê, a instituição passa a exercer a função de Agência das Águas da Bacia do São Francisco por meio da resolução CNRH nº114, de 10 de junho de 2010, que não elenca funções claras em seu texto (CBHSF, 2017).

O seu Estatuto Social, de 2006, possui mais detalhes sobre a atuação da agência no CBHSF, com sete alterações ao longo dos anos, a referência para a

pesquisa foi a versão mais atualizada do documento. Como princípio fundamental da AGB Peixe Vivo, tem-se a manutenção das estruturas técnica e administrativa, com foco no planejamento e implementação descentralizada de serviços. Por finalidade, elenca o apoio técnico-administrativo para planejamento, execução e acompanhamento de ações, programas, projetos, pesquisas aprovadas pelo Comitê, além de oferecer serviços remunerados a terceiros como cursos de diversas ordens, planos, projetos, material didático, etc. Poderá compor a AGB Peixe Vivo pessoas jurídicas, associações e entidades representativas da sociedade civil, empresas-usuárias de recursos hídricos, associações, federações e instituições legalmente constituídas, representantes dos interesses dos usuários (AGB PEIXE VIVO, 2017).

A partir da atuação dos integrantes das instituições que congregam a gestão hídrica do rio São Francisco (Figura 7), forma-se a estrutura organizacional do CBHSF que compreende no Plenário, na Diretoria Colegiada-DIREC (presidente, vice, secretário e coordenadores das CCR), na Diretoria Executiva (presidente, vice e secretário), nas Câmaras Técnicas e Câmaras Consultivas Regionais para o Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco, as quais, por sua vez, são responsáveis pela organização dos Comitês de Afluentes, somando um total de dezoito comitês de articulação local na Bacia.

De forma sucinta, concluímos que a estrutura do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco possui abrangência nacional, regional e local, formada pelo próprio CBHSF, pelas Câmaras Consultivas Regionais e pelos Comitês Afluentes, respectivamente, com vistas, em princípio, a democratizar a gestão das águas. No entanto, a estrutura, na ausência de uma análise qualitativa, logo remete à disparidade representativa, principalmente, no que tange às populações tradicionais brasileiras, bem como aos pequenos agricultores.

4.1.3 Atuação

O CBHSF tem como atribuições legais a promoção de debates diversos, relacionados às questões consideradas relevantes para seus membros e para a Bacia como um todo; a articulação das entidades de interesse, visando à gestão da Bacia; a gestão dos conflitos de diversas ordens; a aprovação e o acompanhamento da execução de planos de saneamento, de revitalização hidroambiental, dentre outras demandas eleitas fundamentais pelos seus membros para a adequada gestão hídrica

na Bacia; além do estabelecimento de critérios para a valoração dos recursos hídricos, no intuito de regular os usos das águas do rio São Francisco.

As plenárias ordinárias do Comitê ocorrem duas vezes ao ano, em locais distribuídos pela Bacia e pré-definidos em votação pelo plenário, com plenárias extraordinárias a ocorrer, quando necessário. As reuniões são públicas e deveriam ser amplamente divulgadas, assim como as pautas de demanda de seus membros.

O CBHSF dispõe de Câmaras Técnicas para avaliação dos planos, projetos e programas idealizados pelos seus membros, além da ANA e da AGB Peixe Vivo, que analisam principalmente a viabilidade dos mesmos.

Esta seção da tese foi elaborada por meio da consulta às atas de plenárias ordinárias do CBHSF, no período de 2002-2016. A busca foi por tirar conclusões sobre as ações do comitê em questão, eximindo-se de interpretações de outros pesquisadores sobre os acontecimentos relatados nos documentos revisados.

No ano de 2002, participaram da plenária 60 membros titulares e 60 suplentes, contando com a presença dominante de membros do poder público, sediada no Distrito Federal. A ata relata discursos com indicações constantes da Lei nº 9433 e do Regimento Interno do Comitê, no sentido de fortalecer as atribuições e a composição do Comitê, dando ênfase à cobrança pelo uso da água.

Em 2003, a segunda plenária do CBHSF ocorreu em Penedo. Na ata desta reunião, os discursos, predominantemente de membros do poder público, voltaram-se para o sentimento de esperança e expectativa diante da criação do Comitê e de seu potencial de ação. Decorre desta reunião a posição oficial do Comitê diante da transposição do rio São Francisco, por meio da Deliberação nº6, fortalecendo o que foi registrado na “DECLARAÇÃO DE PENEDO”, a qual foi entregue ao Vice-Presidente da República.

Nesta Deliberação, o CBHSF faz observações sobre o projeto da transposição, dando um novo tom ao discurso sobre ela, alegando que não é a única alternativa para o Semiárido setentrional no que tange ao abastecimento humano e animal, principalmente por requerer muitos questionamentos de ordem técnica, não possuindo um parecer claro sobre os impactos ambientais decorrentes do processo, muito menos sobre as demandas hídricas a serem atendidas ou sobre a garantia de distribuição e uso democráticos, elementos, portanto, que justificassem todo o recurso dispendido. A transposição se configura, então, como parte de um discurso centrado,

mais uma vez, na realização de grandes obras de engenharia hídrica, desconsiderando um olhar sobre a complexidade da problemática do Semiárido.

Sobre a revitalização diz:

O CBHSF encara a Revitalização da Bacia do São Francisco como um valor em si mesmo e totalmente independente das eventuais medidas compensatórias que surgiriam de uma possível viabilização das obras da transposição. Além disso, pugna por um maior esclarecimento do próprio conceito de “revitalização”, que deve ser entendido, acima de tudo, como revitalização do ecossistema, de tal forma que a recuperação ambiental da Bacia do São Francisco não seja absorvida e neutralizada no bojo de outra revitalização igualmente necessária, mas conceitualmente diferente, qual seja a revitalização socioeconômica da bacia (CBHSF, 2003, p. 2).

O CBHSF ponderou ser prerrogativa e desafio urgente do Comitê junto à ANA quantificar antecipadamente todo o universo de demandas hídricas para abastecimento humano no contexto da bacia doadora e das bacias receptoras no Semiárido, anterior às decisões sobre outorgas para projetos de grande magnitude, a partir dos quais se previu a criação de agronegócios nos locais de destino das águas.

O Comitê sugeriu ao governo da época um Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Semiárido Brasileiro que incorporasse a cultura de projetos de menor porte, a partir da quantificação e viabilização do potencial de captação de águas da chuva, além de outras fontes complementares mais baratas de aumento da oferta hídrica, acompanhada da articulação de ações sustentáveis de geração de renda que proporcionassem desenvolvimento e autonomia para a região.

A conclusão da deliberação foi feita fortalecendo que está provado historicamente que conduzir água de um local para outro não resolve a situação do Semiárido e que só se justificará uma obra “faraônica” caso fosse cumprida com máximo rigor à viabilidade técnica, a partir de um vislumbre positivo da relação custo/benefício, da sustentabilidade, além da garantia de usufruto democrático dos seus resultados, por meio de transparência na gestão, contando com a participação da sociedade, principalmente daquelas comunidades envolvidas diretamente no processo (CBHSF, 2003).

A segunda plenária, neste mesmo ano, ocorreu na cidade de São Roque de Minas e contou com membros do poder público, dos usuários e da sociedade, de forma mais equilibrada. A reunião teve como ponto central de pauta o da eleição da Diretoria Executiva do Comitê, os demais temas debatidos foram aqueles referentes ao Regimento Interno e à integração dos quatro coordenadores das Câmaras

Consultivas Regionais à Diretoria Colegiada. Em toda a reunião foi destacada a satisfação diante da eleição da chapa que, para aqueles que tiveram o poder da fala, representava os estados membros, as regiões fisiográficas, os setores usuários, poder público e sociedade civil: com dois representantes para Minas Gerais, dois para Bahia, um para Pernambuco, um para Alagoas e um para Sergipe, o que significou a posse de dois diretores do Alto, dois do Médio, um do Submédio e dois do Baixo São Francisco. Ainda em relação aos segmentos que compõem o CBHSF, três faziam parte do Poder Público, dois da Sociedade Civil e dois dos Usuários.

No ano de 2004, os principais assuntos tratados nas plenárias foram os relativos ao Plano Decenal dos Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco, que foi aprovado e publicado; a transposição versus revitalização, a revisão de outorgas e possíveis fontes de arrecadação de recursos para a realização de ações na Bacia do rio São Francisco. É importante destacar que, nesta reunião, os representantes se dividiram em dois grupos discursivos, o que direcionava o Plano para a questão do uso da água e outro que focava a questão da revitalização da Bacia. O que nos pareceu é que a grande polêmica da plenária se consistiu na aprovação da transposição e os poucos representantes, que não se mostravam contra, expressaram a necessidade de haver uma discussão mais ampla sobre este assunto. Foi muito sutil a reação dos membros a uma pressão exercida pelo Governo Federal e pelos representantes do poder público presentes para a aprovação da transposição do rio São Francisco.

No ano de 2005, os principais temas tratados nas plenárias foram os das eleições das Diretorias Executiva e Colegiada; e das alterações no Regimento Interno, com ênfase necessária em relação à representatividade das comunidades indígenas, principalmente quando se tratava da transposição do rio São Francisco. Quanto a este tema, os membros expressaram a frustração diante da conjuntura que caracterizou a transposição como uma ação autoritária do Governo Federal, da ANA, do IBAMA e dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração, influenciando, inclusive, no processo de revisão e de regularização das outorgas, como também no cadastro dos usuários para viabilizar o projeto, nesta ata foi possível atestar um discurso forte contra a transposição do rio.

Em relação à cobrança pelos usos da água, os representantes mostraram um discurso a favor de sua aplicação para aqueles grandes usuários, preocupados com a ação dos irrigantes, para eles, os maiores demandantes de água do rio.

A insatisfação dos membros do CBHSF em relação às atividades da ANA ficou mais evidente na última plenária deste mesmo ano, quando se questionaram os processos de outorga, a destinação dos recursos repassados pelo Comitê à Agência para a execução de seus projetos, o que desencadeou na necessidade de um estudo sobre viabilidade de criação de uma Agência única para o CBHSF.

No ano de 2006, o CBHSF persistiu no discurso pela revitalização, a partir do Plano de Revitalização do rio São Francisco, assim como na possibilidade de criação de uma Agência única para a outorga e cobrança pelo uso da água, além da necessidade de um Plano de Convivência com o Semiárido. Neste ano, além da não valorização, na prática, da representatividade indígena, foi questionada também a não valorização da representatividade Quilombola. Foi reivindicado o funcionamento da Câmara Técnica das Comunidades Tradicionais para a realização de estudos sobre tais comunidades e dos usos da água por elas praticados. Foi aprovada a alteração do Regimento Interno, estabelecendo dois titulares e dois suplentes, além das respectivas câmaras técnicas para as comunidades tradicionais.

Em 2007, as reuniões abordaram a Caravana Contra a Transposição; a viabilidade da Agência da Bacia do Rio São Francisco e os estudos sobre cobrança e vazão ecológica. Neste ano, apesar de ainda se tratar do tema e de ter havido mobilização, a transposição foi deixada de lado, com o intuito de fortalecer os caminhos para a concretização da revitalização do rio.

As plenárias do ano de 2008 não ocorreram ou não foram registradas no site do CBHSF. Enquanto isso, nas de 2009, o tema central e de extrema importância para a execução dos projetos do Comitê, com recursos da cobrança pela água, foi o da contratação de uma entidade delegatária contratada pela ANA. A seleção da agência se deu por meio da avaliação de uma comissão de julgamento eleita pelo próprio Comitê juntamente com a AIBA e a AGB Peixe Vivo.

A ata da primeira plenária, realizada no ano de 2010, no mês de agosto, foi elaborada com a logo da AGB Peixe Vivo, em que se discutiu a posse, o contrato de gestão da agência e uma possível agenda de trabalho a ser cumprida pela Associação, assim como a deliberação de critérios e prioridades relativas à cobrança pelo uso da água. Paralelamente, foi relatada a expectativa para a concretização da revitalização do rio a partir dessa cobrança. Foi aprovado, por unanimidade, o Plano de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso das águas na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, referente ao exercício de 2011, que seria iniciada no primeiro dia

do mês de julho deste ano, por meio de boletos gerados pela ANA. De acordo com a ata o processo tem como base legal a Deliberação Nº 40, de 31 de outubro de 2008, que elenca os “Mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco” (CBHSF, 2008, p.1).

Para a concretização da cobrança foi realizada uma campanha de Ratificação e Retificação dos usuários, em ambiente eletrônico da ANA, no CNARH-Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, apresentada nesta reunião, em que 147 usuários puderam fazer as alterações de seus dados para a cobrança. Portanto, o anseio dos representantes quanto à cobrança pela água por parte da AGB Peixe Vivo não foi concretizada, mantendo este poder nas mãos da ANA, o CBHSF ainda luta por maior autonomia e poder de ação.

As reuniões do ano de 2011 versaram sobre o estudo de vazão ambiental, dos usos múltiplos e o possível impacto desta vazão nos usos humanos e pelos ecossistemas. A reunião foi composta, igualmente, pela divulgação dos projetos para cada região fisiográfica da Bacia, todas elas com demandas de conflitos, recuperação da Bacia do rio São Francisco e de financiamento para seus projetos.

No ano de 2012, foram discutidas diversas questões referentes ao funcionamento das CCR, principalmente da CCR do Alto São Francisco. Ademais, foram apresentados 22 Projetos de Recuperação Hidroambientais aprovados pelo Comitê: Rio Santana, Lagoa da Prata/MG; Rio São Pedro, Paracatu/MG; Recuperação manancial abastecimento (ardósia), Felixlândia e Pompéu/MG; Rio Canabrava, Pompéu/MG; Rio Bananeiras/Córrego Estiva, Conselheiro Lafaiete e Igarapé/MG; Rio Jatobá, Buritizeiro/MG; Córrego da Onça, Pirapora/MG; Rio das Pedras e Córrego Buriti, Guaraciama/MG; Rio Corrente, Cocos e Correntina, BA; Rio Grande, São Desidério/BA; Água Fria e Barreiro Grande, Serra do Ramalho/BA; Lagoa das Piranhas, Bom Jesus da Lapa/BA; Rio Salitre, Morro do Chapéu/BA; Rio Pajeú, Brejinho/PE; Riacho da Onça, Afogados da Ingazeira/PE; Rio Diogo, Ibimirim/PE; Rio Moxotó, Ibimirim/PE; Rio Jacaré, Propriá/SE; Rio Piauí, Bananeiras/AL; Nascentes dos rios Batinga, Boacica, Itiúba, Perucaba e Tibiri/AL e Riacho Mocambo, Curaçá/BA e o projeto do Riacho Santo Onofre, Paratinga/BA. Foram discutidos, ainda, o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para 2013-2015 e a implementação do Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

No ano de 2013, os assuntos tratados nas plenárias foram, sobretudo, os da elaboração de um novo Plano Decenal; do uso da água pelo setor hidrelétrico e dos

impactos ambientais decorrentes; bem como os dos entraves internos com os quais o CBHSF vinha lidando nos últimos anos; da estiagem que atinge, principalmente, Médio e Submédio São Francisco; da redução de vazões constantes, considerando que a redução aprovada foi de 1.100 m³ para este ano e o monitoramento de peixes, já que a mortandade ficava cada vez mais frequente. Por fim, foi ponto de pauta a discussão sobre os critérios para o custeio de membros do Comitê com os recursos da cobrança pela água.

No ano de 2014, a atualização do Plano Decenal foi ponto central de pauta, o desejo dos membros era o de que o Plano não tivesse caráter apenas consultivo, mas que fosse posto em prática, já que o produzido para o período de 2004-2014 não foi concretizado. Tal atualização seria realizada por uma empresa contratada pela AGB Peixe Vivo, empresa portuguesa – NEMUS – escolhida por processo de licitação e com prazo de 18 meses para a conclusão dos trabalhos; a necessidade da criação e aplicação de Planos de Saneamento Básico em todas as regiões fisiográficas; o repasse dos recursos pela cobrança da água pela ANA para a AGB Peixe Vivo e o custeio da mesma foram avaliados em reunião por um grupo específico de acompanhamento destas atividades, assim como todas as atividades relacionadas a contratos de gestão do CBHSF.

O projeto de transposição, com os trechos realizados e o seu desenvolvimento, foi apresentado neste período; a contaminação do rio por metais pesados identificada pelo INEMA-BA e a identificação de uma mancha de cianobactérias apontada pelo IBAMA eram preocupações do Comitê, foi sugerida a ampliação do monitoramento dos peixes na bacia. A mancha deveria ser monitorada pela CHESF, num intervalo de 72 / 72 horas.

Foi, também, apresentado cenário sobre mudanças climáticas na Bacia para o período de 2015-2020. Entretanto, no ano de 2015, a ação mais consistente relatada em reunião foi a aplicação do PAP.

Na sequência a AGB Peixe Vivo faz sua apresentação sobre as ações executadas com recursos da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Alberto Simon, diretor técnico da AGB Peixe Vivo explana sobre as principais atividades do Plano de Aplicação Plurianual-PAP. Fala sobre a realização das plenárias, reuniões das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, realização da Campanha em Defesa do rio São Francisco, Seminário Quilombola e Indígena. Elucida também sobre a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, com o status de execução dos mesmos de cada município contemplado, projetos hidroambientais e fiscalização e gerenciamento desses projetos. Apresenta o valor investido, no exercício de 2014, de cada ação do PAP: Nas Ações de

Gestão, foi de R\$ 4,21 milhões, nas Ações de Planejamento, R\$ 3,06 milhões e nas Ações Estruturais, R\$ 6,63 milhões. Cita que a AGB Peixe Vivo deverá apresentar a CTPPP em agosto/setembro deste ano, a versão consolidada do PAP 2016-2018, após diretrizes e definições da Diretoria Colegiada do CBHSF e propostas das Câmaras Consultivas Regionais. Informa que o PAP 2016 –2018 deverá ser aprovado até a próxima reunião plenária em novembro de 2015 (CBHSF, 2015, p.4).

Nesta mesma reunião foi aprovada a renovação do contrato com a AGB Peixe Vivo para um prazo de mais seis anos. Por fim, foi aprovada Moção para Revitalização do rio.

No último ano de registro de ata, o de 2016, foi posta em pauta a realização do Pacto das Águas no contexto de crise hídrica em que um dos principais temas abordados foi o da diminuição da vazão do rio São Francisco como medida de segurança em período de estiagem prolongada e seca. Estudos foram solicitados para saber o impacto ambiental que ela gera. Um novo projeto de revitalização foi proposto: o Plano NOVO CHICO, o qual foi elaborado em cinco eixos de ação: Saneamento, Controle de Poluição e Obras Hídricas; Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Hídricos; Economias Sustentáveis; Gestão e Educação Ambiental e Planejamento e Monitoramento.

Ademais, feito um balanço dos investimentos do Comitê nos últimos quatro anos e o anúncio de perspectivas futuras:

Explica sobre a execução financeira no período de 2012 a 2016, em que os principais investimentos foram: atualização do PRH SF (8,4%), Planos Municipais de Saneamento Básico (6,7%), Projetos Hidroambientais (32,4%), Apoio à FPI (3,6%), Comunicação (11,2%) e outros (37,8%). O total desembolsado, no período de 2012 a 2016, foi de setenta e oito milhões, setecentos e um mil e cento e dez reais. Detalha sobre a atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia 2016–2025 e apresenta os cenários de demanda total, cuja tendência, independente do cenário considerado é de elevada pressão sobre os mananciais do São Francisco. Fala sobre o Pacto das Águas e Metas do Plano. Foram definidas 22 grandes metas que foram divididas em seis eixos: 1. Governança e mobilização social; 2. Qualidade da água e saneamento, 3. Quantidade da água e usos múltiplos, 4. Sustentabilidade hídrica do semiárido, 5. Biodiversidade e requalificação ambiental e 6. Uso da terra e segurança de barragens. Encerra falando sobre o orçamento estratégico (30,8 bilhões de reais) e o orçamento executivo, que dispõe o CBHSF (532,5 milhões de reais), em que haverá necessidade de mobilização de receita adicional à cobrança, devido ao déficit de financiamento 2016-2025 estimado em 258 milhões de reais (CBHSF, 2016a, p. 5).

Portanto, os avanços ocorridos no âmbito da legislação atinente à gestão do uso das águas fluviais brasileiras, em direção ao controle dos impulsos destruidores inerentes aos imperativos da lógica técnico-instrumental capitalista, foram resultados do

processo de conflitos discursivo-sociais desencadeados pela consciência da visível contradição dos interesses de classes em jogo. E isto, na medida em que as classes hegemônicas, para manterem seu poder, continuavam a utilizar-se também dos elementos da natureza como recursos econômicos para a geração e acumulação de riquezas para si próprias, propósito que sempre aparece mascarado por discursos segundo os quais o necessário crescimento econômico, embora seja concretizado através dessa lógica, é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento das regiões e do país.

Entretanto, como, em função da sua dinamicidade perpétua, a realidade histórico-territorial acha-se sempre em movimento, em algum sentido, há momentos em que as ações hegemônicas são questionadas e mesmo negadas pelas classes sociais subalternas, exercendo pressão sobre as classes que se acham no poder. Geralmente, é em momentos como este que muitas leis e muitos instrumentos legais são instituídos, visando a acalmar as tensões sociais em torno dos bens que são fundamentais à existência humana, como se deu no caso das águas do Brasil.

Na perspectiva acima colocada, as classes hegemônicas conseguem rever as suas ações, implementando estratégias – legislação com apelo à participação, abertura a propostas democráticas de ação, promessas de inclusão social, etc. – capazes de ludibriar as populações fazendo-as crer que elas estão conquistando o que querem. Porém, em que medida tais “conquistas” não são, na verdade, um mero estratagema do Poder visando à atenuação dos conflitos sociais no momento em que as classes subalternas ficam mais atentas a fim de retornar, posteriormente, o seu propósito fundamental?

E é de conhecimento de todos e de todas que a geração de valores constitui a regra geral que rege o comportamento dos agentes do capitalismo. A este propósito, segundo Harvey (2013, p. 256),

Onde quer que estejam, os capitalistas se comportam como capitalistas. Eles buscam a expansão do valor por meio da exploração, sem levar em conta as consequências sociais [e ambientais]. Eles superacumulam o capital e, no fim, criam as condições que conduzem à desvalorização dos capitais individuais e da força de trabalho durante a crise. Entretanto, isso acontece dentro de uma estrutura de desenvolvimento geográfico desigual produzido por mobilidades diferenciais de vários tipos de capital e força de trabalho, todos juntos dentro das restrições temporais impostas pelo processo de circulação do próprio capital.

O que, de fato, pode tornar-se uma resistência concreta a esta avidez ligada à racionalidade técnico-instrumental capitalista é a força social capaz de redirecionar o comportamento acima citado; mas, claro, com os pés no chão, ou seja, buscando construir alternativas efetivamente vinculadas ao que se pode fazer. E, nesta perspectiva, por que razão não se retomam as pressões sociais que nortearam a institucionalização da legislação em torno, por exemplo, da gestão democrática das bacias hidrográficas dos nossos rios; desta vez, visando fazer valer as leis já existentes, respeitando as diversas vozes dos atores envolvidos em sua complexidade. Isto *per se* já constituiria um grande avanço.

Nota-se, portanto, que, entre avanços e recuos, pelo menos se começou a discutir e tentar fazer algo diferente do que se fazia antes, no que tange ao uso das águas, sob uma perspectiva deste elemento natural como um bem comum. Mas, se no caminho da concretização dos avanços pensados e praticados, ocorrem entraves, isto se deve à própria natureza do processo de formação territorial brasileiro, o qual, como pensou Castilho (2017), sempre atendeu, preponderantemente, aos interesses da racionalidade técnico-instrumental capitalista, fazendo permanecer no tempo os grandes desafios a serem superados.

Em tom conclusivo, mesmo considerando as atas como descrições compostas por cortes intencionais realizados por aqueles que as redigem, levando em conta os limites da sua interpretação, em termos de falas durante as reuniões e o espaço-tempo para a escrita dos textos, é possível perceber a diversidade de discursos e a persistência dos membros no âmbito da construção do que se pode chamar de processos democráticos e participativos na gestão hídrica. Muito embora, a consolidação de tais processos ainda encontre muitos limites, sobretudo em função da especificidade da natureza da formação territorial do Brasil.

A partir da consideração do conteúdo das atas, entende-se que o processo de desenvolvimento do CBHSF é marcado por discussões constantes de seu Regimento Interno e pelo resgate dos princípios da Lei nº 9433, sem deixar de questioná-la em alguns pontos. A construção da autonomia do Comitê constitui um ponto de auto avaliação frequente, que tem impulsionado o acontecer histórico de processos importantes como o da contratação da AGB Peixe Vivo como a Agência de Águas própria da Bacia do rio São Francisco.

A cobrança pelo uso da água foi um fator de relevância para o seu fortalecimento, proporcionando maior autonomia ao Comitê, apesar de desvirtuar a

sua função principal, que seria a de manutenção de funções vitais da Bacia e, conseqüentemente, de favorecer a garantia dos usos múltiplos da água, de forma justa e democrática, respeitando os ecossistemas que a compõem, além do maior poder atribuído à ANA, responsável pela cobrança e pelo repasse dos valores à AGB Peixe Vivo.

Embora a conjuntura internacional fortaleça a cobrança pelo uso da água, o CBHSF pondera sobre o tema, colocando a responsabilidade de uso preponderante nos irrigantes e no setor hidroelétrico. No entanto, o que ocorre é a manutenção da estrutura vigente de uso da água, não ficando claro no conteúdo das atas, talvez de propósito, os seus verdadeiros motivos, o que nos leva a inferir que esta estrutura de poder termina impondo limites ao CBHSF no que tange à sua ação de regulação, tendendo a voltar-se para os usos hegemônicos, o que reforça a ideia de que o discurso oficial dominante sobre a gestão da água do rio São Francisco se expressa materialmente na realidade político-social, moldando seu acesso e distribuição em um formato elitizado de concretização.

Considera-se, ainda, o uso humano e a dessedentação animal como prioridades, mas também é constante a reflexão sobre a demanda ecossistêmica de água, ou seja, sobre qual vazão seria necessária para que o rio São Francisco se mantenha vivo e biodiverso. É importante destacar a reflexão constante e a posição contra a transposição do Rio São Francisco por parte do Comitê, ao longo dos anos, bem como no que diz respeito à concretização da Revitalização do rio, mas é preciso enfatizar que a transposição continua recebendo financiamento e a revitalização é tão tímida que não é possível ver seus impactos no rio, cada vez mais assoreado e agonizante.

Por fim, o presente capítulo consolida a importância do papel do CBHSF na história política e socioambiental do Brasil, além de um espaço de fortalecimento de discursos que destoam, em certa medida, daquele oficial, já que ao estudar a criação, estrutura e ação deste Comitê, acabamos por identificar inovações nas formas de gestão de bens públicos, nas relações sociopolíticas, na composição complexa da instituição, na organização das reuniões e nos discursos sobre a importância da água nos mais diversos contextos de uso, mesmo atestando os limites relevantes na sua ação.

O cultivo das relações democráticas faz-se de extrema importância para atenuar as marcas históricas do governar oligárquico brasileiro, além do

fortalecimento daqueles discursos em que seus interlocutores tentam resignificar o discurso oficial dominante no intuito de proteger o rio e de romper com as lógicas e relações vigentes de manutenção de poder.

4.2 CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: os discursos ditos neste espaço

Com base na participação da presente pesquisadora nas reuniões da CCR Submédio SF e do CBHSF, desde o ano 2016, como membro da sociedade civil, nas conversas informais com os representantes envolvidos e na busca por trabalhos científicos que retratassem a história desta Câmara Consultiva, foi possível concluir que as informações sobre ela se encontram dispersas. Destarte, viu-se como necessária uma sistematização adequada do material existente para que sua origem e seu percurso quanto à parte que lhe cabe na Gestão da Água do Submédio São Francisco sejam registrados historicamente, no presente tópico, tanto para a elaboração de uma contextualização adequada de pesquisa como para o fortalecimento institucional que este tipo de documento tem o potencial de gerar.

Todo o material referente às atas das reuniões foi sintetizado em forma de quadro (APÊNDICE C) para uma visualização do todo que compõe a gestão de cada coordenador (quórum, pautas, decisões e conflitos relatados), suas características particulares, a participação dos membros, a evolução dos processos de gestão, ao longo do tempo, de forma a facilitar a compreensão do contexto de pesquisa, das mudanças sociopolíticas engendradas por cada equipe de gestão, e, ainda, para a identificação dos conflitos mais recorrentes nesta instituição, posto que eles carregam elementos discursivos, mais claros e diretos, associados às lutas pelo acesso à água na região.

Durante a pesquisa de campo, 33 instituições faziam parte da composição da CCR Submédio SF, tanto com representação de titulares como de suplentes (Quadro 5).

**Quadro 5: Instituições que compõem a Câmara Consultiva Regional do Submédio
São Francisco**

1. Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	18. Colônia de Pescadores Z-39
2. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Juazeiro - SAAE Juazeiro	19. Colônia de Pescadores Nossa Senhora Aparecida da Serrinha
3. Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE	20. Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF
4. Agro Indústrias do Vale São Francisco S/A - Agrovale	21. Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente da Bahia - SINDAE
5. Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Projeto Glória Ltda. - COOPAG	22. Associação de Desenvolvimento Sustentável
6. Associação dos Irrigantes da Boa Vista	23. Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas - CAATINGA
7. Associação dos Produtores Rurais do Vale do Moxotó - UNIVALE	24. Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina
8. Associação dos Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro	25. Universidade Federal da Bahia – UFBA
9. Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu	26. Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
10. Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro	27. Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC
11. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	28. CBH Salitre
12. Povo Tuxá – Rodelas-BA	29. CBH Lago de Sobradinho
13. Povo Pankará- Itacuruba-PE	30. Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA
14. Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA	31. Prefeitura Municipal de Terra Nova/PE
15. Prefeitura Municipal de Abaré/BA	32. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA
16. Prefeitura Municipal de Serra Talhada/PE	

Fonte: Elaboração própria.

É possível perceber que a CCR Submédio SF possui uma estrutura diversa, com pouca presença das empresas privadas que atuam na região, o que seria de extrema importância, pois, como vimos anteriormente, elas são responsáveis pelas atividades que dependem da irrigação.

O texto base para a orientação das CCR sobre sua estrutura, atribuições e regras de funcionamento adequado para uma gestão participativa, é a Deliberação nº52/2010. Como principais atribuições das CCR tem-se a articulação do CBHSF com os Comitês de Bacias de Rios Afluentes (CBH), além de elencar as demandas desses para conhecimento do Comitê Nacional. As CCR também deverão elaborar sugestões ao CBHSF com base no seu conhecimento regional de Bacia, além de divulgar as ações do Comitê, mobilizar a sociedade civil nas consultas públicas, nas audiências aprovadas pelo seu plenário e nas eleições para renovação dos membros do CBHSF, CBH e CCR.

No ano de 2016, foi publicado o “Guia do Representante” pelo CBHSF com o objetivo de “[...] colaborar para a atuação dos membros do CBHSF, tendo em vista o fortalecimento da gestão descentralizada e a relevância das representações locais” (CBHSF, 2016, p.3). Neste documento, o membro pode ter acesso a informações gerais sobre a bacia, sobre o Comitê, a documentos importantes como regimento, plano decenal, deliberações, resoluções, etc.

A partir das entrevistas realizadas com representantes mais antigos, não se teve clareza sobre uma base de princípios fundantes para a instituição, aqueles previstos na Deliberação nº52/2010, mas foi possível observar a eleição de alguns, por meio de legitimação social, registrados em ata: descentralização de poder entre representantes, tentativa de controle de posturas antiéticas no processo (principalmente daquelas voltadas para a garantia de interesses particulares em detrimento daqueles coletivos), função educativa dada à CCR para mobilização social, participação ativa por parte dos membros, equilíbrio entre reuniões e projetos realizados nos municípios da Bahia e de Pernambuco.

O contexto de criação da CCR Submédio SF foi delineado por seus membros como aquele de conflitos quanto à concretização da transposição do rio São Francisco, por um lado, para fortalecimento das mobilizações e ações do CBHSF para a revitalização do rio e, ao mesmo tempo, interpretado como processo que favoreceu a aprovação da obra mediante lançamento do Plano de Bacia do rio São Francisco pela ANA, corroborando o que foi constatado a partir do estudo das atas do próprio CBHSF.

As atividades da CCR Submédio SF foram registradas a partir do ano de 2012, sob a coordenação do prefeito do município de Afogados da Ingazeira-PE, sabe-se pouco sobre essa gestão que durou de 2011 a 2013. Poucas reuniões foram realizadas ou registradas. As atas da gestão 2013-2016, revelaram que, na origem da instituição, a ANA ofertou recursos para a realização de Planos de Saneamento e de Projetos Hidroambientais e que o município de Afogados da Ingazeira foi contemplado. Esse caso virou processo, resguardando ao coordenador da CCR Submédio SF da gestão seguinte responder por ele em juízo.

Uma forte crítica no que tange à primeira gestão foi direcionada ao fato da influência política pela qual o primeiro coordenador agia, vista como negativa para o processo de gestão. Revelou-se que ele tinha um perfil autoritário, que escolhia as pessoas que participariam da CCR de acordo com conveniências políticas, além de

sua ausência nas atividades e de seu apoio à transposição do rio São Francisco, postura contrária àquela desempenhada por parte relevante dos representantes do CBHSF, inclusive por meio de documento oficial, a Deliberação nº6/2003.

Na ata da reunião do dia 21 de agosto de 2012, no município de Triunfo, consta que houve uma reunião anterior, no entanto, a ata não se encontra disponível no site do CBHSF junto às demais. Foi possível observar a insatisfação dos membros no que tange à aprovação da eleição do prefeito de Afogados da Ingazeira para coordenador da CCR Submédio SF, não somente por sua ausência, mas pela representação política em si. Ademais, não se possuía estrutura material e logística para dar fluidez à gestão, também pelo fato da secretária residir no estado da Bahia e seu coordenador no estado de Pernambuco.

É importante enfatizar a presença de representantes da CHESF na reunião, o que suscitou diversos questionamentos sobre Sobradinho, Itaparica, sobre o estudo de vazões, com alguns membros relatando as consequências das baixas vazões para suas comunidades. Foram cobranças dos membros: uma linguagem acessível na apresentação dos estudos de vazões, ações de reflorestamento ao redor do lago, além daquelas de garantia de sobrevivência da população de peixes e o apoio da CHESF para a construção de um ancoradouro móvel para a Ilha do Rodeadouro, que já vinha sofrendo com as baixas vazões do rio.

No dia 12 de setembro de 2012, na cidade de Campo Formoso, ocorreu a segunda e última reunião com registro publicado da gestão 2011-2013. A partir dessa ata é possível perceber que uma parte importante dos membros da CCR Submédio SF, daqueles mais ativos, são de origem do Comitê de Bacia do rio Salitre, um dos afluentes da Bacia do São Francisco, caracterizado como morto pelos seus próprios defensores, que atribuem o desastre às ações humanas.

Nesta ata consta o pedido de elaboração de um regimento da CCR Submédio SF, no entanto, não foi dada importância, pois um dos membros esclareceu que a Deliberação nº52/2010 já supria essa necessidade. Anos depois, esta deliberação pode ter sido esquecida, visto que a necessidade de um regimento interno da CCR foi novamente debatida e não se fez mais referência à Deliberação em ata.

Foi discutida a distribuição desigual de vagas entre membros, dada prioridade aos pernambucanos, além das comunidades do entorno do lago de Sobradinho que não possuíam representação na instituição, situação alvo de crítica por parte dos presentes. Nesta reunião, já foi relatada a atividade de um funcionário da AGB Peixe

Vivo que cuidava da logística dos membros, além das atividades relacionadas aos projetos. Surgiu, a partir daí, a necessidade de diferenciar o trabalho da secretária da CCR Submédio SF daquele do analista ambiental da AGB Peixe Vivo. Foi questionada uma possível redundância entre eles.

Ao final do evento, ocorreu uma visita técnica na nascente do rio Pacui, afluente do rio Salitre, no município de campo Formoso.

Nas duas atas desta gestão, os membros expõem que a AGB Peixe Vivo deveria trabalhar a partir das deliberações da CCR, o que não estava acontecendo naquele momento. Além das imposições da AGB, foram igualmente questionadas as ações da CCR Submédio SF como atividades que deveriam ser decididas democraticamente pelos membros e não somente pelo seu coordenador.

A Sra. Avani, fala que o coordenador deve seguir o que membros determinaram na última reunião da CCR em Triunfo-PE e que a AGB Peixe Vivo não manda nas determinações dos membros e sim que membros que mandam na AGB Peixe Vivo, que as decisões da CCR devem ser aprovadas democraticamente pelos seus membros e não apenas pelo coordenador (CCR SUBMÉDIO SF, 2012, p.3)

A partir de 2012, a AGB Peixe Vivo disponibilizou uma sede para o Submédio SF no município de Petrolina e o analista ambiental da instituição acaba por assumir algumas funções de secretaria, como redigir atas, gravar as reuniões, dentre outros tipos de registros necessários, além de convocar cada membro, pedir diárias, organizar estadias e o local das reuniões, prestar contas, dentre outras funções.

Ao secretário eleito pelos membros, cabe articular os envolvidos para as atividades junto ao coordenador da CCR e ao CBHSF, organizar a pauta, além de coordenar falas e substituir o coordenador em caso de sua ausência nas reuniões.

A gestão 2013-2016 teve como coordenação um representante indígena do município de Rodelas-BA, coordenador-geral da Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), também membro da Diretoria Nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

De acordo com os representantes entrevistados, esta gestão foi caracterizada como um momento de grande aprendizado sobre as lutas indígenas às margens do rio São Francisco, assim como de alguns casos específicos de comunidades localizadas no Submédio São Francisco. Alguns pontos de crítica estão relacionados à falta de experiência de todos em um processo participativo de gestão de águas,

assim como a ausência de um Regimento Interno, de modelos documentais que facilitassem a elaboração de projetos, assim como a instauração de um processo de protocolização dos mesmos.

A partir das atas das primeiras reuniões da gestão 2013-2016, foi possível perceber que eram realizadas com uma pequena quantidade de pessoas. Era frequente a preocupação dos participantes com a apresentação do CBHSF e das atribuições da CCR à população, além da insatisfação dos mesmos com relação à influência de políticos da região tanto nas reuniões como nas campanhas de divulgação dos trabalhos CBHSF-CCR Submédio SF. Foi uma observação possível nas atas, também, o incômodo dos representantes quanto aos interesses políticos que transpareciam, principalmente, quando a pauta estava relacionada a recursos ou que poderiam dar visibilidade política a algum candidato.

Enfatizou ainda que não concorda com a politização dentro do Comitê de alguns políticos que só querem pegar carona, sair bem na foto. Que pretende realizar um evento na Barragem de Sobradinho-BA, mas que fará em novembro, depois das eleições para evitar a politização da Campanha Viro Carranca Pra Defender o Velho Chico. O Sr. Walter Guerra, parabenizou pelo evento, embora ache que pode melhorar muitas coisas como a politicagem, a qualidade do evento ser mais direcionado público interessado (CCR SUBMÉDIO SF, 2014, p.3).

A primeira reunião da gestão 2013-2016 aconteceu no município de Petrolina, no dia 23 de outubro de 2013, participando apenas treze pessoas, entre convidados e representantes da CCR Submédio SF. Foi enfatizado que muitos moradores ribeirinhos sofrem com o abastecimento de água deficitário, motivo para a divulgação do financiamento do CBHSF aos Projetos Hidroambientais e aos Planos Municipais de Saneamento Básico que já estavam definidos para 25 municípios baianos, com 4 pernambucanos aprovados. Tais planos seriam executados a partir de uma associação entre CBHSF e prefeituras, mediante Termo de Adesão do plano por parte das prefeituras de Pernambuco e da Bahia que compõem esta CCR.

Posteriormente, foram indicados membros para compor grupos de trabalho, Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão – GACG e Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio São Francisco –GTOSF. A reunião foi finalizada dando devida atenção à importância do envolvimento das instituições de ensino e pesquisa nos eventos do CBHSF, para o fortalecimento da defesa do rio São Francisco.

Foi dada orientação quanto à logística das reuniões, que dependia da escolha dos membros em relação às cidades sede: duas cidades de Pernambuco, duas cidades da Bahia e cidades dos rios afluentes de Pernambuco/Bahia, uma realizada na calha do rio São Francisco que está situada em Pernambuco e outra na calha do rio que se localiza na Bahia; uma na cidade de rio afluente de Pernambuco e outra de rio afluente da Bahia, totalizando quatro reuniões ordinárias, com possibilidade de chamada por reuniões extraordinárias para demandas especiais dos membros.

Foram sugeridas visitas técnicas nas cidades sede das reuniões, com o fim de conhecer e construir uma aproximação com as comunidades, mostrando o trabalho do representante da região, visto que mais frequente era a presença de prefeitos, vereadores, figuras políticas locais nas reuniões da CCR Submédio SF.

Foi realizada uma apresentação do Projeto de Recuperação Hidroambiental em Morro do Chapéu-BA, explicando-se que os proponentes fazem o projeto e as empresas são licitadas para a sua execução, por meio da AGB Peixe Vivo.

O que não ficou claro, em ata, foi se a empresa executora designa outra empresa para sua fiscalização ou se é a própria AGB Peixe Vivo quem realiza, já que, em hipótese, ficaria mais difícil a flexibilização ou a ocultação de problemas durante a obra.

Foi exposta a inviabilidade da comunidade em participar do projeto, mas que este contou com mobilização e promoveu educação de forma peculiar. Foram citados também os projetos em execução no Pajeú e no Moxotó, ambos em Pernambuco, principalmente o projeto de Brejinho, relatados impasses resolvidos em reuniões com o pessoal das empresas contratadas e com a equipe técnica da própria AGB Peixe Vivo junto à comunidade.

Foi posto em evidência, em ata e nas entrevistas, o Projeto de Revitalização da Microbacia do Riacho do Mocambo e de afluentes em Curaçá-BA, requisitado pelo IRPPA, como insucesso pelos representantes da CCR Submédio SF. Um dos primeiros projetos elaborados foi modificado, executado de forma divergente ao que a instituição propôs. A constatação da não adequação da empresa contratada, uma empresa do ramo da pintura, além da insatisfatória mobilização social para ajudar na cobrança e na fiscalização, foi motivo de duradoura crítica ao projeto, assim como a demora para sua finalização.

Outra incoerência atestada em ata foi de que a AGB Peixe Vivo seria responsável pela fiscalização deste projeto e que ainda teria um grupo de

representantes para acompanhamento das obras, o que não condiz com o que foi explicado para o caso do Morro do Chapéu, considerado um projeto de sucesso.

A segunda reunião ordinária, em Santa Maria da Boa Vista-PE, no dia 22 de novembro de 2013, caracterizou-se, em grande parte, como uma reunião educativa, em que o coordenador facilitou uma discussão sobre o papel do CBHSF, destacando a representação das populações da bacia nesta instituição. O rio foi abordado como ente mitológico que precisa ser defendido, revitalizado, cuidado e preservado.

Falou-se mais uma vez das dificuldades de navegação na Ilha do Rodeadouro-BA, visto que as águas do rio não assumiam profundidade suficiente, o que é atribuído à baixa vazão imposta pela CHESF, entidade que sempre possuiu cadeia na CCR Submédio SF, mas é raro estar presente. Segundo os entrevistados, a instituição assume uma postura de distância e sigilo diante de demandas dos representantes da CCR Submédio SF. Um dos problemas citados em ata deste contexto foi da empresa Icofort, que estaria enfrentando sérias dificuldades para transporte de sua matéria-prima, não deixando de lado as consequências da baixa vazão para os barqueiros, dentre outras atividades relacionadas ao turismo e às comunidades ribeirinhas da região.

Uma interessante analogia exposta, registrada ainda na mesma ata, referente aos perímetros irrigados foi de que estes eram verdadeiras transposições que transportam, faz muito tempo, um menor volume de água para o setor. Em tom de crítica, o representante defende que as águas sejam transportadas para outras regiões e bacias. A discussão transitou, igualmente, na falta de saneamento básico dos municípios da região e na necessidade de tratamento dos resíduos sólidos como uma forma de cuidado com o rio e para a garantia de água de qualidade.

Na terceira reunião ordinária, em Remanso-BA, no dia 21 de fevereiro de 2014, o coordenador abre os trabalhos fazendo uma apresentação sobre a CCR, sobre as consequências da seca quando se pensa sobre a disponibilidade de água e para a vida do rio. Fortalecendo a discussão da reunião anterior sobre a divulgação dos trabalhos CBHSF-CCR na Bacia e das questões ambientais regionais nas escolas.

Nesta reunião, uma divergência ideológica relevante se fez presente, quando um representante defendeu que o Comitê deveria angariar mais recursos, abrindo-se para parcerias políticas nos estados, de outro lado, defendeu-se a ideia de que o Comitê tem uma função de discussão, como “Parlamento das Águas”. Portanto, era

preciso ter o foco nas problemáticas locais e a presença dos representantes para votação em busca de melhoria da gestão de águas na região.

Que os Estados têm que disponibilizar mais recursos para revitalizar o rio e que o Comitê tem que ser mais político, buscar mais forças para que possa agir e executar as ações na questão ambiental. Em seguida a palavra foi passada a palavra para Almacks, que disse que o Comitê é o parlamento das águas, local das discussões. Disse ainda que, o Comitê é dividido em quatro (04) regiões, e que houve uma falha nessa divisão tanto por parte do Comitê como por parte da Câmara Consultiva Regional (CCR Submédio SF, 2014, p.2)

As problemáticas locais destacadas, em ata, foram os casos da hidrelétrica de Sobradinho, construída sem respeitar o povo e a natureza, em que o objetivo era a energia para a indústria e a água para o agronegócio; da transposição ou as transposições; das usinas nucleares, aqueles de navegação foram temas reincidentes, assim como a omissão da CHESF.

Foi realizada uma apresentação da campanha em defesa do rio “Eu viro Carranca para Defender o Velho Chico”, com a finalização contando com a orientação de um representante experiente explicando como elaborar e como enviar um projeto para o CBHSF, atestando o processo de maturação da CCR Submédio SF na gestão do rio.

Neste ano, foi solicitada uma reunião extraordinária em Petrolina, no dia 1 de abril de 2014, os representantes visitaram as obras da COMPESA na ETA Vitória e ETA Centro, Unidade de Petrolina. O tema central da reunião foi a campanha “Eu Viro Carranca Pra Defender o Velho Chico”, dia 03 de junho, não como um dia de protesto, mas de mobilização, de defesa do rio e a CCR estaria responsável por desenvolvê-la na sua região. As propostas eram de realizar a campanha a partir da linguagem regional e com elementos da cultura local:

[...] envolver as comunidades de uma forma direta, pois é importante a gente ouvir a nossa voz, posto que vemos campanhas que não tem nada a ver com a nossa linguagem, nosso sotaque, destacando a hora de se valorizar nossa cultura regional falando do rio na sua região e com linguagem própria (CCR SUBMÉDIO SF, 2014, p.2).

Ao falar sobre os recursos do CBHSF para a campanha, foi questionado o valor das camisas produzidas, muito distante do valor de mercado. Dessa forma, o coordenador se disponibilizou para pedir esclarecimentos à diretoria do CBHSF e à DIREC.

Em relação aos projetos, na presente reunião, houve conflito, o coordenador da CCR Submédio SF deixou claro que o momento era de dar continuidade àqueles que já foram aprovados. Defendeu a ideia de levar a questão à DIREC para que ela pondere sobre a continuidade ou não de certos projetos, como os de Afogados da Ingazeira e de Brejinho-PE. O coordenador se posicionou contrário ao apoio do projeto de Afogados da Ingazeira, devido ao desgaste que gerou para o Comitê, mas declarou que a maioria deveria decidir a sua posição.

O assunto fiscalização volta à tona, com representantes motivados a criar uma comissão de acompanhamento de obras e outros que não estavam de acordo, por achar o trabalho dispendioso e desnecessário, visto que a AGB Peixe Vivo possui uma comissão com esse fim, além da GAMA Engenharia, que também estaria responsável por essa atividade. Segundo este representante, só seria necessário que o proponente do projeto estivesse junto às demais comissões para controle, dando atenção à possibilidade de falta de conhecimento técnico por parte do membro proponente do projeto para uma avaliação mais profunda.

A quarta reunião ordinária da Câmara, gestão 2013-2016, deu-se em Águas Belas-PE, no dia 26 de julho de 2014. O seu coordenador elegeu como objetivo a discussão sobre a situação do rio São Francisco e a explanação sobre o que o CBHSF tem feito para sua defesa, argumentando que o governo tenta camuflar a situação, protelando ações mais efetivas e preventivas de crise. O coordenador explica, de forma sucinta, a forma que se dá a outorga e o financiamento dos projetos elaborados pelas CCR:

[...] como é composto o Comitê e que vários municípios despejam seus esgotos diretamente no rio, que a Agência Nacional de Águas - ANA concede as outorgas, emite os boletos de cobrança, arrecada e repassa integralmente esses recursos para o CBHSF, por meio da AGB Peixe Vivo, para investimentos em projetos hidroambientais em prol do rio. Ressalta que o Ministério da Integração é quem mais paga pela retirada de água devido à outorga da transposição (CCR SUBMÉDIO SF, 2014, p.2).

Adiante, foi explicado como se daria o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), com base em quatro eixos: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana. O plano precisaria estar de acordo com as situações locais e deveriam ser acompanhados pelo prefeito, pelos vereadores e pelos representantes das comunidades e das associações interessadas. Foi feita a observação de que a adesão ao plano pelas prefeituras teria sido pequena e que aquelas que aderem, geralmente, têm ligação com os membros das CCR, no intuito

de questionar se a comunicação entre CBHSF e as prefeituras se encontraria realmente eficaz.

Foram iniciadas as visitas dos membros às escolas, um dia antes das reuniões da CCR Submédio SF, com pequenas palestras sobre o tema: água. A reunião foi finalizada com uma denúncia, pelo Presidente da Colônia de Sobradinho, sobre a venda das ilhas fluviais nos municípios de Casa Nova-BA e Sobradinho-BA, levada para investigação ao CBHSF.

A quinta reunião ordinária foi em Curaçá-BA, no dia 07 de agosto de 2014, o objetivo escolhido foi a interação com a população da cidade, para que se conhecesse o CBHSF e a CCR Submédio SF, suas funções e potenciais. Foi apresentado o vídeo histórico sobre as lutas do CBHSF, atribuindo-lhe importância social, relacionando o tema diretamente às eleições dos membros das CCR, portanto, foi sugerido à comunidade a atenção para a eleição de um representante seu nestas instituições.

O coordenador da CCR Submédio SF fez a colocação de que, há 10 anos atrás, o rio era água em abundância e, atualmente, a escassez é presente e dominante. O sentido dado ao Comitê, neste momento, foi de chamar a atenção dos governantes para a situação em que se encontra o rio por meio da campanha nacional “Eu Viro Carranca pra Defender o Velho Chico”.

Um tema muito importante tratado nesta reunião e que retrata um conflito recorrente pelo acesso à água, de acordo com os representantes entrevistados, que de um lado estão os ecossistemas que dependem do rio e o compõem, as comunidades tradicionais que vivem diretamente dele, as populações que dependem de sua água para manter a rotina, os navegantes e os irrigantes, do outro lado está a CHESF, representando o setor hidroelétrico.

Este tema se fez presente nesta reunião, com a presença do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para falar sobre o projeto de construção das Barragens de Riacho Seco e de Pedra Branca. Um dos representantes, membro titular da CCR Submédio SF, explicou que este era um projeto em que a CHESF prometeu, em 2014, ao município de Curaçá, a geração de energia, o que não foi cumprido.

Com intenção educativa, foi exibido um vídeo sobre a prática de reduções emergenciais de vazões nas hidrelétricas do rio São Francisco para atender aos objetivos do setor elétrico, dando ênfase para a redução da vazão mínima em Sobradinho e em Três Marias, atribuindo-lhe grandes impactos ambientais, sociais e econômicos para os municípios e comunidades, principalmente, do Baixo São

Francisco. Essa situação tem provocado reações municipais, inclusive impondo medidas judiciais de restrição à operação dos reservatórios.

Para a efetivação do projeto de construção das Barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, a CHESF realizou algumas reuniões, divulgando seus objetivos, os benefícios sobre as usinas, mas, segundo os representantes, sem estudos profundos sobre consequências, além de suas ausências nas reuniões com instituições de gestão das águas para esclarecimentos mais detalhados para as comunidades e órgãos públicos envolvidos.

Foi a vez da fala do membro do MAB, questionando o sentido da reunião se a CHESF não estava presente, lamentando que os projetos de barragens, no Brasil e no mundo, têm violado muito os Direitos Humanos, denunciou que as populações atingidas não recebem indenizações satisfatórias, a maioria chega a não recebê-las. O MAB tem questionado o desenvolvimento:

[...] mas que desenvolvimento para quê e para quem de um projeto que não pensa no povo. Pensam na construção de barragem, mas não pensam no deslocamento do povo, para onde levar, como vão sobreviver, como vão conseguir terras para agricultura, esses são questionamentos que segundo Celso, já foi feito a CHESF, mas não se teve resposta. Para Celso não se pode tratar como Barragens Riacho Seco e Pedra Branca porque são simplesmente projetos, pois dependem muito da organização e da luta do povo para serem feitas e se depender do MAB, também não vai adiante porque existem vários processos no Ministério Público contra essas empresas que estão no processo de estudo para construção dessas barragens por não atender as necessidades do povo e que vem só gastar recursos públicos. Falou também que os atingidos pela barragem de Sobradinho há mais de 40 anos ainda sofrem sem energia elétrica o que é uma vergonha para o governo, para a CHESF e para o país (CCR SUBMÉDIO SF, 2014, p.2).

Ainda discutindo a geração de energia na região, o coordenador da CCR complementou que o investimento em usinas hidrelétricas ao longo do rio São Francisco é alto, que seria de demanda do agronegócio, forte na região, citando o caso de Itaparica-BA, que teve um aumento na geração de energia para suprir o setor. O coordenador ainda colocou que é preciso dar atenção, igualmente, às promessas de usinas nucleares, como é o caso de Itacuruba-PE, alegando que a geração de energia não é somente por demanda regional, mas nacional e que por isso a sociedade precisa estar em alerta para reivindicar seus direitos diante dos riscos na produção deste tipo energia. Outros representantes fizeram denúncias de opressão e violência na construção das barragens de Sobradinho e de Itaparica, caracterizando os processos como autoritários e negligentes.

Foi colocado em pauta o projeto de Revitalização da Microbacia do Riacho do Mocambo, em Curaçá-BA, apresentado pelo IRPPA, fortalecida a defesa do órgão proponente, transferindo a responsabilidade do insucesso para a empresa licitada. No entanto, alguns representantes se colocaram observantes diante do processo, alegando que o IRPA deveria estar mais próximo durante a obra, fazendo suas críticas no momento oportuno para que não desse continuidade aos erros. Na parte da tarde, foi realizada visita técnica às obras do projeto discutido, para enriquecimento da discussão, esclarecimentos e aprendizados a levar como experiência para os outros projetos.

A última reunião deste ano aconteceu no município de Salgueiro-PE, no dia 3 de dezembro, com muitos membros da CCR Submédio SF ausentes. A sua introdução foi muito parecida com aquela da reunião anterior, com intuito de apresentar a composição e ações do CBHSF como um todo, composto por partes, assim como a explanação sobre a conjuntura relacionada ao rio, setor elétrico e população. Adiante, deu-se início ao debate sobre a transposição do rio São Francisco, partindo do relato sobre a visita técnica realizada no seu trecho entre Cabrobó - PE e Salgueiro – PE. Pouco foi relatado em ata sobre discussões e sobre esta visita, é possível perceber uma certa repetição de temas debatidos ou citados em ata, além do fato a ser questionado: parte da reunião foi realizada somente com membros da CCR Submédio SF, mas como se trata de um processo participativo, não seria coerente, mesmo nos casos de discussão logística, processual, eleitoral, etc, as reuniões serem abertas à sociedade civil?

Este questionamento se faz mais pertinente quando observados os assuntos tratados no segundo momento, a possibilidade da entrega de novos projetos hidroambientais para avaliação, um relato de acompanhamento das obras atuais pelo coordenador e a marcação das datas e cidades sedes das reuniões de 2015. Sem deixar de considerar o caráter público das reuniões previsto na Deliberação nº52/2010, discutida no início deste tópico.

No ano de 2015, ocorreram somente três reuniões registradas, a primeira reunião ordinária aconteceu no município de Abaré-BA, no dia 29 de abril. O direcionamento dado à reunião foi a garantia dos usos múltiplos e a responsabilidade de devolução das águas limpas para o rio São Francisco. Seguiu-se com debate e relato sobre a visita técnica ao Riacho do Bom Passar, rio afluente do São Francisco, situado entre os municípios de Abaré-BA e Curaçá-BA. Foi atribuída sua degradação

à CODEVASF, responsável pelo projeto Pedra Branca, que faz uso de agrotóxicos drenados sem nenhum tratamento para o afluente, segundo representantes da CCR Submédio. Foi explicado que a situação se encontrava tão crítica que a Jurema e o Caroá, espécies típicas do bioma Caatinga, não se faziam mais presentes ou se encontram débeis no entorno da área do Projeto Pedra Branca, às margens do rio Bom Passar.

O secretário de Meio Ambiente do município solicitou que a situação fosse levada ao CBHSF, ao mesmo tempo, elaborou um projeto hidroambiental para o riacho, ressaltando a importância da não remediação dos impactos ambientais, cobrando dos órgãos federais, estaduais e municipais a disponibilidade de assistência técnica aos agricultores para evitar a degradação. Além da necessária e pertinente multa à CODEVASF por esta prática, a parte do CBHSF, segundo ele, é de oferecer recursos para os projetos hidroambientais e para os Planos de Saneamento Básico.

A segunda reunião ordinária do ano de 2015, dia 5 de julho, ocorreu no município de Araripina, foi iniciada com uma explanação sobre o reflexo da estiagem para os diversos usuários da água e sobre o CBHSF. O representante da Agência Pernambucana de Água e Clima - APAC, fez a proposta de ação de uso racional da água como medida de valoração, adutoras em açudes com função de cobrança, [...] “capacitando a comunidade para o uso racional de água, implantar a cobrança pelo uso da água bruta e assim cumprir a legislação em vigor” (CCR Submédio SF, 2015, p.1). A proposta foi submetida à votação pelo coordenador aos demais membros presentes, no intuito de encaminhar, após avaliação, ao CBHSF.

É preciso cautela, considerando o que alguns representantes colocaram, em entrevista, como um conflito grave de acesso à água pela população: o alto preço cobrado à COMPESA, por exemplo, enquanto aquele cobrado ao agronegócio se caracteriza como desproporcional quando considerados os usos prioritários previstos por lei e os impactos ambientais causados pelas atividades desse setor. Ainda sobre as adutoras, um dos representantes da CCR lembrou que a gestão de açudes não está resguardada pelo CBHSF, mas é de competência do Estado pernambucano, por meio da APAC.

Desentendimentos foram relatados em ata neste dia, em momento de reunião fechada. Alguns membros criticaram a condução da campanha “Eu viro carranca para defender o Velho Chico” por parte do coordenador, atribuindo-lhe um caráter político e envolvendo gastos indevidos com diárias. Por sua vez, o coordenador se defendeu

alegando que não havia motivo para utilizar a campanha para benefício próprio, falando sobre sua carreira como representante indígena, argumentou que qualquer irregularidade deveria ser provada e, a partir daí, ele se responsabilizaria pelo retorno à AGB Peixe Vivo. Criticou a insatisfatória participação dos representantes da CCR Submédio SF nas atividades e que, por esse motivo, foi preciso delegar funções a pessoas de fora da instituição para a realização da campanha.

O coordenador da CCR aproveitou o momento para fazer a observação de que os projetos hidroambientais foram direcionados às mesmas regiões que foram contempladas no último edital, além da divulgação insuficiente, demonstrando possível privilégio de alguns membros, questionando a transparência e a postura democrática no processo.

Um dos representantes da região em que os projetos hidroambientais estavam em processo de execução esclareceu que os primeiros projetos foram aprovados e a segunda família de projetos significou a continuidade destes primeiros, por sua vez, a terceira família que daria possibilidade para outras regiões. A partir dessa colocação, foi resolvido por votação a composição da terceira família de projetos, já aprovados desde 2011:

1. Rodelas-BA - Calha do SF
2. Abaré-BA - Calha do SF
3. Pesqueira-PE – Bacia do rio Ipanema
4. Jacobina-BA – Bacia do rio Salitre
5. Sobradinho-BA – Calha do SF
6. Casa Nova-BA - Calha do SF
7. Afogados da Ingazeira-PE – Bacia do rio Pajeú
8. Carnaíba-PE - Bacia do rio Pajeú

Nesta mesma reunião, um grupo de pescadores protestou por não se sentir representado na instituição, defendendo, por meio de carta de repúdio, que se sentiam excluídos do processo. Após este momento, foi questionada a ausência do secretário, mesmo com a solicitação do mesmo de diárias, cogitando o seu desligamento da função atual devido à sua importância.

A última reunião ordinária do ano de 2015 foi sediada pelo município de Rodelas-BA, município de residência do coordenador, no dia 11 de novembro. No mesmo período de consulta pública do CBHSF para essa localidade, vista pelos

membros como positiva a congregação e resultado de ampla participação da comunidade.

Representantes fizeram fortes críticas ao Encontro Nacional de Comitês de Bacia, o ENCOB, caracterizando-o como uma agência de turismo, com sete dias de reunião, auditórios vazios, sem encaminhamentos, com muitos assuntos desnecessários e sem espaços para discussões pertinentes.

Quanto aos projetos hidroambientais, o coordenador relatou a visita em quatro deles: em Afogados da Ingazeira, Brejinho, Ibimirim-PE e Mocambo, em Curaçá- BA. A princípio, AGB Peixe Vivo estaria avaliando se deveria dar continuidade à segunda etapa destes projetos, já que não percebia motivação e interesse por parte de seus demandantes. Por sua vez, o coordenador se disponibilizou para conversar com as comunidades, a fim de averiguar seus interesses. Nas visitas, foi constatado real interesse das comunidades e dúvidas por parte delas em relação à transparência das empresas quanto às atividades.

No dia 18 de agosto de 2015, foi realizada uma reunião junto à comunidade do Mocambo e à empresa executora, quando foi requisitado um relatório sobre a obra que seria compartilhado com a comunidade. Este relatório foi enviado com 500 páginas, além de sua linguagem inacessível a quem não possuía conhecimento técnico. O relatório financeiro ainda não existia, tanto por parte da AGB Peixe Vivo quanto por parte da empresa licitada.

A representante do Ministério Público presente esclareceu que a comunidade tem direito à transparência nos processos e que isso deveria ser atendido, por meio de uma comissão de acompanhamento, o que já teria sido sugerido por alguns membros e não foi levado adiante por falta de consenso.

O coordenador finalizou a reunião enfatizando que enviaria um ofício à DIREC informando o que foi aprovado no que tangia ao projeto Mocambo, com ata anexa, reforçando que a comunidade quer estar à frente da segunda etapa do projeto, junto ao IRPAA prestando assessoria.

Em Juazeiro, no dia 12 de maio de 2016, aconteceu a primeira reunião ordinária do final da gestão 2013-2016, o coordenador inicia o processo informando sobre as eleições de renovação dos seus membros e sobre a campanha “Eu Viro Carranca para Defender o Velho Chico”.

Nesta reunião a insatisfação quanto à ausência de muitos representantes foi registrada, principalmente no que diz respeito ao quórum, poucas vezes atingido.

Eleitos os motivos do problema como a falta de compromisso com o rio e sua defesa, denunciando que muitos fazem questão de se eleger membro, mas não cumprem com as obrigações relacionadas ao cargo.

Em um momento da reunião desenrola-se um rico debate sobre o acesso à água:

[...] disse que 70% da água do São Francisco vai para irrigação e com a estiagem todos tem sofrido, desde quem está na calha a quem está mais distante. Ressalta que os rios e riachos contribuíram muito botando água no rio São Francisco nas últimas chuvas, embora não tenham tido a importância nos discursos das pessoas. O Sr. Israel Cardoso, disse que quando se fala em redução de vazão é uma irresponsabilidade tremenda, que não se pode só pensar em gerar energia, tem que se pensar nos projetos de irrigação que é o que mantém a economia da região. Inclusive, a área dele, que é a navegação, tem sido afetada, o turismo tem tido dificuldade para se livrar das pedras e dos barrancos de areia. E que hoje, se vive dois lados um pede água e outro pede para guardar essa água. Lembrou ainda que, o turismo na Ilha do Rodeadouro, gera mais de mil empregos com o turismo. O Sr. Francisco Ivan Aquino falou que as pessoas estão mais preocupadas com a sua sobrevivência, com seus empregos e esquecem o principal que é cuidar e preservar o rio. O Sr. Domingos Matos, acrescentou dizendo que outros fatores contribuíram para acabar com o rio, as barragens, os agrotóxicos, os esgotos jogados no rio e a retirada da água. Para quem vive da pesca se torna difícil pela falta e não adianta correr por aquários de peixes, pois esses peixes não vão sobreviver. O Sr. Jomar Benvindo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Juazeiro, começou dizendo que não era uma pergunta, e sim, uma indagação ao Comitê. Quais são ações que o Comitê tem feito contra as cidades para que não sejam jogados dejetos no rio? Ressaltando Petrolina e Juazeiro, como duas cidades polo, que deveriam ser exemplo, mas que continuam jogando seus esgotos no rio. Que o Comitê poderia trabalhar atividades educativas com outras instâncias para chamar atenção; Quais as ações que tem sido feitas com essas empresas do agronegócio e de geração de energia que deixam um passivo ambiental violento, não só no meio ambiente, mas para o ser humano. Elias Silva disse que visitou recentemente a Codevasf, e todos os projetos que fazem parte da Carta de Petrolina, estão lá como desvio de recurso e saneamento básico inacabado. Ademir Brito, da Secretaria de Meio Ambiente de Juazeiro, comentou do alto índice de agrotóxico na região e vários casos de doenças, como câncer, que podem estar ligados ao uso desses produtos (CCR SUBMÉDIO SF, 2016, p.2-3).

É possível, neste pequeno trecho de ata, observar os diversos usuários da água, suas prioridades e suas falas e, ainda, a indicação de usuários ausentes e omissos nos processos de gestão participativa, de seus territórios e das ações de autodestruição que eles se impõem, por visar somente ao lucro imediato, fruto da produção.

Primeiramente, o discurso de representante indígena, relatando o movimento orgânico do rio, invisível aos olhos daqueles que não o contemplam como tal. Atribui o acesso dominante aos irrigantes da região. Adiante, outro representante, agora dos navegantes, defende a irrigação e coloca maior responsabilidade no domínio do

acesso ao setor energético, à CHESF. Traz em seu discurso o rio que gera emprego, movimenta a economia por meio do turismo e da agricultura irrigada.

Um terceiro representante delinea o seu discurso com base em uma concepção do rio com sua individualidade, um olhar empático, de cuidado com uma vida que precisa ser preservada, independente das necessidades e ambições humanas.

Complementando o discurso daquele representante da navegação, com um diferencial, um dos representantes dos pescadores ressalta os males direcionados ao rio e a dificuldade em manter a atividade que gera renda a partir de um rio vivo, com peixes, não apenas com água a ser utilizada para aguar, para navegar ou reservar. As demais falas seguem um mesmo fio de raciocínio, de ação em relação àqueles que mais utilizam a água para produção e, ao mesmo tempo, contribuem significativamente para sua morte, ação essa definida pela presente tese como um processo de autodestruição, já que precisamos do rio São Francisco vivo para nossa sobrevivência. Todo o restante da ata refere-se às questões eleitorais, sua divulgação, inclusive por meio da campanha “Eu Viro Carranca para Defender o Velho Chico”.

A segunda reunião ordinária e última desta gestão 2013-2016, também em Juazeiro, para contenção de gastos, ocorreu no dia 21 de junho de 2016. Teve certa particularidade, foi muito questionada a transparência sobre o destino dos recursos do CBHSF repassados para a AGB Peixe Vivo. O coordenador da CCR Submédio SF fala do caso do Seminário Indígena e Quilombola como exemplo.

Um serviço de R\$ 9.500,00 foi pago quase R\$ 20 mil, foi mostrado NF da empresa executora, extrato da conta da pessoa que a empresa pagou R\$ 2 mil a mais, a empresa pagou R\$ 11.500,00, duas transferências uma no valor de R\$ 5.500,00 e outra de R\$ 6 mil, ou seja, R\$ 2 mil a mais. E que ele entrou no Ministério Público Federal que deve está tramitando e que no dia 07 de junho vai entrar com outra na AGU, representando contra a AGB Peixe Vivo porque ela está pagando serviço superfaturado. Ressaltou que agora vai ser ‘cricri’ mesmo, que tão dizendo que pagaram num frete de ônibus de Juazeiro para Maceió R\$ 27 mil e R\$ 600 mil no Simpósio, e ele vai querer saber nota por nota, que eles membros tem que ter essa postura. Ele quer saber se o dinheiro está sendo gasto de uma forma correta. Falou que tem empresa ganhando licitação sem ter a mínima condição de executar o serviço, empresa que tem mal o CNPJ. A exemplo da empresa Quatro Pontos, ela não tinha capital nenhum para realizar a atividade e a outra é a empresa Canto Designer, deu calote no Seminário Indígena de 2013, a empresa não tinha condição de pagar nada. Na época ele era coordenador da APOINME e ela pediu ajuda e levou um calote de mais de R\$ 10 mil reais, teve que pagar pela APOINME. E que tem empresas construindo estrutura para trabalhar com o Comitê e que os membros devem ficar atentos, pois o comitê não precisa da AGB Peixe Vivo, pelo contrário, a AGB Peixe Vivo é que precisa do comitê. Que os membros podem indicar uma nova agência

delegatária ou criar a própria agência do comitê. Falou que tem sido perseguido de todas as formas pela AGB Peixe Vivo e que mesmo assim não vai se curvar, pois está lutando por uma causa justa (CCR SUBMÉDIO SF, 2016, p.2).

Diante da declaração do coordenador, alguns representantes sugeriam uma reunião com representantes do CBHSF e da AGB Peixe Vivo ou até mesmo o registro de denúncia, caso o coordenador tivesse provas.

Em relação à campanha “Eu viro Carranca para Defender o Velho Chico”, neste ano, os representantes também revelaram insatisfação com o evento no que tange ao planejamento, gastos e visibilidade. Outro ponto de crítica foi quanto ao I Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que teria como um dos patrocinadores o CBHSF, mas que a organização ficaria por parte de acadêmicos da região. A grande insatisfação foi o custo de inscrição que não estaria de acordo com um processo democrático. Com alto valor, acaba por selecionar quem participará do evento. Outro fator excludente indicado por um representante da CCR é a linguagem técnica deste tipo de reunião de pesquisadores.

A terceira reunião ordinária deste ano no dia 18 de novembro, primeira da gestão 2016-2020, na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF-Petrolina, a coordenação da CCR Submédio SF ficou a cargo do reitor desta universidade. O objetivo do evento foi de apresentar a equipe da gestão, definir atividades prioritárias a serem executadas com os recursos e aprovar o texto da ata da reunião anterior. A participação do poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal, sociedade civil, usuários da água, ribeirinhos, agricultores, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas foi expressiva.

O novo coordenador entende que trabalhar na CCR Submédio SF é aplicar os conhecimentos acadêmicos como forma de retorno à sociedade, investindo na recuperação da bacia do rio São Francisco. Ocorreu um momento de apresentação dos representantes presentes, titulares e suplentes, assim como o esclarecimento sobre suas funções.

Foi realizada explanação do assessor técnico da AGB Peixe Vivo sobre os projetos do Submédio selecionados em 2011, um concluído, 2 em execução e três não iniciados. Os novos projetos selecionados serão realizados em Lagoa Grande, Floresta, Tacaratu, em Pernambuco, e Abaré, Chorrochó, Macururé, Rodelas e Glória, na Bahia. A primeira etapa dos planos de saneamentos foi concluída em Pesqueira,

Afogados da Ingazeira – PE e em Jacobina, Mirangaba e Miguel Calmon-BA, onde os projetos já foram finalizados.

O projeto apresentado pela Comunidade do Mocambo não será considerado como continuidade, mas como um novo projeto e deve passar por todo processo de aprovação novamente. O projeto especial realizado em Itacuruba - PE, na Aldeia Serrote dos Campos, atenderá à comunidade com o abastecimento humano (741 habitantes) e irrigação, com obra avaliada em R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), com tempo previsto de execução de seis meses. Nessa comunidade passam trechos da transposição que não dão acesso à água à comunidade Pankará: “Mesmo estando muito próximos ao rio, no meio de dois canais da transposição, a gente tem dificuldade de buscar água e esperamos que o Comitê aprove nossas resoluções” (CCR SUBMÉDIO SF, 2016, p. 3).

Nesta reunião foram formadas câmaras técnicas compostas pelos representantes desta CCR: Comissão de Acompanhamento de Projetos – CAP da CCR Submédio, o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão – CACG, a Câmara Técnica de Articulação Institucional – CTAI para aprimoramento das suas ações.

No ano de 2017, a primeira reunião ordinária ocorrida em Floresta, no dia 9 de março, contou com a presença satisfatória tanto de membros titulares quanto daqueles suplentes. O coordenador relatou que participou de sua primeira reunião na DIREC, constatou que da apresentação à execução dos projetos existem sete etapas que compõem o processo de aprovação. Diante do fato, uma reunião com a AGB Peixe Vivo foi sugerida para o esclarecimento sobre uma possível agilização dos projetos, com o objetivo de tornar mais eficiente, em três etapas.

Um dos representantes demonstrou preocupação, a partir de um estudo realizado nos aquíferos Bambuí e Urucuia da Bacia do rio São Francisco, extremamente importantes para a sua recarga de água, com o processo de exploração demasiada por meio da instalação de poços artesianos ilegais.

Com relação à transposição, um representante do Poder Público de Floresta relatou que o município serve como passagem para a água do canal, no entanto, cerca de 18 comunidades deslocadas para a instalação de Itaparica, em vilas agrícolas, que deveriam se beneficiar delas, encontram-se desassistidas.

A única representante titular atuante, mulher, residente em Itacuruba, é integrante Pankará, fez visitas a outras comunidades indígenas da região do

Submédio (Buíque, Pesqueira, Águas Belas). A partir da vivência, relata que a situação delas não é diferente daquela em seu território, abastecidas por carros-pipa, com água de baixa qualidade. Diante da situação, solicitou que fosse oficializada a formação da Câmara Técnica dos Povos Tradicionais, para que se dê devida contemplação das especificidades destes povos, já marginalizados historicamente.

Em entrevista com um dos representantes titulares sobre este assunto, ele atribui a falta de oficialização, não só dos povos indígenas e quilombolas, mas daqueles ribeirinhos e das comunidades de fundo de pasto, pelas instituições públicas envolvidas, a um interesse pelas suas terras por parte dos setores poderosos na região, geralmente, próximas a fontes de água.

Ademais, foram sugeridos temas para discussão nas próximas reuniões, com assistência de estudiosos para seminários: agroecologia, educação ambiental, reuso de águas, educomunicação, mudanças climáticas e plano de recursos hídricos.

Em Paulo Afonso-BA, foi sediada a segunda reunião, no dia 3 de junho de 2017, junto à 4ª Edição da campanha “Eu Viro Carranca Para Defender o Velho Chico”, contou com a presença satisfatória dos membros da CCR Submédio SF, assim como dos representantes da CHESF, EMBASA, da Universidade Federal de Pernambuco, da FUNAI e do ICMBio.

A reunião foi iniciada com uma nova visão sobre a transposição, membro do Poder Público de Paulo Afonso declara que talvez o único benefício que a transposição tenha trazido foi a evidência de que o rio tomou neste momento político, pois estava esquecido pelos seus governantes.

Foram debatidos os projetos com uma certa redundância de observações e encaminhamentos. Foi atribuída a insuficiente aprovação dos projetos pela necessidade de adequação ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia. Um dos representantes titulares, originário de universidade da região, faz a observação de que entende a não aprovação como uma dificuldade técnica por parte dos comitês afluentes, aqueles que têm mais conhecimento, tempo e vivência deveriam se dispor a ajudar nessa tarefa. O coordenador sugere que se formem duas comissões técnicas para pré-análise dos projetos. A primeira ação seria elaborar um tutorial, uma espécie de manual de como se preenche o formulário de projetos, para que se eleve a quantidade daqueles aprovados.

Não se registrou em ata nenhum questionamento aos representantes da CHESF ou da EMBASA sobre assuntos discutidos há anos pelos representantes

desta CCR. A reunião foi finalizada com a apresentação de um seminário sobre Recursos Hídricos e Reuso da Água, pelo professor que coordena um projeto demonstrativo no Alto do Ipanema, Pesqueira-PE, de irrigação e reaproveitamento agrícola do esgoto na comunidade de Mutuca, com objetivo de oferecer melhores condições e oportunidades àqueles que dependem de segurança hídrica e alimentar.

A terceira reunião do ano de 2017, sediada no município de Águas Belas-PE, no dia 10 de agosto, foi composta por discussão e visita técnica à aldeia Funi-ô e à Associação Comunitária Remanescente dos Quilombolas de Tanquinhos.

A reunião foi iniciada com o seminário “A Algarobeira Prosopis Juliflora no Bioma Caatinga”, por parte de um representante da EMBRAPA Semiárido. Em seguida, a nova metodologia de cobrança pelas águas foi explanada pela assessoria técnica da AGB Peixe Vivo, alegando que os grandes usuários da água pagam mais por ela, discurso que uma quantidade relevante de membros da CCR Submédio SF combate. O assessor também defende que o valor é integralmente repassado para o CBHSF, para que, junto às CCR, sejam investidos nos projetos de suas demandas, algo em torno de 22 milhões por ano. Essa relação fica mais clara nas entrevistas com os membros.

O antigo coordenador defendeu que era preciso reconhecer o que foi feito na gestão dele, pois o que tem visto são os membros defendendo a presente gestão desabonando a anterior e questionando a qualidade dos projetos aprovados, quando os proponentes anteriores eram aqueles que tinham mais experiência com projetos dentre os membros da CCR ainda alegou que achava estranho eles mesmos direcionarem as críticas à gestão 2013-2016.

O tutorial dos projetos foi apresentado por um dos membros titulares, mas não teve aprovação por não ter demonstrado adequação dos projetos ao Plano de Recursos Hídricos e ao Plano Plurianual.

A reunião foi finalizada pelo Seminário Recaatingamento, por parte de um membro titular da CCR, também representante do IRPAA. A discussão girou em torno daqueles que defendiam o cultivo da algaroba, espécie arbórea introduzida na caatinga, outros defendiam que foi perdido o controle sobre seu povoamento, o qual, por sua vez, exerce pressão sobre as espécies da caatinga que já não são valorizadas por conta de um estigma histórico já abordado nesta tese.

A última reunião de 2017, da gestão 2016-2020, foi sediada no município de Chorrochó-BA, em um povoado chamado Barra do Tarrachil, no dia 19 de outubro.

Esta reunião foi marcada por críticas à elaboração de atas, por parte de dois representantes, o que resultou na sua não aprovação, somente após as alterações é que se faria nova votação.

Representante titular indígena fez considerações sobre a ausência da CHESF nas reuniões para discutir questões sobre o deslocamento de povos para a construção de barragens, que têm sido duras as consequências dessas ações, inclusive quanto à saúde psíquica das pessoas envolvidas, mas que diante da privatização da CHESF, sua posição é de defesa da instituição, mantendo-a nacional, temendo a ação de empresas internacionais no controle das águas do Brasil.

Quanto ao tutorial de projetos, foi aprovado no formato de cartilha, além de exigida a protocolização dos projetos junto à AGB Peixe Vivo e a devolução daqueles não aprovados com pertinente justificativa.

Um dos antigos representantes ressaltou a necessidade das reuniões serem iniciadas com a apresentação do Comitê e de sua função, para que as pessoas não saiam com a impressão de que as reuniões sejam, na verdade, um encontro entre políticos.

O seminário desta reunião foi intitulado “Agroecologia e Mudanças Climáticas”. Seu primeiro momento foi bem movimentado pela presença da população da região, escolas e pesquisadores da Universidade Federal de Brasília. O segundo momento foi direcionado aos membros da CCR Submédio SF, em um espaço menor, uma sala de aula, mas permanecendo com caráter aberto ao público.

A partir do entrelaçamento das informações das atas e entrevistas analisadas, vê-se que a CCR Submédio SF passou por um processo de maturação gradual, em que prevaleceram as discussões sobre projetos, conflitos pelo acesso à água, mobilização social pela defesa do rio e sobre a campanha “Eu Viro Carranca para Defender o Velho Chico”.

Apesar da grande animação diante da gestão do presente coordenador, é preciso reconhecer que existiu um caminho anterior que dá suporte ao atual, aquele de preparação, aprendizado e divulgação da CCR Submédio SF como representação regional do Comitê Nacional da Bacia do rio São Francisco para a sociedade civil da região.

A CCR Submédio SF também foi espaço de reconhecimento e de atuação das comunidades indígenas e quilombolas, apesar de ainda possuir diversos limites em sua atuação, no acesso à água, na contemplação de suas diversidades culturais e

territoriais. Ainda é frágil a representação das comunidades tradicionais do Submédio São Francisco nesta instância e, por isso, não se tem conhecimento sobre o acesso à água destas populações no âmbito do CBHSF.

No que tange aos processos administrativos da Câmara, é possível constatar que as experiências foram capacitando os seus integrantes, não somente os representantes inexperientes, mas também aqueles mais maduros no que concerne à máquina pública, projetos, licitações, documentos, etc. Todos, entrando e saindo de sua composição, enriquecendo e agregando conhecimentos sobre a Bacia e sobre a Gestão das Águas, em um constante processo de recriação.

O presente momento, em que o coordenador é o reitor da UNIVASF, é visto pela pesquisadora como oportuno para o fortalecimento da CCR como instituição de ação educativa e formadora de opinião sobre as políticas públicas voltadas para o rio e a influência relevante sobre suas efetivações em parceria com as instituições de pesquisa interessadas do e no Submédio São Francisco.

No entanto, diante da conjuntura política nacional, com tamanho retrocesso no que tange aos processos democráticos, como por exemplo, a partir do Decreto N°9.759, de abril de 2019, que extingue, estabelece regras e limitações a conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns e salas, que recai, diretamente, nos processos participativos, enfraquecendo-os e retirando toda a representação da sociedade civil nas decisões públicas, fica difícil prever o futuro de instituições como o CBHSF, em que o formato está embasado neste tipo de reunião composta por diversos setores e grupos sociais.

Quanto ao acesso à água pela população do Submédio, considerando o perfil governamental atual de ampliação pesada dos processos de privatização das instituições públicas e de venda das riquezas brasileiras para empresas multinacionais, o cenário a se prever é de cada dia mais privação e de água mercantilizada.

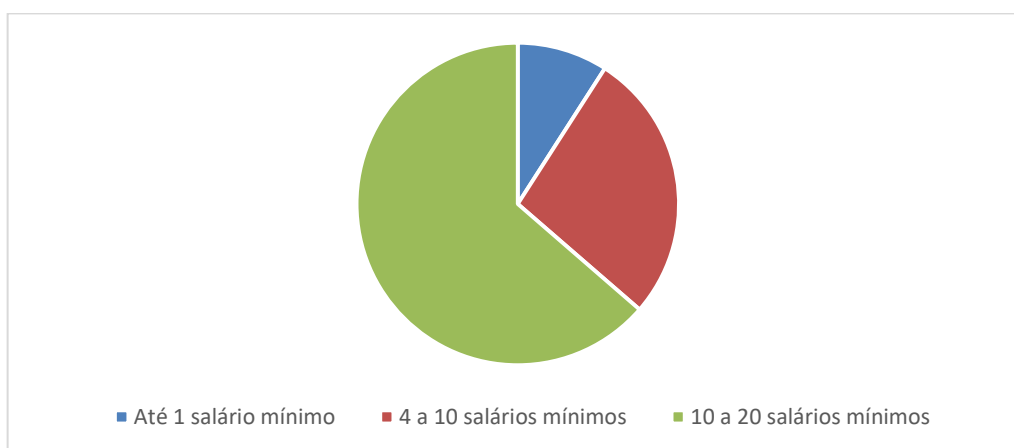
4.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SF

Os questionários elaborados com intuito de delinear o perfil dos representantes titulares da CCR Submédio SF foram testados junto àqueles suplentes. Uma amostra de 10% deles respondeu ao questionário que, por sua vez, foi aperfeiçoado.

Enviados a cada representante titular por *e-mail*, vários foram os lembretes virtuais e pessoais para preenchimento do formulário *online*. Porém, apenas 50% dos 22 titulares responderam aos questionários, parte daqueles que deram entrevista, alguns deles, presencialmente. Do total de representantes que responderam ao questionário, 10% não trabalham, estes mantêm atividades de contato com a terra e com o rio, além de representarem comunidades tradicionais. Dos que possuem ocupação, assumem profissões variadas, com potencial de contribuição no debate sobre as questões que envolvem a distribuição e uso da água (gestores ambientais e de abastecimento de água, agricultores, professores, por exemplo).

No que tange à renda destes gestores, 60% mantêm uma renda familiar mensal de quatro a dez salários mínimos (Figura 8), 20% possui em uma renda de até um salário mínimo e os demais possuem um ganho de até 20 salários mínimos. São grandes as diferenças salariais em um grupo de dez pessoas.

Figura 8 - Renda Mensal dos Gestores



Fonte: Elaboração própria.

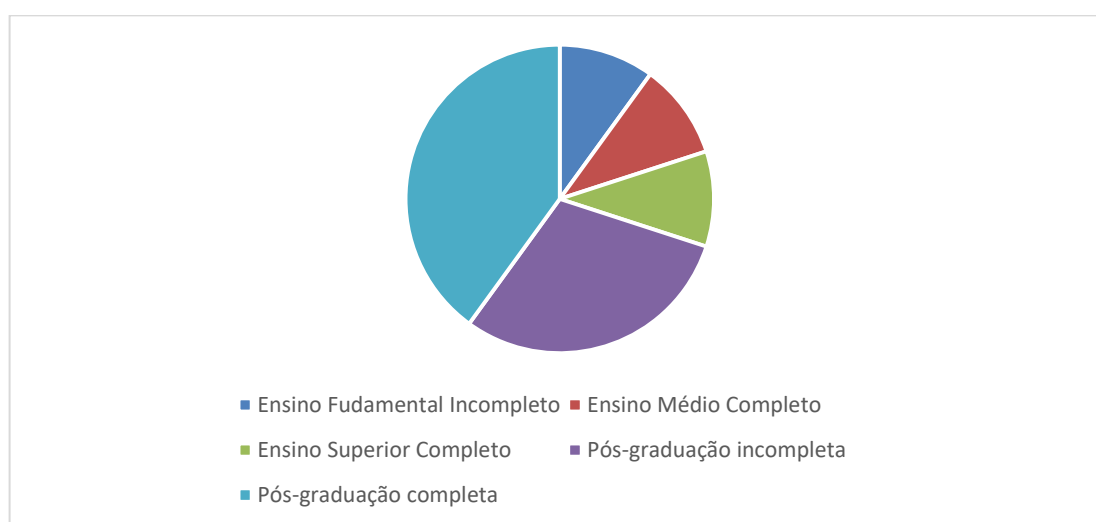
Apenas dois representantes não possuem ensino superior, suas rendas familiares são de grande disparidade em relação aos demais, de um salário mínimo. Pela estrutura retratada, essas diferenças salariais vão fazer emergir diferenças no acesso a bens e serviços, bem como influenciam na vivência, nos discursos e na linguagem dos indivíduos. Ademais, a idade mínima entre eles é de 26 anos e a mais avançada é de 69 anos, fator que também influencia no olhar sobre o mundo e sobre as situações, assim como acontece quando a representação é predominantemente masculina.

A CCR Submédio SF é composta, principalmente, por residentes das áreas urbanas, subdivididos de forma igualitária entre os municípios baianos e pernambucanos.

Conclui-se que quase metade dos representantes é oriunda de uma classe social com formação científica (Figura 9) que possibilita certa familiaridade com a linguagem dos instrumentos de gestão hídrica, além de domínio dos discursos técnicos presentes nos processos de tomada de decisão. No entanto, estas características não garantem que os seus discursos sejam contra hegemônicos, mas possuem grande potencial de defesa de seus próprios interesses.

Durante as reuniões, percebeu-se o domínio dos representantes que possuem formação científica, são aqueles que estão mais à vontade, que falam mais, explicando processos que compõem o contexto de gestão da água. Defendem os interesses das minorias, como também favorecem aqueles que detêm o poder por meio de seus discursos.

Figura 9- Nível de Escolaridade entre os Representantes



Fonte: Elaboração própria.

No entanto, foi possível constatar que aqueles que não possuem um nível de escolaridade semelhante aos anteriormente citados, o que, em hipótese, poderia não favorecer à compreensão direta ou mais profunda sobre o contexto e a linguagem que envolve os processos da CCR Submédio SF, posicionam-se de forma firme, expondo seus olhares e os desafios de suas comunidades, além de reivindicarem que durante as reuniões seja utilizada uma linguagem mais acessível e democrática diante da

diversidade de vivências e espaços sociopolíticos entre eles. Ao mesmo tempo, existem aqueles que não falam, apresentando postura acuada, inclusive na hora da votação, observam as reuniões e, por vezes, foi possível ouvir de alguns que não participavam mais, pois não entendiam aquilo que era dito.

4.4 ENTRE A DIVERSIDADE E O CONTROLE DISCURSIVO

Esta seção tem como objetivo discutir a diversidade discursiva, assim como os mecanismos sociopolíticos de controle discursivo presentes no contexto de pesquisa, assim como estes aspectos constroem a territorialidade discursiva da Câmara Consultiva estudada.

4.4.1 A Identificação do discurso dominante

Identificou-se como discurso dominante, entre os representantes da CCR Submédio SF, aquele que aponta a irrigação como atividade que demanda um uso abundante de água na região e as empresas que representam o agronegócio como responsáveis por esse uso. Este discurso é, na verdade, resultado da ressignificação dos discursos dominantes oficiais tratados no capítulo 2, Quadro 1, na medida em que o discurso conservador sobre a seca permanece, é por meio dessa resistência à mudança que nasce, como resposta a ele, os discursos contra hegemônicos, que denunciam a abordagem salvacionista dos empresários e políticos. Isso só é possível porque existem espaços democráticos de gestão hídrica.

Logo, o maior risco relacionado ao acesso à água eleito pelos representantes foi o uso indiscriminado da água pelos irrigantes do agronegócio, além do despejo de agrotóxico na água do rio inerente à atividade, assim como foi constatada a denúncia deste uso nas atas do CBHSF e da CCR Submédio SF.

Contudo, cabe a ênfase de que esse discurso não se faz oficial no âmbito nacional das políticas públicas brasileiras liberais e neoliberais, a “Política Hidráulica” discutida anteriormente, ao contrário, dá estímulo, estrutura e fortalece a legitimidade para que as atividades do agronegócio se expandam *ad infinitum*.

É dominante, igualmente, a reflexão sobre o antagonismo entre práticas governamentais com foco na economia do país e aquelas ambientais. Foi identificada uma revolta diante da não convergência dessas duas pautas, vistas pelos

representantes como complementares e urgentes no que tange à preservação, à conservação e ao acesso democrático às águas do rio São Francisco.

O discurso dominante da CCR Submédio SF também foi identificado como predominantemente ativo, o que indica um potencial de transformação sobre o discurso dominante oficial de âmbito nacional, além da possibilidade de influência sobre as relações de poder que se entremeiam ao contexto de uso da água na região, apontando a territorialidade da Câmara como ativa.

4.4.2 A descrição e a interpretação dos discursos

Considerando os representantes entrevistados, 13 de um total de 22 membros titulares da CCR Submédio SF, cinco deles acompanharam a maturação da instituição desde sua fundação, enquanto que sete deles assumiram a titularidade no ano de 2016, apenas um deles não definiu, com precisão, sua entrada. Portanto, a maioria dos membros entrevistados tinha dois anos de acompanhamento dos processos de gestão da água, quando, em 2018, foram realizadas as entrevistas. A maioria deles foi assumindo o cargo por ter uma posição de chefia nas instituições que possuem cadeiras na CCR Submédio SF. Portanto, foram assumindo compulsoriamente o cargo. Poucos tiveram convites dos próprios membros e menor foi a quantidade que pleiteou por espaço na instituição. Então, o lugar adquirido por cada um deles não se encontra diretamente associado às relações de poder estabelecidas no Submédio SF, mas ao formato em que foi pensada a própria instituição pelo CBHSF.

Nas reuniões, foram observadas discussões sobre a divisão da Bacia em regiões fisiográficas, algo que não é aceito como condição de gestão, ou seja, configura-se como um assunto de dissenso e entendido pelos próprios membros da Câmara como uma estratégia política. Na tentativa de elaboração de um mapa com os dados do site do CBHSF sobre os municípios do Submédio SF, foram constatadas diversas incoerências entre dados fornecidos pelo site e os dados cartográficos fornecidos pelo IBGE, pela CODEVASF e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Dessa forma, não foi possível confeccionar o mapa que seria uma referência para o CBHSF nos seus documentos e nas ações de gestão. Assim como o próprio estabelecimento do Nordeste como uma região político-econômica “inventada” e legitimada socialmente para manutenção de poder de determinado grupo social, o mesmo processo pode ocorrer com relação às regiões fisiográficas da bacia do rio

São Francisco, como processo de reprodução histórica de domínio territorial, o que suscita um estudo direcionado e aprofundado sobre esta questão. E ainda, arrisca-se a afirmativa de que a Bacia foi subdivida em função do acesso às águas superficiais.

No que tange à representação social, entrevistados pertencem aos consórcios, às associações de barqueiros, às colônias de pescadores, às cooperativas de produtores agropecuários, às instituições públicas e mistas relacionadas ao abastecimento humano e ao esgotamento sanitário, às associações de condutores de visitantes, às instituições ligadas à assistência técnica rural, aos sindicatos de trabalhadores envolvidos com atividades de gestão da água, às comunidades quilombolas, às comunidades indígenas, à sociedade civil e às ONG da região, além das instituições relacionadas ao meio ambiente e ao ensino superior público.

Quando questionados sobre o significado do rio São Francisco para suas vidas, cada membro se expressou de forma que sua vivência do rio se fez presente. Os discursos são de caráter emotivo, espiritual, sociocultural, por vezes, técnico e distante, ao mesmo tempo. A relação religiosa ou/e espiritual é pouco expressiva, é dominante aquela dos hábitos, dos usos culturais da água, dos conceitos técnicos, da atribuição de valor utilitário à água. No entanto, as falas trazem as expressões “O rio é tudo pra mim”; “O rio é vida”, tem-se a concepção de que toda a população depende da água para viver, de que ele é fonte de alimento, mas a água como “recurso hídrico” é a expressão dominante, associada às atividades econômicas, ao desenvolvimento da região, o que demonstra uma contradição intrínseca nas falas.

O rio São Francisco pra mim, que sou do município que 78% do território do município pertence à bacia do Salitre, pertence à bacia do São Francisco, é tudo pra gente. Porque você vê a escassez da água que as pessoas passam, você vê a situação mesmo e só quem dá valor, o melhor valor é aquela pessoa que passa por essa problemática. Então, isso diz muito pra gente. O rio São Francisco é tudo pra mim. Hoje, eu já tenho sete anos de aposentado, não tenho nenhuma outra atividade, a não ser, fazer essa política pública, essa que venho fazendo, dos recursos hídricos. Nós não temos nenhum rendimento dentro do comitê, eu faço isso com muita dedicação, com muito coração...tem hora que até falando, eu me emociono [...] (REPRESENTANTE 1).

Pra nós o rio é muito importante, se não tivesse esse rio eu acho que, não tinha mais ninguém também não! Não tinha nem a sobrevivência, de onde a gente tirasse sobrevivência. O rio dá tudo: o peixe, a irrigação! Dá tudo...nós não mora no rio, na beira do rio, nós mora a 48km do rio, nós bebe água do rio, é botado de carro pipa, mas nós bebe água do rio. (REPRESENTANTE 2).

O rio São Francisco representa vida, ele é a vida dessa região aqui, ele é a vida das pessoas. A renda da região, inclusive, depende do rio. É uma pena que poucas pessoas ainda cuidem como deveriam cuidar do rio. A maioria das pessoas não cuidam mesmo vendo que a vida das pessoas daqui, das pessoas da região, quase que exclusivamente, depende desse rio, seja de forma direta ou indireta...mas, depende do rio São Francisco, então, o rio São Francisco para mim é vida! (REPRESENTANTE 3).

Vida! É interessante você chegar no Sertão, onde você tem uma, um volume pluviométrico de água muito pequeno, em Pernambuco ou na Bahia, principalmente nessa região norte e você vê uma grande quantidade de água como essa e que traz desenvolvimento para toda a região (REPRESENTANTE 4).

Ah! Sem palavras! Assim, nós (principalmente, o povo Pankará) temos uma ligação muito forte com o rio São Francisco, né? Então, o rio, pra gente, é parte de nós, né? A água que corre no rio é como se fosse sangue nosso que tá dentro daquele rio, sabe? Então, os nossos encantados estão naquele rio, sabe? Então, nós temos, além de uma relação espiritual com o rio São Francisco, o rio pra gente é fonte de vida, né? E, os nossos encantados estão lá (REPRESENTANTE 6).

Apenas a última dessas falas traz uma concepção de ligação profunda com o rio: “é como se fosse sangue nosso que tá dentro daquele rio, sabe?”, uma visão do rio como sua própria vida que está ligada a este povo representado, uma visão espiritual “nossos encantados estão naquele rio”, como também uma visão de sobrevivência a partir dele, “o rio pra gente é fonte de vida”.

O que se deve ao fato, claramente, dessa fala representar uma cultura de percepção, concepção e ação diante dos elementos naturais que os posiciona como parte da própria existência do indivíduo. Muito se assemelha à carta do Cacique Seattle, remetida ao governo dos Estados Unidos em resposta ao “pedido de venda” das terras indígenas Suquamish:

Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhe vendermos a terra, vocês devem lembrar-se de que ela é sagrada, e devem ensinar as suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz de meus ancestrais (SEATTLE, 1955, p.1).

A sacralização do ambiente e de seus elementos é inerente às vivências e às falas desses povos, independentemente da localização de seu território.

A fala do Representante 1, traz uma visão do rio a partir da vivência de privação de outras pessoas do seu território e da importância de insistir em políticas públicas voltadas para os “recursos hídricos” nesse contexto, trata-se de uma concepção social e de uso do rio. Isso porque vivencia-se o rio sob o olhar do pesquisador social

empático, que provavelmente, nunca passou por privação, mas não se conforma com a desigualdade de direitos e age em busca por justiça.

O Representante 2, traz uma concepção do rio como sobrevivência e vida humana, ao mesmo tempo, tem-se o rio como provedor de todas as coisas e o ser humano como seu dependente: “o rio é a vida das pessoas”, “a região, inclusive, depende do rio”. A partir do paternalismo cristão que subjaz na cultura da região, do “Velho Chico”, estimula-se a ideia de dependência, de benção e de medo da morte em situação de ausência da figura paterna que “dá” aquilo que é necessário para sua sobrevivência, ocultando a participação humana em busca daquilo que o mantém, como também legitimando qualquer modo de uso da água, como forma de benção.

O Representante 4, apesar de tratar o rio como “Vida! ”, ele acaba por reforçar a ideia de que o rio é água para o desenvolvimento com a fala posterior: “nessa região norte e você vê uma grande quantidade de água como essa e que traz desenvolvimento para toda a região”. Esta incoerência pode estar associada à sua vivência de uma rigidez discursiva institucional que o impede de expressar uma concepção mais intimista sobre o rio. O que não é uma condição restrita a esse representante, é uma pressão sentida por todos os membros da CCR Submédio SF, a necessidade de conduzir seus discursos à uma linguagem repleta de termos técnicos, como se eles oferecessem maior confiabilidade ao que é dito.

Como a visão de uso das águas do rio São Francisco é dominante, a água como objeto de consumo e como fonte de riqueza monetária, as motivações que os membros possuem nas negociações e discussões sobre o acesso à água tendem a ser coerentes com esta visão sobre o rio. Consequentemente, aqueles que representam o rio como vida e, ao mesmo tempo, como objeto de consumo, na escolha entre um ou outro, como concepção norteadora de suas ações, podem expressar confusão, falta de clareza e de firmeza em seus discursos, o que fragiliza sua ação discursiva ou material.

Não se trata de negar a importância do uso da água nas atividades cotidianas e econômicas desta conjuntura, mas de motivar o esclarecimento da origem e das consequências de cada discurso defendido, de um lado está a defesa de um rio que se faz vida na região e, do outro, águas estanques, esterilizadas, dissociadas de sua fonte, o rio, que serão convertidas em capital. Dessa forma, o segundo discurso oprime a consciência de que é preciso manter o rio vivo para que as águas continuem

presentes na vivência humana, no corpo humano e em todos os demais elementos do ambiente.

Diante do exposto, a contradição existente acontece porque é quase sufocante a imposição, o poder de opressão e de esvaziamento dos valores que sejam divergentes àqueles da racionalidade técnico instrumental capitalista hegemônica no Brasil, que desrespeita os ciclos e elementos naturais. Acima de qualquer valor, dá-se o valor de uso, de troca e sentenciamos a desvalorização, o descarte, a ausência total de valor.

Quanto à predominância de certos recursos de linguagem nas reuniões, os discursos mais presentes são aqueles em que seu interlocutor possui bom domínio dos conceitos técnico, científico e político, utilizados tanto para elaboração dos documentos, que caracterizam os processos de gestão, quanto aqueles utilizados nas tomadas de decisão.

Porém, quando questionados sobre a existência de uma gestão de riscos na CCR Submédio SF, demonstrou-se insegurança no que tange ao conceito e aos processos relacionados a ela, como também, decorrente dos poucos membros que afirmaram ter conhecimento sobre esse tipo de gestão na instituição, foi confirmada sua ausência, apenas prevista nos planos de ação do CBHSF:

É uma demanda que quando tem, o coordenador da CCR faz a nossa chamada, na DIREC, que ele também faz parte, é coordenador, e assim, a DIREX, que é a diretoria executiva, são presidente, vice e secretário que atua mais diretamente, mas, por CCR, não tem, tem no geral (REPRESENTANTE 1).

Aí eu não sei explicar, não. Sei não (REPRESENTANTE 2).

Eu acho que atualmente não existe uma gestão clara, a gente caminha para isso, a gente vê que estamos mudando é...o nível das reuniões está mudando, as discussões...mas isso não existe claramente (REPRESENTANTE 3).

Propriamente uma gestão de riscos. É... de prevenção de risco, não existe. Todo o processo de debate, de construção de uma, de uma política para enfrentamento dos riscos se dá na medida em que os riscos vão aparecendo, vão surgindo. Isso, não por que a CCR se omite de, de levantar esses aspectos e esses pontos. Mas, por que os usuários da água, do agronegócio, sobretudo, que é o foco principal é no Submédio, só se atem à questão quando o risco está batendo a porta. Então, não há uma, uma, uma prevenção, um processo preventivo (REPRESENTANTE 8).

Fica, então, difícil ou até mesmo ausente um processo de gestão para prevenir problemas, na medida em que o modo de produção oficializado e legitimado é de exploração, a todo custo, dos territórios visando ao aumento da taxa de acumulação

monetária. Apesar de alguns representantes afirmarem que nas reuniões do CBHSF e no Plano de Bacia a gestão de risco foi discutida, somente nas entrevistas se falou sobre gestão de riscos e sobre riscos relacionados ao acesso à água. Como foi discutido anteriormente, a essência da gestão de riscos, dos princípios de cautela e de precaução, é divergente ao desenvolvimento territorial brasileiro de colônia de exploração.

Propõe-se esse tipo de gestão não só como processo de urgência e prudência diante do contexto de crise hídrica, reconhecida nacional e mundialmente, mas como processo de cicatrização das feridas colonialistas, de busca pela descolonização de nossos povos e de reconhecimento do valor existencial e sagrado de nossos ecossistemas, em respeito aos olhares e vivências que vão além da racionalidade capitalista hegemônica.

No que tange ao contexto de acesso à água, de responsabilidade sobre a garantia do acesso por parte do Governo Federal, primeiramente, a maioria dos entrevistados que têm um discurso ativo retratam um governo distante, de ações descontínuas, descontextualizadas e que contribuem para o estabelecimento de um acesso elitizado à água:

A região do Submédio São Francisco é a região mais vulnerável, pela implantação dos grandes negócios que tem em termos de mineração, de transposição, de energia eólica, tudo isso está centralizado no Submédio por ser a região do São Francisco aonde está armazenada a água. (...) Então, a gente vê tudo isso e vê entidades do governo financiando isso, igualmente, o BNDS. Agora, o que o governo tem feito a favor para poder balancear, buscar sustentabilidade, nós não temos visto e é onde há o problema. Porque nós não podemos dizer que somos contra o desenvolvimento, mas um desenvolvimento com a flexibilização das leis de licenciamento a esses grandes projetos, é...implicando, vamos dizer assim, na degradação do rio, implicando na degradação social desse povo que vive nas margens do rio! Porque nós não vemos o rio só como um rio, nós vemos o rio como terra, como cultura, como um povo, como religião (REPRESENTANTE 1).

Se você olhar de um olhar institucional, o governo ele garante através de lei, não é? O acesso à água. Isso tá garantido na constituição, tá garantido nas leis tanto federal como estaduais esse acesso à água das comunidades. Isso é o que tá na lei, na prática não acontece dessa forma. Porque, se você perceber, é...o mercado tá comprando as margens do rio e as pessoas estão ficando, de fato, sem acesso à água (REPRESENTANTE 2).

Na verdade, ele não faz nada! (...) E, a exemplo, nós temos no nosso município, pra se, você da zona rural, se você quiser tomar água, você tem que ir pro homem pagar. Cê tem que comprar uma carrada d'água num carro pipa para colocar água nas comunidades, entendeu? (REPRESENTANTE 6).

Então, por isso, essa luta muito grande, é uma luta um pouco desigual. Porque nós estamos lutando para o consumo humano e dessedentação

animal, a gente acha que é prioridade e tentando favorecer as pessoas que vivem do rio, que é a vida, que são os pescadores, que são os ribeirinhos, os vazanteiros, os pequenos agricultores que dão sustentação a esse Brasil... com produção, mas...com essa nova ganância mundial estão atropelando! Porque nós estamos lutando com um governo como um todo! E tá tão conturbado o negócio, que, pro nosso entendimento, são verdadeiros predadores, né? (REPRESENTANTE 7).

Essa outra contradição entre a lei que garante o acesso à água para todos e todas e a prática que à privatiza é, portanto, fruto do mesmo modo de produção citado anteriormente. Portanto, questiona-se aqui a fragilidade das leis de uma sociedade que se coloca a mercê das grandes empresas multinacionais que cultivam o agronegócio.

Nos discursos passivos, o governo vem representado, igualmente, como uma instância que “faz pouco”:

Ainda muito pouco. Porque deveria ser direcionado um volume de investimentos muito superior ao que hoje é investido ou aportado em inúmeras ações no Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério das cidades, dos comitês de bacia que ainda são incipientes, dado o tamanho da bacia e a necessidade de grande valor de recurso para que esses projetos hidroambientais, de saneamento básico, de educação ambiental, visando à proteção da mata ciliar, à conscientização pela preservação, onde as pessoas não joguem lixo no rio, Enfim... (REPRESENTANTE 12).

Bom, as ações, elas existem. No entanto, o que a gente observa é que são ações desconexas, dispersas, sem que se consulte. Por exemplo, o plano diretor da bacia, sem que se verifique os demais, os estados envolvidos no caso do Submédio, Pernambuco e Bahia, sem que se mantenha uma...uma parceria e uma conexão com as políticas públicas municipais. E isso torna as ações, assim, um pouco desconectadas, não totalmente! (...) Água para Todos, é um programa do governo, governo estadual, governo federal, principalmente. É água boa, é cisternas. Mas, ele precisa ampliar esse sistema para as comunidades difusas, que estão espalhadas da região do semiárido, dentro da caatinga. Essas comunidades, que não são normalmente atendidas e que ficam à margem de um atendimento prioritário e essencial (REPRESENTANTE 8).

Essa realidade é resultante da própria natureza do Estado em um país como o Brasil, na medida em que suas ações estão atreladas às relações de poder historicamente construídas, remodeladas e conservadas ao longo do tempo. A distância entre governo e sociedade é expressa no discurso:

Ói! Um Federal, o que ele faz é o seguinte: o que eu vejo nas reunião é que ele ajuda o comitê a cuidar da água, da nascente, do rio... Não sei também se acontece! Se não fizesse mermo alguma coisa...pior tava! (REPRESENTANTE 2).

Esta fala indica que o membro observa, em reunião, os gestores discutindo sobre ações do Comitê junto ao Governo Federal, de cuidado com as águas do rio e, ao mesmo tempo, demonstra incerteza sobre o que realmente ocorre e certa desconfiança em relação ao que é dito. Essa observação do Representante 2 é incoerente em relação às falas dos representantes quando dizem que o governo não faz nada diante da garantia de acesso. O que pode significar que a abordagem do CBHSF sobre o governo seja diferente daquelas presentes nas reuniões da CCR Submédio SF, de forte crítica contra os governantes.

A maioria dos representantes identifica o processo de manipulação do Estado pelas elites rurais, da invasão dos interesses particulares, privados nos espaços de gestão participativa dos “recursos”, “bens” ou elementos naturais, em que a decisão deveria contemplar o bem coletivo, por meio das instâncias públicas de garantia de direitos.

No entanto, quando os discursos oficiais são reproduzidos, a CCR Submédio e o CBHSF se encontram inseridos como parte do governo, dando a ele a neutralidade e a retidão necessária para a manutenção da imagem de que o acesso democrático à água vem sendo garantido por essas instituições. O que na verdade não existe, o governo é parcial e mantenedor de privilégios das elites brasileiras.

O CBHSF é visto pela maioria dos representantes como mediador entre as comunidades representadas na CCR Submédio SF e o Governo, muitas vezes, remetendo à ANA como instituição governamental com maior responsabilidade sobre os processos relacionados ao acesso à água na gestão hídrica pública e reguladora das atividades do Comitê. Então, para os representantes, o CBHSF tem a função de

Eu acho que aproximar, né? Aproximar pra ajudar nessa discussão. (REPRESENTANTE 9).

Bom, o comitê nós tamos vendo aqui, hoje, na reunião ele tem feito algumas ações de revitalização e tem cobrado, realmente do governo, do Ministério do Meio Ambiente que se invista na revitalização da bacia (Representante 11).

Exatamente, discute, delibera, apresentando propostas, recebendo projetos da comunidade, inclusive das instituições em todas as esferas, instituições públicas e privadas, em todas as esferas municipais, estaduais e federal. Exatamente, pra executar ações com eficiência, visando à melhoria da qualidade da bacia e aí todas são recebidas tanto diretamente quanto através de edital (REPRESENTANTE 12).

O comitê? Com essa política é deplorável?! Aqui os políticos fazem o que querem! Porque se o comitê quer uma coisa... resolve! E, não querem depois dizer! Seguem... Então, a ANA quer que, que o comitê fazer pra ANA! e não quer aceitar as propostas do comitê, por exemplo (REPRESENTANTE 13).

Portanto, o Comitê é visto como uma instituição de mediação com o Governo Federal, mas também é limitada por ele, por meio das ações da ANA, que é responsável pela emissão de outorgas, cobrança e repasse do capital que é cobrado pelo uso da água para a AGB Peixe Vivo.

A ANA tem sede em Brasília e todo o processo de outorga é feito pelo sítio eletrônico, o que é visto como um obstáculo, por parte de alguns membros, notadamente, para aqueles pequenos produtores que não possuem conhecimento técnico:

Outra coisa que acontece muito, por exemplo, outorga, eu conheço muitas pessoas que vai outorgando o rio São Francisco, é um direito que qualquer cidadão brasileiro natural ou naturalizado tem direito, né? Mas quem sabe, de fato, tirar uma outorga? É uma exigência legal, é! É importante a exigência, sim! Mas o pequeno, a pessoa sem a formação suficiente, nunca vai conseguir tirar uma outorga. A não ser uma outorga tirada pelo capital ou por engenheiros agrônomos das grandes empresas ou eles contratam técnicos, consultores que possam tirar uma outorga e o pequeno, dificilmente, vai conseguir uma outorga porque primeiro ele não sabe o que é, qual é a importância, só descobre quando ele vai pedir crédito no banco, o banco é quem diz que tem que ter a outorga. Aí...ele vai tentar tirar e, aí, é um martírio na vida dele (REPRESENTANTE 3)!

Sob tais condições, entende-se porque as instituições terminam sendo utilizadas como estratégias para fazer valer os interesses, sobretudo, dos políticos e dos empresários. Cabe à CCR levar essa discussão com mais força e persistência para as plenárias do CBHSF, traçando estratégias em busca da justiça e transparência nos processos de outorga, além de maior autonomia das instâncias diante do poder governamental. Por trás da ANA existe uma ameaça sinalizada por Porto-Gonçalves (2005).

Várias têm sido as propostas de privatização das águas, todas baseadas numa ampla desregulamentação pela abertura dos mercados e a supressão dos monopólios públicos, sob a pressão dos técnicos do Banco Mundial e do FMI, políticas essas que vão desde: (1) privatização em sentido estrito, com a transferência pura e simples para o setor privado com a venda total ou parcial dos ativos; (2) transformação de um organismo público em empresa pública autônoma, como bem é o caso da ANA-Agência Nacional da Água -no Brasil; ao (3) PPP- Parceria Público Privado -modelo preferido pelo Banco Mundial (PORTO-GONÇALVES 2005, p.132).

O discurso da qualidade foi um dos principais argumentos invocados para toda a política de liberalização e privatização dos serviços de abastecimento e tratamento de água, cuja melhoria e ampliação estaria o Estado impossibilitado de fazer por falta de recursos para investimentos PORTO-GONÇALVES 2005, p.137).

Percebe-se, assim, as estratégias político-econômicas, que têm origem no campo discursivo, do grande capital empresarial junto ao governo federal para a concretização do controle não só pelas oligarquias locais, nacionais, mas, também, daquelas mundiais. Mais adiante, será possível perceber esse discurso permeando aqueles diversos passivos dos representantes da CCR Submédio SF.

No que tange ao olhar sobre eles mesmos, sobre a instituição regional, caracteriza-se com certo distanciamento de relações, receio de falar sobre, não se tem uma visão de grupo em algumas falas, além de falta de credibilidade e atribuição de frágil poder de interferência nas realidades nacional e local, quando se questionou sobre o objetivo de cada um como representante:

Porque agora a CCR, isso é uma coisa especial, né? Que foi criado tudo para ter uma nessa bacia. Está no processo de democratização, mas aí direitos próprios, tem poucos. Então, isso tudo ainda é conversa, mas a nível de comitê... Quem sabe no futuro vamos ver como é que faz. Então, é uma coisa com que a gente vem tendo um trabalho sério. O plano é bom. O plano decimal. E tem um trabalho, aí os dados achar, juntar todos esses dados e tudo. [...] A gente queria conseguir mais coisa. Tem pessoas que diz: - Porque você tá no comitê não consegue nada. Tem essas pessoas. Então, esse grande projeto, o comitê na transposição, né? (REPRESENTANTE 13).

Eu já participei de algumas, eu acho que tem uma baixa cultura de efetividade nessas câmaras, porque o sentimento que eu tenho é que a gente se reúne, conversa, discute, tem boas ideias e daqui a pouco ninguém fala mais no assunto. Aí você desestimula outras pessoas a ingressarem, sabe? Aí é culpa de quem? A cultura nossa é essa, muito blá-blá-blá, eu falei assim a instituição acadêmica, mas só como exemplo, pode ser política, viu? O pessoal, principalmente, quando se aproxima das eleições tem muito esse discurso... se aproxima, tal-tal-tal, mas a gente não vê efetividade, resultado (trecho não compreendido) Que eu quero deixar o recado é isso... (REPRESENTANTE 9).

(Silêncio) eu não entendo bem...da CCR eu não entendo bem... (REPRESENTANTE 2).

Estou no final do segundo ano. Ainda não, nós temos um longo caminho a percorrer, não considero o que a gente vem discutindo, inclusive, deliberando está sendo executado a contento, porque existem inúmeras barreiras que, infelizmente, fazem com que haja uma perda de eficiência em relação ao que a gente projeta, com algo que deve ser executado (REPRESENTANTE 12).

Sinceramente?! É... eu tenho conversado muito com as lideranças dos povos. Aí, assim, quando eles me escolheram...é...porque, na verdade, eles (os povos) estão nas comunidades e tipo, é imaginando o que nós estamos fazendo aqui, representando. E, eles, assim, muitas vezes se frustram, né? Por que esperam muito da gente, né? E, infelizmente, a gente não pode dar o que eles esperam da gente [...] Eles vão pensando em outra pessoa, porque eu não quero estar num local onde eu não possa fazer o que fui escolhida para fazer. Porque, assim, eu fico frustrada, meu povo fica frustrado. O povo fica pensando que a gente não faz porque não quer fazer ou porque não é capaz. Mas, na verdade, a gente não é. É algo que está acima da gente, que somos dois indígenas para sessenta e num sei quantos membros com

pensamentos totalmente diferentes, com uma visão totalmente diferente (REPRESENTANTE 6).

É veja, veja Sofia. Aí eu vou falar aquela coisa da governança. Vou partir pra falar sobre isso. Eu acho que é muito importante. Hoje, a gente vive uma situação que é séria da política pública no Brasil. Talvez, a gente esteja vendo se esfacelar, esfarelar algumas, né? Todas essas coisas que a gente lutou tanto, esse direito que a gente...que foram, foi uma década muito proveitosa. Foi uma década de muita descoberta, de muita dificuldade. Porque a gente não conseguiu ter essa governança entendida realmente, mas a gente conseguiu “startar” isso, sabe? A gente conseguiu ter muito, ter esses comitês, esses conselhos vivos! Ativos! Muitos já morreram, nesse período agora (REPRESENTANTE 10).

Então, eu como os outros, como uns e outras, continua fazendo a luta, continua fazendo a crítica, continua fazendo o debate e a gente, ainda, continua acreditando que a gente possa...a gente perde aqui, ganha ali, se chateia ali, porque a gente sabe que aquilo que foi aprovado não é o ideal ou quando a gente acha que foi bom a gente fica alegre. Então, a gente fica compartilhando esse lado positivo ou negativo, as alegrias, as tristezas de vê as coisa acontecer e as tristeza de não vê acontecer, mas continua, porque a gente entende assim...se a gente para de fazer o trabalho, aí a coisa piora. O que eles querem é isso! Que alguém desista! Se alguém desisti, aí eles fica à vontade pra fazer (repetição do que já foi dito). É uma luta de Davi contra Goliás (REPRESENTANTE 7).

Tal sentimento sobre si e sobre a instituição representa a falta de confiança no potencial individual e coletivo de transformação da estrutura e dos mecanismos públicos e privados de dominação sociopolítica que condicionam o acesso à água no Vale do São Francisco. Mas ao mesmo tempo, sente-se a valorização e a vontade de perseverar, visto que também estão presentes, com efeito, enunciados que remetem ao coletivo com fala entusiasmada e com certo orgulho do seu papel como representante, mesmo reconhecendo os limites de ação da CCR Submédio quanto à garantia de acesso democrático à água:

A CCR do Submédio tem um papel muito grande, por estar dentro desse lugar onde está depositada a água e todas as demandas que têm chegado à gente. A gente tem contribuído na discussão, principalmente, que é isso que o comitê, a acepção da criação do comitê, é como intermediar essa discussão. Se o comitê não resolver, é que se vai judicializar (REPRESENTANTE 1).

O nosso poder é de cobrar, de articular junto ao poder público que garantam o acesso à água. Nós podemos parar, por exemplo, mover ações do ministério público, podemos manter um diálogo junto aos governantes. Mas nós não temos poder de polícia para chegar e garantir (REPRESENTANTE 3).

Parte justamente do conhecimento, de repassar os conhecimentos, de trazer também. Então, eu acho que esse é o maior papel da CCR, é você juntar os usuários daquela bacia e você não apenas levar conhecimento, mostrar as boas práticas, para que essas boas práticas passem a ser difundidas, bem como também levantar questões polêmicas que possam atuar representando a CCR Submédio dentro dessas questões legais, digamos assim (REPRESENTANTE 4).

Logo, os representantes reconhecem que o papel do CBHSF e da CCR Submédio SF é de favorecer espaços de discussão e de proposição, ou seja, processos político-discursivos na gestão da água, como também o papel educativo e de influência sobre outros espaços de negociação.

Trata-se de ações necessárias de fortalecimento da identidade do grupo e a luta pela participação, de fato, nas ações de gestão, claramente sob controle da ANA, no sentido de interferir diretamente sobre a conjuntura injusta e antidemocrática de acesso à água na região.

Quando os jatinhos executivos, das empresas e bancos, passam sobre Três Marias e Sobradinho, os empresários dizem aos governantes: “vejam quanta água e quanta terra, podemos construir mais canais de irrigação e mais poços profundos, temos terras férteis, hidrelétricas e água que não falta [...]. E os peitos varonis se estufam de orgulho por este grande país que já não tem mais surubins, matas e onças como antigamente. Mas lá de cima tudo é aparente, não tem ninguém para contradizer, é fácil de vender projetos em Brasília. E sabem que não pagarão pelo uso das águas, pois o comitê de bacia controlado pela ANA e pela agência AGB Peixe Morto garantem a cortesia (LISBOA, 2018, p.17).

Isso se deve à visão colonial de perceber o território como tábula rasa, apagando as relações, as culturas e as construções preexistentes aos seus projetos puramente econômicos, disfarçados de desenvolvimento social.

Quanto ao domínio de conhecimento e ação diante dos textos, mecanismos jurídicos imbricados aos processos de gestão pública e da água: falas que fazem referência à Constituição Brasileira, às leis que norteiam o processo de gestão hídrica, da linguagem dos processos jurídicos decorrentes de conflitos pelo uso da água ou de projetos mal ou não executados, demonstraram que os níveis de conhecimento são diversos. No entanto, os representantes mostraram domínio, mesmo básico da Lei das Águas, por exemplo, do olhar jurídico sobre o acesso à água no Brasil. Tanto em ata, como nas reuniões e nas entrevistas, foi reivindicada uma linguagem menos acadêmica e técnica, para entendimento de todos presentes.

A linguagem técnica que compõe os Planos Decenais de Bacia, está nas apresentações dos técnicos da AGB Peixe Vivo, nas audiências, nas reuniões e seminários de rotina dos gestores da CCR Submédio SF, muitas vezes ela pode inibir a fala daqueles que acreditam não possuir domínio sobre ela.

Nas entrevistas, os membros demonstraram mais segurança em expor suas visões sobre a conjuntura e, conseqüentemente, sem muitas preocupações com sua

linguagem, a diversidade destes discursos fica mais clara que nos momentos de reunião. Atribui-se maior espontaneidade na entrevista ao fato do espaço de discussão entre eles ser compreendido, também, como a construção de um ambiente de competição, comparação ou, até mesmo, da postura de superioridade de alguns representantes e de inferioridade de outros.

É preciso reconhecer esses elementos para transformá-los, buscando soluções, para que todos tenham força para colocar o que pensam e as discussões representarem, de fato, as ideias do coletivo, além da expressão da diversidade territorial da região, consolidando o potencial de transformação das realidades sociais que almejam alcançar.

Mas, se as estruturas podem ser reproduzidas ou transformadas na prática, o que é que determina resultados reais em diferentes exemplos? Mais geralmente, o que é que determina os resultados cumulativos da prática em domínios ou instituições sociais específicas e as diferenças entre eles, nas tendências reprodutivas do discurso em oposição às transformativas? Eu gostaria de sugerir que as estruturas são reproduzidas ou transformadas, dependendo do estado das relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em luta num domínio sustentado particular de prática, tal como a escola ou o lugar de trabalho. Um foco muito grande nas estruturas é equivalente a tomar uma perspectiva unilateral a respeito dessas lutas - a perspectiva do poder daqueles cujo problema é a preservação da ordem social e o sustento da dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 84).

A reflexão de como gerar mais equilíbrio de poder nas relações entre membros da CCR Submédio SF, pode ser um caminho a tomar para diminuir as forças reprodutivas do discurso dominante, por meio da manutenção e valorização da própria diversidade que já é presente neste território. Com isso, estar-se-ia combatendo a visão do território como uma página em branco a ser autoritária e violentamente preenchida com objetos técnicos de reprodução dos interesses mercadológicos.

As concepções de risco atinentes ao acesso à água, definidas pelos membros da CCR Submédio SF, elencadas no Quadro 6, são descritas com base nas palavras/frases/expressões dos membros que foram, no mesmo espaço, interpretadas e mais adiante serão explicadas a partir da caracterização da territorialidade discursiva da instituição.

Quadro 6 - Matriz de descrição, interpretação e explicação dos discursos
(Continua)

DESCRIÇÃO DA PALAVRA/FRASE/EXPRESSÃO	INTERPRETAÇÃO E EXPLICAÇÃO DO SIGNIFICADO SOCIOTERRITORIAL
REPRESENTANTE 1: S-O risco que <u>eu vejo</u> mais afrontar a situação, hoje, é esta <u>sede que está na política mundial e na política nacional, mesmo, de privatização das águas.</u> CR- No <u>meu plano social, eu chamo de “agronegócio”,</u> porque você plantar, nós nordestinos, coisas que nós brasileiros usamos é uma coisa, <u>mas na hora que você tem um agronegócio orientado numa fase grande é outra coisa.</u> Mas na hora que você tem cem pequenos, duzentos pequenos que plantam o mesmo que <u>o agronegócio planta e vende a esse que vende essa tecnologia, eu chamo de “agronegócio”.</u>	O risco definido, em grifo, para a região do Submédio SF se revela como um discurso contra hegemônico, deixando bem clara a visão particular do representante contra o discurso oficial de que a solução para a gestão é a venda das águas. Os fragmentos grifados mostram uma prática social de resistência e revolta contra o agronegócio. Mostra uma visão de embate e não aceitação de certas práticas impostas. Claramente, vemos uma territorialidade ativa nesse discurso dominante, caracterizado como ativo, não oficial.
REPRESENTANTE 2: S- [...] é porque <u>do jeito que eu vejo</u> o povo é muito teimoso, ainda tem <u>cidade jogando esgoto puro no rio</u> e ainda, <u>pelo que eu vejo por onde eu ando, ninguém liga.</u> CR- Aí eles prantam e o resto de água tóxica cai por dentro d' água e a água não fica beleza. Então, <u>é um risco grande que aquela água, antigamente a gente usava, hoje não usa mais.</u>	O risco para a região é relatado como o lançamento de esgoto, é possível ver o interesse do representante em analisar os diferentes territórios em que o risco ocorre, mas numa postura de contemplação do problema. No caso do risco para a comunidade representada, os fragmentos grifados reforçam a postura passiva, com uma aceitação/acomodação à situação em que a água se encontra contaminada. Portanto, percebe-se uma territorialidade passiva neste discurso diverso, passivo e não oficial.
REPRESENTANTE 3: S-É...o <u>ilícito ambiental</u> ele está evidente, é...se você olhar hoje <u>as áreas de preservação permanente, elas estão degradadas e...</u>por todas as categorias desde a agricultura familiar até o agronegócio, né? [...]Seja pelo pequeno agricultor porque gostam de desmatar para usar a chamada <u>área de vazão</u> para a pecuária, para a criação de pequenos e grandes animais, <u>seja para plantar, fruticultura ou plantio de ciclo curto, como melancia e outras, ou seja, o agronegócio, não é?</u> Não existe, de fato, ainda uma consciência das pessoas que utilizam a água do rio São Francisco em relação à importância de conservação de área de APP, elas ainda não percebem e as que sabem e que percebem, ainda, <u>valorizam em primeiro lugar a questão da renda, não é?</u> CR- Sim, eu acho que o maior risco, hoje, que o rio sofre são...é...os <u>esgotos domésticos.</u> É muito expressivo, em toda a calha do rio São Francisco, <u>da nascente à foz, os 504 municípios, apenas um município é 100% saneado.</u> Isso é uma coisa absurda, a gente percebe que não é uma política pública de interesse dos governantes, não estou falando dos governantes A ou B, <u>estou falando dos governantes em geral, não é...</u>você não percebe uma discussão ali, de município, de estado, de governo federal ou de sociedade civil em relação a isso, <u>parece que as pessoas...elas não conseguem enxergar, não conseguem visualizar, não conseguem perceber, não é?</u> É aquela história...tô varrendo e colocando embaixo do tapete.	Nas duas falas, do representante, há expressões que indicam receio de responsabilizar um setor ou um governante: <u>“...por todas as categorias desde a agricultura familiar até o agronegócio”</u>; <u>“ não estou falando dos governantes A ou B.”</u> Por meio da generalização, o representante, ao definir os riscos quanto ao acesso à água, assume uma postura passiva, mesmo apontando assuntos relevantes como conservação, preservação, saneamento, capital x água. Não é possível observar no discurso o conhecimento sobre relações de poder estabelecidas na região, no contexto de uso da água do rio São Francisco. Portanto, identifica-se uma territorialidade passiva, sob um discurso diverso, passivo e oficial.
REPRESENTANTE 4: S- Então, <u>o principal risco é a atividade econômica ligada à agricultura.</u> A região é bem desenvolvida em relação a isso, é...e isso <u>tem um impacto muito grande , levando em consideração o volume de água utilizado para irrigação,</u> e...isso causaria um impacto muito grande, <u>a principal atividade econômica da região é a agricultura.</u> Hoje, cidades grandes como Petrolina e Juazeiro, você vê serviços também sendo desenvolvidos, serviços, comércio em geral, por conta do porte da cidade, são bem desenvolvidos, mas <u>se você vê, se você olhar para as cidades em volta,</u> ao longo do rio São Francisco, <u>as principais atividades econômicas são ligadas à irrigação.</u> Então, esse é o maior risco. CR-Nilo Coelho e Maria Tereza Coelho, ele utiliza <u>17 mil litros de água por segundo.</u> Então, é um volume muito maior do que o volume de água utilizado pela cidade de Petrolina, considerando só Petrolina. <u>Eles estão utilizando, praticamente, mais 17, quase vinte vezes mais do que a gente usa, para a irrigação. (...)Se você for somar todas as cidades restantes, o volume utilizado para consumo humano é muito pequeno, mesmo com a vazão reduzida numa seca que estamos vivendo. Então, o principal risco é a atividade econômica ligada à agricultura.</u>	Os trechos grifados mostram dois olhares distintos sobre o risco, antagônicos em certa medida, o primeiro releva a preocupação diante da paralização da principal atividade econômica em um momento de crise hídrica, no entanto, o outro olhar defende que o abastecimento humano representa, atualmente, pequena parte daquilo que os irrigantes utilizam, na ausência de distinção entre famílias e agronegócio. Diante da contradição no discurso e da presença dominante do discurso que defende o abastecimento humano, é pertinente identificar uma prática social ativa de denúncia da disparidade gritante entre o acesso dos irrigantes e o acesso da população a qual utiliza a água para usos domésticos. Portanto, considera-se a territorialidade ativa, a partir de um discurso ativo, dominante e não oficial.

Quadro 6 - Matriz de descrição, interpretação e explicação dos discursos (Continuação)

Representante 5: S- <u>Nós temos um problema de geração no rio que tem que conciliar geração com agricultura! Com consumo humano! Então, o que que acontece...você vai gerar energia, você vai baixar o lago, você vai deixar o agricultor e a população sem água. Isso aí é uma situação gravíssima!</u> CR-Então, você conciliar o interesse financeiro, e é o interesse realmente do governo, <u>gerar energia é gerar dinheiro com o interesse da população que é vida!</u>	Os fragmentos trazem expressões fortes de polarização clara da conjuntura, de um lado está o setor hidroelétrico e de outro a agricultura e o restante da população. Com muita emoção, o representante possui postura enfática a favor dos irrigantes e da população, não distingue a agricultura do agronegócio daquela familiar, dessa forma, favorece os empresários irrigantes por meio de seu discurso. No entanto, as expressões são de denúncia, revolta e de resistência às políticas governamentais que impõem um formato hidroelétrico, predatório de geração de energia. Portanto, a territorialidade ativa é presente, a partir de um discurso ativo, diverso e não oficial.
REPRESENTANTE 6: S- Seria sim, <u>a questão do agronegócio. Sim!</u> Por que no decorrer do rio São Francisco se tem muito isso, né? A questão do <u>agronegócio é muito forte</u>, né? E <u>também as usinas hidrelétricas</u> que, se formos prestar atenção ao <u>nosso rio São Francisco</u>, não tem mais <u>seu percurso normal</u>, né? Então, ele vem desde lá sendo construído as hidrelétricas e <u>essas hidrelétricas é quem controla</u>, na verdade, <u>o que nós vamos receber de água, né?</u> CR-Além dessa <u>questão climática</u>, existe essa...<u>esse problema com as hidrelétricas, com a agricultura, o grande negócio, né?</u> Que <u>não vê o nosso rio como fonte de vida</u>, e <u>sim, como fonte de recursos econômicos</u>, né? E, que controla realmente a água do <u>nosso rio</u>, né?	Tal discurso congrega a maioria dos riscos citados e ainda a questão climática, além de descrever de forma clara e concisa um ambiente de domínio e de controle sobre a água. As expressões trazem à tona a relação afetiva que o representante nutre com o rio e sua concepção de rio como fonte de vida é reforçada em cada parágrafo. As palavras/expressões “nosso rio”, “nossa água”, “nós”, “seu percurso normal” dão às falas um caráter de coletividade, de comunidade. A territorialidade é ativa e seu discurso ativo, dominante e não oficial.
REPRESENTANTE 7: S- No Submédio tem muito a <u>questão do agrotóxico</u>, mas os fatores principais é: <u>assoreamento, por conta do desmatamento da mata ciliar</u>, porque as pessoas cada vez mais tão tomando conta das barragens do rio. CR- É...o que <u>a gente discute</u> muito e vai debatendo, o nosso maior risco, <u>são vários riscos</u>, né? Quando eles vão se acumulando eles se transformam num grande. Mas <u>o maior risco</u> são, realmente, as <u>invasões das terras pelo agro</u>.	O discurso traz um novo elemento em relação à conjuntura do acesso, o desmatamento da mata ciliar, sem uma responsabilização clara e direta. No entanto, ao questionar sobre o risco para a comunidade que representa, o mesmo deixa claro que “a invasão das terras pelo agro” é o maior risco. Expõe em sua fala a prática social ativa de discussão sobre o risco no coletivo CCR Submédio SF, com postura clara de resistência ao agronegócio. A territorialidade ativa é embasada em um discurso dominante, ativo e não oficial.
REPRESENTANTE 8: S-O Submédio está encravado dentro do <u>semiárido, numa região pouco chuvosa</u>. CR- No entanto, a cidade de Moro do Chapéu tem um risco muito grande. <u>Iminente! Inclusive! A médio prazo!</u> Por que a cidade é abastecida por <u>poços subterrâneos</u> que não tem tido, não tem recebido a recarga necessária para a reposição de suas águas. E, nós poderemos ter, para minha comunidade, para minha cidade, em médio prazo, nós poderemos ter um <u>colapso no abastecimento</u>, já que <u>não cortam rios perenes, nem permanentes</u> mais em Moro do Chapéu.	O presente discurso não responsabiliza nenhum setor da sociedade pelo risco, mas a natureza que é a grande causadora. Fica clara a passividade no discurso. Portanto, trata-se de uma territorialidade passiva, derivada de um discurso passivo, diverso e oficial.
REPRESENTANTE 9: S- Então, <u>o risco que eu considero</u>, eu acho que tá <u>relativamente bem trabalhado</u> em função dessas crises anteriores, desses últimos anos de baixa, <u>baixo regime pluviométrico</u>. Então, a gente acabou, assim, tendo uma discussão nacional e vários setores, logicamente, estão envolvidos, logicamente, deu pra perceber a complexidade que é a <u>dependência, digamos assim, dos moradores dessa região</u> porque não é só o <u>consumo humano, tem o animal, tem a irrigação, tem a questão energética, tem a questão ambiental</u>. Então, todas essas, esses setores, <u>eles têm que se falar e as vezes o interesse está exatamente no oposto</u>, com a geração de energia você precisaria aumentar a vazão do rio, já em função de um baixo volume de chuvas abastecendo essa bacia você teria que diminuir o volume pra você poder economizar água nos reservatórios ao longo dessa bacia. Você tem, em dado momento, <u>interesses opostos</u>, um precisando que aumente a vazão para gerar energia e outros precisando que diminua para ter reservação. <u>Eu acho que o maior risco, que eu considero, é essas variáveis todas em função dos interesses de cada seguimento ou de necessidade de cada seguimento</u>. CR- Eu acho que <u>a população, como um todo</u>, não tem consciência dessa complexidade, eles acabam meio que <u>olhando pro próprio umbigo</u>[...].	O presente discurso relata a conjuntura complexa que deve ser um ambiente participativo de gestão, representado pelo membro em questão como um risco relacionado ao acesso. Sua fala traz relato de conflito nas relações de uso da água, as demandas por água, chegando à conclusão de diversidade de interesses é que pode se configurar como risco, cada seguimento brigando pelo seu acesso, sem pensar no todo que é o rio e sua bacia hidrográfica. A territorialidade ativa é decorrente de um discurso ativo, diverso e não oficial.
REPRESENTANTE 10: S- É o que me vem muito à mente, é esse <u>acesso pirata</u>, né? Vamos dizer assim, <u>esse acesso sem controle, pra mim é um grande de risco hoje</u>. (...) É, <u>é Juazeiro não cuida da sua água, consequentemente, não cuida do seu esgoto, não cuida do</u>	O discurso traz o lançamento de esgoto e o uso indiscriminado como riscos quanto ao acesso à água, responsabilizando “Juazeiro”, sem deixar claro os setores da sociedade responsáveis pela causa do risco. Existe uma preocupação com o todo da bacia,

Quadro 6- Matriz de descrição, interpretação e explicação dos discursos (Conclusão)

<u>lançamento, não trata seu esgoto e mais ali embaixo outra, outro município vai se, vai fazer uso dessa água, que já está contaminada. E, esse é um risco, é um, é um <u>risco muito grande</u>. Dentro deste processo, existe essa, essa problemática que é, que é o não, não entender essa, esse partilhamento, sabe? <u>Eu sou o primeiro a usar, então eu tenho que usar muito bem, ter muito cuidado com isso.</u></u> CR- Quando a gente vê muita <u>baronesa, muito lançamento de esgoto, de esgoto bruto nessas duas cidades, sabe?</u>	um cuidado com o coletivo, porém, o discurso se torna oficial por não carregar palavras/ expressões que indiquem uma ação de embate direto das relações de poder, de crítica clara aos setores responsáveis. A territorialidade ativa que provém de um discurso ativo, diverso e oficial.
REPRESENTANTE 11: S- Porque pensa, primeiramente, que vai <u>gerar economia</u>, mas a gente tem que pensar muito isso, esse conceito do que é realmente <u>sustentabilidade</u> e a sustentabilidade perpassa por isso, tem que ter a <u>questão ambiental como um pilar, a questão social também, não só econômica e a gente já sabe que visão macroeconômica aí é que vem causando a destruição. Então, o risco seria esse, os grandes empreendimentos ao longo da bacia que já está impactada.</u> CR- Tá chegando muita gente de fora investindo porque as <u>terras são baratas, investindo, comprando as terras, fazendo poços artesanais</u> com uma capacidade imensa, bombas imensas, tirando não sei quantos mil litros de água por hora do subsolo e não é só um investidor, são vários que estão chegando. Estão <u>usando bastante agrotóxico</u>, indiscriminadamente, os venenos e aí a gente vê, a nível nacional, a <u>bancada ruralista defendendo ainda mais o uso de agrotóxico</u> e isso pra gente é uma grande agressão.	Neste discurso, são associados os grandes empreendimentos, compra de terras, o uso de agrotóxicos e o uso de poços artesanais, o que leva a entender que o membro responsabiliza o agronegócio, sem falar no termo, mas os pequenos agricultores também são denunciados pelo uso dos "venenos". O representante traz o conceito de "sustentabilidade" para embasar seu discurso contra a lógica neoliberal de uso da água como um recurso que alimenta a economia, lógica que faz da destruição da terra e do rio um processo normal para se obter lucros. O discurso sobre o antagonismo entre a busca por capital e a solução para os problemas ambientais também se faz presente, uma prática discursivo-social que tem um forte cunho não oficial e com grande potencial de luta e transformação social. A territorialidade ativa é proveniente de um discurso dominante, ativo e não oficial.
REPRESENTANTE 12: S- Em termos de risco, nós temos visto ao longo do processo histórico é o <u>uso indiscriminado, né? Sem uma ação no sentido da sustentabilidade daquela fonte, fonte de vida como um todo...</u> Eu posso até colocar um fator que aumenta ainda mais essa <u>responsabilidade para cada um dos cidadãos</u> que aqui residem, <u>além do acesso, nós temos hoje a água, aqui na nossa região, como uma fonte imprescindível pra manutenção dos negócios agrícolas aqui, que são peças fundamentais pra a movimentação da economia e, consequentemente, pra manutenção dessa população aqui, que depende fortemente desse setor, o setor agrícola. É tanto de pequena produção, produtores familiares dentre outros, como dos grandes produtores, produtores aqui pra exportação. Então, esse acesso ilimitado ou geral, como você colocou, ele promove exatamente esse risco de perder, com o tempo, tanto em qualidade como em quantidade, a água porque não há preservação, a luta do comitê de bacia hidrográfica do rio São Francisco é pela preservação da bacia, principalmente em relação ao que tá diretamente ligado à quantidade de água e à qualidade dessa água a ser disponibilizada para o cidadão, seja ele um consumidor da água potável que é captada do rio, a partir das concessionárias, seja ele um consumidor de pequeno porte, um agricultor familiar ou de grande porte como os grandes agricultores que utilizam a irrigação para produção agrícola para exportação. Então, considero um dos grandes riscos esse.</u> CR-[...] ela se ampliou bastante e, consequentemente, tem <u>uma dependência sim</u>, como todos os demais cidadãos que aqui residem, porque aqui você tem água <u>para consumo humano, especialmente água para dessedentação animal e humana</u> e, consequentemente, há uma enorme dependência.	O presente discurso tem um forte tom oficial, não responsabiliza nenhum setor social, diretamente, pela não preservação do rio São Francisco, além de defender que todos têm acesso à água, principalmente para abastecimento humano, o que não condiz com a realidade que muitos representantes retratam e pesquisadores citados no presente trabalho relatam. Além de colocar a agricultura empresarial, o agronegócio como grande responsável pela manutenção da população, na ausência de qualquer crítica, denúncia ou embate ideológico aos moldes de consumo de água desse setor. O discurso é passivo, diverso e oficial, gerando territorialidade passiva.
REPRESENTANTE 13: S- Então, <u>esse seca grande</u>, essa grande seca de cinco, seis anos. Já era um anúncio, né. Da <u>mudança climática</u> que vem até certo ponto. CR- Há outros que é <u>desmatar</u> e usar para outro fim. Porque tem a previsão <u>das áreas irrigadas</u> de Petrolina e Juazeiro, no ano 2100. Então.	O presente discurso é confuso, parece responsabilizar o agronegócio, mas atribui o risco, também, às secas e à mudança climática. No entanto, como o que foi mais reforçado foram os fatores climáticos, o discurso foi caracterizado como passivo, a territorialidade passiva, provém de um discurso passivo, diverso e oficial.

Legenda: S=Submédio CR= Comunidade Representada

Fonte: Adaptação de MORAIS (2017).

Foi identificado um padrão entre os discursos dominantes ativos, mediante o qual todos eles ocorrem com base em argumentos não oficiais de sustentação de sua concepção de risco quanto ao acesso à água, o uso da água para fruticultura de exportação, por parte das empresas do agronegócio (Quadro 6).

Um dos discursos ativos representados apoia a irrigação, sem fazer distinção entre agricultura familiar e agronegócio, caracterizando-se como diverso e não oficial, atribuindo a responsabilidade do risco ao setor energético:

Nós temos um problema de geração no rio que tem que conciliar geração com agricultura! Com consumo humano! Então, o que que acontece...você vai gerar energia, você vai baixar o lago, você vai deixar o agricultor e a população sem água. Isso aí é uma situação gravíssima (REPRESENTANTE 5).

Portanto, optou-se por caracterizar o discurso como não oficial, mesmo ele assumindo parte daquele oficial de apoio ao agronegócio, pois apresenta forte defesa e embate direto com o setor que responsabiliza pelo risco.

Os discursos passivos se dividem em três grupos, aqueles que defendem que o risco está nos fatores climáticos da região, o mais presente, com menor representatividade em relação ao dominante e ativo; o segundo grupo define o risco como o lançamento de esgoto *in natura* no rio. Ambos assumem um discurso oficial, “o discurso da escassez “ indicado no Quadro 1 como um discurso dominante, oficial, o qual atribui a remediação das secas às soluções técnicas, eximindo-se da análise política do contexto.

O discurso diverso atribui a escassez à incapacidade do estado em garantir a disponibilidade e qualidade de água como argumento para a privatização dela. O representante não atribui, diretamente, responsabilidade a nenhum setor, culpando toda a sociedade.

[...] não estou falando dos governantes A ou B, estou falando dos governantes em geral, não é ...você não percebe uma discussão ali, de município, de estado, de governo federal ou de sociedade civil em relação a isso, parece que as pessoas...elas não conseguem enxergar, não conseguem visualizar, não conseguem perceber, não é? (REPRESENTANTE 3).

O terceiro grupo, relativo aos discursos passivos, fala sobre um consumo indiscriminado generalizado, na ausência de abordagem sobre controle hegemônico, relações de poder, assumindo um discurso passivo, igualmente oficial e diverso, de que toda a sociedade deve assumir uma “postura sustentável” diante do consumo de água.

Então, esse acesso ilimitado ou geral, como você colocou, ele promove exatamente esse risco de perder, com o tempo, tanto em qualidade como em quantidade, a água porque não há preservação, a luta do comitê de bacia hidrográfica do rio São Francisco é pela preservação da bacia, principalmente em relação ao que tá diretamente ligado à quantidade de água e à qualidade dessa água a ser disponibilizada para o cidadão, seja ele um consumidor da água potável que é captada do rio, a partir das concessionárias, seja ele um consumidor de pequeno porte, um agricultor familiar ou de grande porte como os grandes agricultores que utilizam a irrigação para produção agrícola para exportação (REPRESENTANTE 12).

Tal discurso foi identificado no Quadro 1 como uma estratégia governamental para a venda do “recurso água”, dominante na sociedade do século XXI, apoiado pelas elites nacionais e internacionais, também integrado à ideia de privatização das fontes de água brasileiras. Mas, ao mesmo tempo, afastado das concepções em termos da água e do seu uso para outros membros da CCR Submédio SF, sobretudo para aqueles dos territórios tradicionais.

A hipótese levantada pela pesquisadora foi refutada, existe diversidade discursiva no ambiente de gestão hídrica estudado, mesmo constatadas as fragilidades representativas que se estabelecem desde a formação do CBHSF e se refletem na CCR Submédio SF. Cabe, neste momento, interpretar os discursos, caracterizando a *territorialidade discursiva* da instituição estudada para que sejam compreendidos, de forma mais profunda, os limites dados à ela.

4.4.3 A explicação da *territorialidade discursiva*

A *territorialidade discursiva* na CCR Submédio SF é *ativa*, mais de 50% dos representantes entrevistados foram considerados sujeitos ativos no seu território de atuação como gestor. Uma porcentagem bastante expressiva, considerando o total de 13 entrevistados, carrega em suas falas uma apatia e distância diante do contexto de acesso elitizado à água vivenciado pela população do Submédio São Francisco. No entanto, não há uma coesão do grupo de sujeitos passivos, visto que eles indicam riscos diversos ao acesso à água. Isso significa que este pequeno coletivo dentro da Câmara tem limitado poder de persuasão, a não ser que fora do âmbito da instituição eles mantenham relações estreitas com pessoas de grande influência político-econômica no Submédio São Francisco.

O grupo ativo carrega o discurso dominante por possuir uma maior quantidade de representantes definindo um mesmo risco, o risco de acesso como o uso da água

pelo agronegócio, em relação aos representantes passivos que elencaram três riscos distintos. Os sujeitos ativos trazem uma concepção com certo nível de abstração da realidade, composta por uma ideologia de sociedade de classes, aquelas assistidas por um Estado burocratizado, por meio da garantia de direitos básicos de sobrevivência e outras excluídas desse processo.

Para os representantes, o Estado sofre grande influência do mercado econômico globalizado, que induz a sociedade a conflitos de acesso à água. É possível identificar o delineamento das relações de poder, das relações entre as dimensões ambiental, política, econômica, etc, que caracterizam estes contextos nas suas falas:

Então, o lago continua descendo, continua baixando o lago! Então, você conciliar o interesse financeiro, e é o interesse realmente do governo, gerar energia é gerar dinheiro com o interesse da população que é vida! Tá muito distante de conciliar. Entendeu? Então, essa é a grande situação, o grande problema (REPRESENTANTE 5).

Então, no caso da Bahia nós temos um governo que ele é do partido a muito tempo, foi sindicalista junto com a gente, mas hoje a pauta dele, hoje é pautado pra , na minha opinião, e olhe que eu tô fazendo esse debate lá, ele tá fazendo mais um trabalho de se autopromover, então, é do partido, mas os trabalho dele não muda nada daquilo que nós criticamos que é a direita que visa muito a questão do lucro, do avanço e aquela pauta que nós votamos para aquela nossa pauta de governo, tá ficando de lado. Tá olhando só a questão estruturante do Estado, pra que entre mais dinheiro, mas aquela fase impactante em relação ao meio ambiente, tá deixando a desejar e muito (REPRESENTANTE 7).

E, agora, muito mais pra gente na região daqui é a questão, que está nos deixando ansiosos, é essa possibilidade de se negociar a Chesf, né? Que está se colocando isso em consideração. Então, nós entendemos que se uma empresa brasileira, uma estatal brasileira, já não nos atende da forma que nós deveríamos ser atendidos. Imagine outras pessoas de outros países, que vêm pro nosso país, apenas buscar, tira da gente os recursos naturais, que aqui a gente tem, com visão econômica, né? Então, hoje, muito mais, a gente tá nessa ansiedade. Temos feito movimentos dizendo “não” a essa privatização da Chesf, né? Nós não concordamos com essa privatização e tamos aí, lutando, né? Um dia a gente “bateu” muito na Chesf, né? A muito tempo atrás, por que nós temos uma concepção de que todos os povos foram sacrificados, né? Principalmente, os povos indígenas, foram sacrificados com a construção dessa hidrelétrica, das hidrelétricas do rio São Francisco. Mas, hoje, nós entendemos que pior será sem ela, né? Então, hoje, defendemos que ela continue no poder do Brasil, né? (REPRESENTANTE 6).

As três falas supracitadas colocam o lucro decorrente do uso da água como um grande risco para o seu acesso democrático, emergindo o valor defendido pelo governo e pelos irrigantes, na perspectiva do valor utilitário, estritamente econômico sobre a água. Entretanto, este mesmo valor é também reproduzido por eles mesmos, mas junto a outras expressões que denotam que o valor atribuído não é, somente, o

utilitário, como foi discutido na explanação sobre a importância do rio São Francisco na vida dos representantes.

Esses processos subjetivos presentes no território da CCR Submédio SF são descritos por Fairclough como contradições internas, dilemas e mecanismos subjetivos de cognição dos problemas, das situações concretas que têm suas expressões sociais em contradições nas lutas estruturais das instituições e nos fenômenos sociais. Contudo, o que determina a forma como a contradição se reflete nos eventos é a relação que estes têm com as lutas que se desenvolvem em torno das contradições, inclusive de manutenção da hegemonia de um grupo social por meio da contradição do grupo que luta pelo esfacelamento desse domínio (FAIRCLOUGH, 2001).

De fato, é a permanência de tais elementos que dificulta as lutas contra-hegemônicas, aspectos sutis da linguagem que podem passar despercebidos pelos envolvidos nos embates ideológicos e acabam beneficiando aqueles que conseguem captar as fragilidades discursivas daquele que quer dominar. Acrescido a estes obstáculos à concretização de um processo democrático de gestão hídrica, aumenta a preocupação dos movimentos sociais no que tange ao momento sociopolítico atual, a característica discursiva do novo governo explanada pelo Representante 7.

Aí a gente não sabe o futuro do país quando esse novo governo entrar, porque a visão dele é a visão do agro, do rico, abrir as fronteira, abrir a Amazônia e explorar o máximo que ele puder, então, é uma pauta mais pro empresário que pra sociedade, pra sobrevivência da sociedade como um todo. Esse é o nosso dilema, é uma luta difícil, se já não era fácil com esses governo passado, imagine com esse agora que já vem dizendo qual é o seu projeto, né? (REPRESENTANTE 7).

O representante identifica que os empresários do agronegócio possuem uma estratégia discursiva de ocultamento de seus interesses, como era a condução dos governos anteriores, e enfatiza o autoritarismo do governo atual, a ponto de não se preocupar com esse tipo de estratégia. Contudo, ele identifica os processos discursivos e a complexidade do contexto que envolve a concretização do acesso à água. O que se traduz no problema recorrente da predominância de uma política de governo em relação àquelas de Estado, ou seja, as leis não são respeitadas em função dos interesses daqueles que estão, ciclicamente, no governo.

Penetra no contexto acima referido a cobrança pela água, naturalizada, em certa medida, pelo próprio sistema de gestão, totalmente dependente do recurso para a execução dos projetos, realização das reuniões e plenárias, manutenção da AGB

Peixe Vivo, etc. Nada se faz sem esse dinheiro, ficou impossível pensar as ações de gestão na ausência da cobrança a todos os usuários. Mesmo assim, foram criticadas a outorga, a sua fiscalização, as margens para burlar o processo, além do alto valor cobrado pela água para o consumo humano e dessedentação animal:

[...] E temos sem esse controle. Então, quando eles fiscalizam uma bomba, eles fiscalizam uma solda com uma bomba, o cara faz uma solda para puxar, vamos dizer assim, 3 metros cúbicos de água para produzir, aí ele outorga 3 metros, quando vai lá, tem 4, 5 bombas puxando mais da média. O que acontece que tá oficialmente tirado do rio São Francisco, vou dar só como exemplo, a gente tem uma escala de contrato de 10 metros cúbicos, quando você vai olhar tem 50, 60, 70. Eu dei só como exemplo, mas isso é um volume em milhões, só pra comparar, se faz uma outorga, né? Mas o pessoal faz uma outorga e aí a outorga que ele tá contribuindo e que tá liberado pra tirar com 6 metros, eles tiram 300, porque ele faz as coisa...então, é só cadastrar como outorgado, aí no fundo ele tá com uma outorga que é liberada pra ele e tá tirando 10, 20 vezes mais, por falta de fiscalização [...] O que que acontece, se sabe quanto eles pagavam de água, qual era o volume de água que eles pagavam de outorga, por ano, e agora tá em torno de 19 mil, antes era em torno de 8 mil, 9 mil. Aí...pra o consumo humano, pra pessoa bebe água, tomar banho, aquele negócio todo, a empresa que capta água do São Francisco é muito menos, pagava em torno de 700, 800 mil reais. É uma empresa que tá produzindo, levando a riqueza da região, sugando o São Francisco, pagava 8 mil, 9 mil reais de água. E pra consumo humano, 600, 700, 800 mil reais. Pra você vê a disparidade como é que é. E isso é culpa de quem? Isso é culpa de gestão, isso é culpa de política, era pra ser o contrário, fazer mais barato pra o consumo humano e mais caro pra quem tá produzindo e ganhando muito dinheiro (REPRESENTANTE 7).

Mesmo observando um caráter relevante de passividade na territorialidade da CCR Submédio SF, trata-se de uma postura ativa da pesquisadora dar ênfase ao potencial do discurso ativo, visto que há esperança de, após esclarecimento das contradições internas da instituição, reavaliação de seus olhares, falas e discursos, elaboração de uma abordagem coletiva do risco relativo ao acesso à água, um maior potencial de transformação da realidade.

Portanto, reforça-se que os discursos dominantes são claros, compostos de argumentos contundentes para o elenco do risco.

Primeiro, a água se perde para obras que não foram bem dimensionadas, segundo, se perde para a evapotranspiração. Se nós tivéssemos feito uma transposição ou tivesse o governo ouvido o que nós dizíamos, de fazer em ductos já tinha chegado e não perdia tanto. E depois se perde, porque ao invés de levar aquela água para dessedentação humana, tá servindo para o plantio nesses estados. Então, acho que isso vai ser um problema muito sério para tanto a gente do consórcio, porque hoje eu tenho cidades que faz parte desse consórcio que queria essa transposição, nós estamos na bacia do rio São Francisco e não estamos vendo água para essas pessoas e temos vendo a água do São Francisco que era para sair para cumprir a crise na dessedentação humana, cumprir papel de chegar lá e encontrar: -Aqui vai ser

irrigado 40 mil hectares no tabuleiro da Borborema com a água do São Francisco (REPRESENTANTE 1).

A gente é...mesmo assim, para consumo humano, o volume de água que passa no rio ainda é muito grande. A gente usa hoje cerca de 0,3 % do que passa no rio São Francisco para abastecimento humano numa cidade como Petrolina. Se você for considerar toda a bacia, todas as cidades atendidas, o volume, Petrolina é uma das maiores, é a maior do Submédio São Francisco. Se você for somar todas as cidades restantes, o volume utilizado para consumo humano é muito pequeno, mesmo com a vazão reduzida numa seca que estamos vivendo. Então, o principal risco é a atividade econômica ligada à agricultura (REPRESENTANTE 4).

As ações governamentais, sem considerar a diversidade territorial, vêm a fazer permanecer a disparidade quanto ao uso da água (consumo humano x agronegócio), o que é fruto de uma política de dominação sobre os “recursos naturais” desvinculadas a qualquer sentido ou conduta ética perante a vida dos ecossistemas e dos humanos mais vulneráveis.

Os últimos discursos, acima apresentados, estão associados a algumas atitudes que fortalecem a diversidade: ações de articulação, de educação, de empoderamento das comunidades representadas.

Daí porque a língua é um instrumento como qualquer outro para o agir no espaço, pois passa a ser um recurso utilizado no processo de dominação da realidade pelos sujeitos. O que faz com que todo território seja composto por um sistema de ações, práticas, conhecimentos que se sustentam por um sistema de códigos, signos, significados, imagens e representações, a partir do poder presente no ato comunicacional (MORAIS, 2016, p.108).

O interlocutor do discurso diverso e ativo que traz a ideia de que o grande demandante e agente controlador do acesso à água na região é o setor energético, que tem a CHESF como instituição de ação local controlada “pelos políticos de Brasília”, fala sobre ações na comunidade que representa, de transformação das relações entre seus componentes, ao mesmo tempo, ele leva sua experiência para a CCR.

[...]comprei uma casa no Rodeadouro e quando eu cheguei lá, funcionava assim...cada um tinha seu barquinho de remo e eles brigavam, eles ficavam disputando aquele passageiro, entendeu? E era aquela briga imensa! Pessoas que vieram da roça, pessoas que não têm instrução e era aquela confusão! Eu aí comecei a fazer, entendeu?! Catequizando eles para fazer uma associação. Vamos fazer uma associação? Vocês trabalham em conjunto, fica muito mais fácil você receber seu dinheiro e eles não aceitavam [...](REPRESENTANTE 5).

Segundo o Representante 5, essa ação resultou em uma maior organização dos barqueiros, maior possibilidade de trabalho e estabilidade financeira. De acordo

com Moraes (2016), os discursos ativos trazem “o novo” nas práticas territoriais, a partir da busca de novos saberes, da experiência com usos dos recursos locais, daqueles comportamentos, ações em busca e conscientes da autonomia do grupo, desta forma, tem-se uma maior capacidade representativa, de realização de projetos, de autogestão e de autogoverno, como foi demonstrado na fala do Representante 5.

Levando em conta a predominância do discurso técnico científico defendido pelos representantes, de modo geral, é importante enfatizar que apesar da CCR revelar uma diversidade discursiva em suas negociações, em relação aos discursos oficiais, isso não quer dizer que não exista uma tendência à homogeneização dos discursos e que ela seja decorrente do uso técnico-científico da linguagem como base para a gestão da água na câmara. O que, também, se caracteriza como contradição interna da instituição e em um processo de exclusão social no âmbito da linguagem, fato que fragiliza sua territorialidade discursiva ativa, sua materialização nas ações da CCR Submédio SF em busca do acesso democrático à água e da autonomia de ação diante do poder hegemônico. Este tipo de exclusão foi identificado pelos povos Tuxá, tonando-se projeto político de resistência indígena.

Com várias estratégias para continuar existindo como grupo indígena e se autodeterminar como donos do nosso destino, a geração de índios Tuxá da qual faço parte (nascidos na nova cidade), se lançou atualmente em um projeto de busca pela educação formal, pelo acesso às universidades e ao domínio dos códigos do conhecimento científico dos brancos. Na verdade, reputo que esse projeto é um movimento geral entre os povos indígenas. É fruto de algo que nós povos indígenas percebemos no contato interétnico com a sociedade ocidental: o poder do papel; a eficácia dos discursos científicos; a legitimidade da ciência (VIEIRA, 2017, p.9).

Por conseguinte, a apropriação do olhar técnico também pode significar uma estratégia discursiva de transformação social: de uma linguagem excludente, em um território de níveis de formação educacional tradicional diferentes, pode se tornar uma linguagem de resistência, quando o grupo favorece a capacitação dos representantes, como um todo, a valorização dos diversos saberes, vivências e olhares sobre eles mesmos.

Esse processo foi identificado em ata e nas reuniões da CCR Submédio SF. O que acontece formal e informalmente, além de ser um processo que leva tempo e vai de encontro, por vezes, ao princípio de eleição dos novos membros, a cada quatro anos.

Por que, na verdade, quando se trata de uma gestão como do comitê de bacias hidrográficas, é importante o conhecimento acadêmico, mas é muito importante o conhecimento de cada membro desse, dessa CCR e conhecimento de vida mesmo, né? Por que, muitas vezes, o que a gente vê na teoria na prática é outra realidade, né? Então, eu acho que deveria existir mais uma interação, mas estamos tentando, né? (REPRESENTANTE 6).

Nasci no mato e me criei no mato mermo. Então, (barulho no ambiente) eu sou presidente da colônia de pescador, lá no meu lugar, eu sou um dos fundadô. E eu cresci muito e aprendi muito com isso, porque eu...a gente é mais (expressões não compreendidas pelo barulho), vai sendo formado e hoje eu tenho um bom conhecimento já...na área de política, sindicato, no comitê de bacia, faço parte de outros comitê, faço parte de conselho de minha cidade, Lagoa Grande. Uma série de coisas eu acompanho, certo? Eu acho que eu ouvi muito, apesar de eu ser quase analfabeto, eu aprendi muito com isso e hoje eu sei andar, sei falar com as pessoa, eu não sabia...resultado...só sabia pescar. E eu aprendi muito, andá e falá e eu falo bem, na minha fala, né? Conheci muita gente, político, prefeito, prefeito das cidade, eu conheço quase tudo, foi um prazer o tempo da CCR. Me procuraram, querendo saber se eu ia continuar. Eu vou continuar sim, só se Deus num quiser, mas se ele quis, eu vou continuar (REPRESENTANTE 2).

E o outro objetivo, estando representando ou não a comunidade acadêmica, a UNIVASF, a Universidade Federal do Vale do São Francisco, é no sentido da mobilização e, conseqüentemente, da conscientização de envolver, cada vez mais técnicos, professores e estudantes no sentido da preservação do rio e dos afluentes (REPRESENTANTE 12).

As percepções oriundas de ações conscientes, intencionais, vão tornando os indivíduos ativos discursivamente, vão fortalecendo a *territorialidade discursiva* ativa no âmbito da CCR Submédio SF, que, em verdade, é luta contra um processo histórico secular de desigualdade social brasileira, em que a educação e a ausência dela são instrumentos de domínio territorial de uma elite que oprime a maior parte da população brasileira para o controle dos recursos, modos e meios de produção. É justamente por isso que se vem construindo uma frágil democracia, processo este, igualmente, representado na fala do Representante 6:

Às vezes, eu me sinto assim, quando a gente faz alguma argumentação, alguém que está a muito mais tempo no comitê, que já tem, que já tá enraizado...que é alguma coisa assim da cabeça.... acha que é crítica, não entendem as coisas. Pensa que nós estamos criticando! Mas, na verdade, não é! Nós estamos querendo colocar o nosso ponto de vista! E, muitas vezes, a gente percebe que não é entendido. E, eu vou ser sincera, às vezes, eu fico pensando bem assim, sabe? Será, que nós estamos no comitê de bacia apenas para constar lá e ficar bonitinho? Dizendo que dentro do comitê de bacias existe povos indígenas participando do processo. Assim, são perguntas que assim, eu tenho me feito bastante, né? Assim, será que é apenas para dizer que os povos indígenas fazem parte do processo? Sabe? Por que eu não sinto muito ser resolvido. É como se estivéssemos só por estar, pra dizer que estamos. Muitas vezes eu sinto isso, sabe?

No que tange ao papel da Universidade diante desta realidade, considerando-a tanto como território de produção da linguagem técnico científica como de sua

legitimação social, cabe a seus membros o reconhecimento de fortalecimento intencional e não intencional dos processos de dominação e de opressão, quando o propósito é de uma conduta consciente do pesquisador de estar junto e, profundamente, dialogar com os povos tradicionais, com as minorias, com aqueles que sofrem as injustiças socioambientais.

Isso significa lembrar e reviver o conhecimento que Paulo Freire legou aos nordestinos, aos brasileiros

Quando tentamos um adentramento no diálogo, como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a *palavra*. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos constitutivos. Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões; ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo. A palavra inautêntica, por outro lado, com que não se pode transformar a realidade, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus elementos constituintes. Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, blablablá. Por tudo isto, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação. Se, pelo contrário, se enfatiza ou exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em *ativismo*. Este, que é ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo. Qualquer destas dicotomias, ao gerar-se em formas inautênticas de existir, gera formas inautênticas de pensar, que reforçam a matriz em que se constituem. A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE, 1987, p.44).

A Universidade tem o poder da palavra, aqueles pesquisadores que estão comprometidos com a transformação social precisam reconhecer e dar ênfase ao poder da voz daqueles que são silenciados, mesmo que parte da instituição ainda mantenha a postura de dominação e de opressão. Então, denomina-se esta pesquisa como uma ação de libertação e humanização mútua, quando e onde ambos *pronunciam a palavra* e, assim, *pronunciam o mundo*.

Considerando a *territorialidade discursiva ativa*, com grande representatividade *passiva* identificada e o conceito sociológico do risco delineado, é visto como urgente a exposição do problema na CCR Submédio SF, com o intento de favorecer

discussões sobre os temas abordados no presente trabalho para amadurecimento, aprofundamento e problematização, na busca por “autoconhecimento” e por conhecimento coletivo, institucional e por justiça socioambiental no seu território.

Ao mesmo tempo, é preciso consolidar o que a CCR Submédio SF entende como risco relativo ao acesso à água a fim de que seja possível, com mais força e coerência, reivindicar ao CBHSF e, por sua vez, à ANA uma gestão de riscos, sob a perspectiva da garantia de acesso democrático à água pela população, tendo como ponto de partida o objetivo de regular o uso da água pelos irrigantes do agronegócio.

É imprescindível, igualmente, cada vez mais, aproximar, compartilhar conhecimentos, dar força à conexão que o rio promove entre as comunidades representadas, entre os próprios representantes, mesmo que existam dissensos, que eles sejam vistos como oportunidade de enriquecimento dos discursos e vivências presentes nos espaços de ação, de recriação e de desenvolvimento da CCR Submédio SF e de sua postura democrática diante do complexo contexto de acesso ou de limitação do acesso à água na região do Submédio São Francisco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tom conclusivo, compreende-se que o formato estabelecido constitucionalmente para a CCR Submédio SF de atuar, na conjuntura de gestão hídrica do rio São Francisco, impõe-lhe claros limites de ação direta em relação à garantia de acesso democrático à água pela coletividade da população da região. Limites esses fortalecidos pela trama sociopolítica de formação territorial brasileira, a qual tem beneficiado grupos sociais tradicionalmente mantenedores de poder sobre a economia nacional e regional.

À vista disso, mesmo constatada uma diversidade discursiva no âmbito de ação da Câmara, refuta-se, em parte, a hipótese formulada para a elaboração da tese, já que essa diversidade possui grandes obstáculos para a sua materialização na representação das demandas dos diversos grupos sociais que compõem o Submédio São Francisco, assim como na efetivação da democratização do acesso à água, favorecendo a manutenção dos discursos da escassez e dos usos hegemônicos da água.

A sistematização histórica do desenvolvimento da CCR Submédio SF, como instância participativa de gestão hídrica da bacia do rio São Francisco, situada na história de formação do CBHSF, foi realizada de forma a suscitar um olhar crítico sobre os documentos oficiais que resguardam “fatos” que compõem essa linha do tempo artificialmente elaborada, com vários “pontos cegos” inscritos nas linhas e entrelinhas destes textos. No entanto, esse conhecimento organizado é imprescindível para o fortalecimento dos discursos ativos identificados ao longo do trabalho.

O conceito de *territorialidade discursiva* favoreceu a identificação do discurso dominante, com base no estudo dos “discursos oficiais sobre a seca” realizado, delineando o percurso histórico de reprodução e de transformação discursiva desde o Brasil Colônia à atualidade. O conceito também favoreceu no aprofundamento da discussão sobre a potencialidade dos discursos dos representantes em relação à materialização de suas pretensões como representantes dos setores que demandam por água na região, por meio da explicação das expressões e limites das territorialidades ativa e passiva da instituição.

Elencam-se algumas ações de fortalecimento da *territorialidade discursiva* ativa da instituição: faz-se urgente a reivindicação por uma gestão de risco oficial por parte da CCR Submédio SF, visto que durante uma seca prolongada, o agronegócio só

cresce, sem deixar de lado a abertura de novos canais da Transposição do rio São Francisco, no ano de 2018, que agrava ainda mais os conflitos de uso e fragiliza o ideal de acesso democrático à água. Faz parte desse processo a união e o fortalecimento destes representantes ativos, nas tomadas de decisão em que os representantes dos setores energético e irrigante estejam presentes, em busca de flexibilizações e de benefícios nas ações de acesso à água, para que o acesso democrático se estabeleça como prioridade de gestão no âmbito da CCR Submédio SF.

Faz-se pertinente a inserção mais forte do discurso da água como “um outro estado de vida” na esfera da CCR Submédio SF, para dar equilíbrio ao discurso fortemente passivo, ainda preso ao valor utilitário da água, mas buscando, também, reconhecer e defender o rio como riqueza natural, espiritual e sociocultural.

No que tange à representatividade, vê-se como fragilidade o não aprofundamento do conhecimento sobre os povos tradicionais e de seus territórios na região do Submédio São Francisco, além da busca mais incisiva por uma representação mais justa destes povos. Existem trabalhos acadêmicos sobre os povos indígenas e quilombolas que poderiam ser divulgados nos espaços da CCR Submédio SF, alguns deles referenciados por esse trabalho, para traçar estratégias mais efetivas sobre os casos mais sensíveis de acesso.

No que tange ao setor irrigante, é urgente a implementação de ações públicas mais firmes, estruturadas e com articulação dos diversos grupos sociais afetados, em direção à regulação mais eficiente e rígida diante do uso da água pelo agronegócio. É preciso produzir dados, conhecimentos técnico-científicos, culturais, espirituais, tradicionais sobre o uso sem limites, sobre a intoxicação decorrente do uso de agrotóxico nas suas atividades, no intuito de respaldar documentos oficiais, processos, leis, mecanismos de controle do uso, etc.

Fica difícil acreditar no avanço de processos democráticos neste momento histórico brasileiro de retrocesso, de perda de direitos básicos como a educação e de opressão de valores de justiça, de igualdade, de respeito à diversidade, mas é preciso perseverar nos embates políticos, fazendo da ciência, que por vezes também legitima o discurso hegemônico, um instrumento de resistência e transformação social, a partir do discurso ativo e não oficial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, A. B. O conceito de risco socialmente aceitável como componente crítico de uma gestão do risco aplicada aos recursos hídricos. **7º Congresso das águas**. Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.aprh.pt/congressoagua2004/PDF/97.PDF>. Acesso em: 20 de out. de 2015.

ALMEIDA, A. B. **Gestão da Água: incertezas e riscos, conceptualização operacional**. Campo Grande: Esfera do Caos, 2011.

ALMEIDA, A. B. Gestão do risco e da incerteza: conceitos e filosofia subjacente. **Realidades e desafios na gestão dos riscos: diálogo entre as ciências e utilizadores**, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/978-972-8330-23-1_2. Disponível em: https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/35747/1/Realidades_artigo2.pdf?ln=pt-pt. Acesso em: 23 de out. de 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez editora, 2011.

ALBUQUERQUE, G.C.A.; CÂNDIDO, G.A. Capital social e desenvolvimento no submédio São Francisco. In: LIRA, W.S.; CÂNDIDO, G.A. (orgs). **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa**. Campina Grande, EDUEPB, p.123-147, 2013. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxj5n/pdf/lira-9788578792824-05.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2018.

ANDRADE, M.C. **Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar EDITORES, 1982.

ANDRADE, M.C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. L.;(orgs). **Território, Globalização e Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ANDRADE, M.C. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, J.A.; NUNES, M.A. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. **Revista espinhaço**, p. 28-39, 2014. Disponível em: Acesso em: <http://oaji.net/articles/2015/2253-1440180303.pdf>. Acesso em: 12 de jun. de 2018.

ARAÚJO, T.B. **Nordeste, Nordestes: que nordeste?** Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. Disponível em:

http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 20 de out de 2018.

ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (AGB Peixe Vivo). **7ª Alteração do Estatuto Social**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/04/7%C2%AAALTERA%C3%87%C3%83O-DO-ESTATUTO-SOCIAL-versao-final-aprovada-reuniao-AG-30-10-2...-1.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2019.

ASSIS, J.M.O.; SOUZA, W.M.; SOBRAL, M.C. Análise climática da precipitação no Submédio da bacia do rio São Francisco com base no índice de anomalia de chuva. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais- RBCIAMB**, n.36, p.115-127, 2015. DOI: 10.5327/Z2176-94782015n36ED. Disponível em: <http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/Ed36.pdf>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

ASSIS, J.M.O. **Variabilidade do clima e cenários futuros de mudanças climáticas no trecho submédio da bacia hidrográfica do rio São Francisco**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil Área de Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/286>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

ASSUNÇÃO, A.L. Representação e discurso midiático: reflexões em torno da produção de sentido. *In*: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.L.; MENEZES, W.(orgs); **Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Núcleo de Análise do Discurso; Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos; Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, 2006.

BECK, U. **Risk Socyety: toward a new modernity**. London: SAGE Publications, 1992.

BEDOR, C.N.G.; RAMOS, L.O.; PEREIRA, P.J.; RÊGO, M.A.V.; PAVÃO, C.A.; AUGUSTO, L.G.S. Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.12, n.1, p39-49, 2009. DOI: 10.1590/S1415-790X2009000100005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250034611_Vulnerabilidades_e_situacoes_de_riscos_relacionados_ao_uso_de_agrotoxicos_na_fruticultura_irrigada. Acesso em: 25 de fev. de 2018.

BRANDÃO, H. H. N.; **Introdução a análise do discurso**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. **Lei 11445**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; Brasília: Ministério da Justiça, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 19 de out de 2015.

BRASIL. **Lei 9433**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília: Ministério da Justiça, 1997. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm . Acesso em: 19 de out. de 2015.

BRASIL. **Lei 9.984**. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e responsável pela instituição de normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico. Brasília: Ministério da Justiça, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9984.htm. Acesso em: 19 de out. de 2015.

BRASIL. **Caderno da Região Hidrográfica do São Francisco**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/161/publicacao/161_publicacao03032011023538.pdf. Acesso em: 1 de maio de 2018.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDNmZTA5Y2ltNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJINzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjJiMjY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZyNDY3NTJmMDNINCislmMiOjF9>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO (CCR Submédio SF). **Ata da Segunda Reunião Ordinária, Gestão 2010/2013, Campo Formoso**. Bahia: AGB Peixe Vivo, 2012.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Ata da Primeira Reunião Ordinária, Gestão 2013/2016, Petrolina**. Pernambuco: AGB Peixe Vivo, 2013.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Ata da Segunda Reunião Ordinária, Gestão 2013/2016, Santa Maria da Boa Vista**. Pernambuco: AGB Peixe Vivo, 2013.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Ata da Terceira Reunião Ordinária, Gestão 2013/2016, Remanso**. Pernambuco: AGB Peixe Vivo, 2014.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Ata da Quarta Reunião Ordinária, Gestão 2013/2016, Águas Belas**. Pernambuco: AGB Peixe Vivo, 2014.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Ata da Quinta Reunião Ordinária, Gestão 2013/2016, Curaçá**. Bahia: AGB Peixe Vivo, 2014.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Ata da Primeira Reunião Ordinária, Gestão 2016/2020, Juazeiro**. Pernambuco: AGB Peixe Vivo, 2016.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Ata da Segunda Reunião Ordinária, Gestão 2016/2020, Juazeiro**. Pernambuco: AGB Peixe Vivo, 2016.

CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Ata da Terceira Reunião Ordinária, Gestão 2016/2020, Petrolina**. Pernambuco: AGB Peixe Vivo, 2016.

CAMARGO, C.S. **A água e seus fluxos: ação coletiva, conflitos territoriais e povos indígenas na transposição do rio São Francisco**. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

CAMPOS, J.N.B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, p.65-88, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/05.pdf>. Acesso em: 12 de jun. de 2018.

CASTILHO, C. J. M. Do (des) respeito à complexidade ambiental no processo de formação do território brasileiro. In: GALVÍNCIO, Josiclêda Domiciano; OLIVEIRA, Valéria Sandra de; SOUZA, Werônica Meira de. (orgs.). **Mudança climática, sociedade, cidade e meio ambiente**. Recife: Editora da UFPE, 2017.

CASTILHO, C. J. M. **O uso da natureza na gestão urbana – dilema entre o direito e a privatização da natureza**: análise de discursos crítica a partir das territorialidades ameaçadas pelas políticas urbanísticas higienistas e gentrificadoras em torno de águas fluviais da cidade (Programas de Graduação e Pós-Graduação em Geografia; Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

CASTRO, J. **Geografia da fome** (O dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. Disponível em: <http://www.zorraquino.com.br/textos/eco-social/geografia-da-fome-josue-decastro.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES (CEPED). **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991-2010**. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CAD UFSC, 2012. v. Brasil. Disponível: <http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev.pdf>. Acesso em: 3 de nov. de 2015.

CHILCOTE, R.H. **Transição Capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

COELHO, R.L.L.C. **Política, gestão e cidade**. Política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) -Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (CBHSF).

Deliberação nº6. Belo Horizonte, 2003. Disponível em:

http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/?wpfb_dl=595. Acesso em: dez. de 2018.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2004-2013).**

Com as modificações introduzidas pela Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos do CBHSF. Salvador, 2004. Disponível em:

<http://saofrancisco.cbh.gov.br/docs/planos/PlanoDecenaldeRecursosHidricos.pdf>.

Acesso em: 19 de out. de 2016.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Regimento Interno do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco**, com alterações

feitas na plenária de Salvador. Salvador, 2007. Disponível em:

<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/documentacao/regimento/>. Acesso em: 8 de nov. de 2017.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Ata da XXVII Plenária Ordinária do CBHSF.** Penedo, 2016a. Disponível em:

http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/download/ATAS/atas_do_ano_de_2016/ATA-XXXI-PlenaCC81ria-OrdinaCC81ria-01-e-02_12_2016-Penedo_AL-APROVADA.PDF. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Resumo**

Executivo do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (2016-2025). Alagoas, 2016b. Disponível em:

https://issuu.com/cbhsaofrancisco/docs/resumo-executivo-pdrh-2014_2025. Acesso em: ago. de 2017.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco- BBHSF (2016-2025).** Alagoas, V.1, 2016c. Disponível em:

https://issuu.com/cbhsaofrancisco/docs/resumo-executivo-pdrh-2014_2025. Acesso em: ago. de 2017.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco- BBHSF (2016-2025).** Alagoas, V.2, 2016d. Disponível em:

https://issuu.com/cbhsaofrancisco/docs/resumo-executivo-pdrh-2014_2025. Acesso em: ago. de 2017.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **A bacia:** principais características. Belo Horizonte, 2017. Disponível em:

<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/a-bacia/>. Acesso em: junho de 2017.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Deliberação nº40.** Belo Horizonte, 2008. Disponível em:

http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/?wpfb_dl=571 . Acesso em: dez. de 2018.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Deliberação nº52**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/?wpfb_dl=571 . Acesso em: dez. de 2018.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Ata da XXVII Plenária Ordinária do CBHSF**. Petrolina, 2015. Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/download/ATAS/atas_do_ano_de_2015/ATA%20%20XXVII%20Plen%C3%A1ria%20Ordin%C3%A1ria%2021%20e%2022%2005%202015%20Petrolina.pdf. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Guia do Representante**. Esta publicação é um produto do contrato nº 21/2016. Ato Convocatório 005/2016. Contrato de Gestão nº14/ANA/2010. Portal do CBHSF: Tanto Expresso: comunicação e mobilização social. Belo Horizonte, 2016.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **O Comitê da Bacia do Rio São Francisco**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/o-cbhsf/o-que-e-um-comite-de-bacia/>. Acesso em: 8 de nov. de 2017.

CORREIA, S.O.B. Governança ambiental no Brasil: entraves e legitimações. In: **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. Recife, v. 05, n. 02, p. 333-350, 2016. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=governan%C3%A7a+ambiental+no+brasil%3A+entraves&qsn=&form=QBRE&sp=1&pq=governan%C3%A7a+ambiental+no+brasil&sc=030&sk=&cvid=5CE2C6E8958E4C328E0285DD7C796290>. Acesso em: 12 de nov. de 2017.

CRUZ, F.S.M. **Quando a terra sair', os índios Tuxá de Rodelas e a barragem de Itaparica**: memórias do desterro, memórias da resistência. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CUNHA, E. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em: 22 de março de 2017.

CUNHA, B, P; ARAÚJO, A.R.; FILHO, A.A.L. O Rio Doce como sujeito de direitos: um estudo de caso acerca da tragédia da Samarco. In: ARAÚJO et al (orgs). **Crise, complexidade ambiental e o papel do direito na Gestão Hídrica do Nordeste**. Campina Grande, p.51-77, EDUEPB, 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Subsídios técnicos para a indicação geográfica de procedência do Vale do Submédio São Francisco: uva de mesa e manga. **Documentos online 222**. Petrolina: EMBRAPA Semiárido, 2009. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/580188/1/SDC222.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Norman Fairclough; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GARCIA, L.; WANDERLEY, M.M. **Das águas encantadas às águas da ilusão: o caso da transposição do São Francisco**. Curitiba: Editora Brazil publishing, 2018.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. Disponível em:
<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Giddens,%20Anthony/ANTHON%20GIDDENS%20-%20As%20Consequencias%20da%20Modernidade.pdf>. Acesso em: 28 de maio 2018.

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (GMA). **Diagnóstico socioassistencial População Indígena e Quilombola**. Pernambuco, 2014. Disponível em:
http://www.sedsdh.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13863443&folderId=13941831&name=DLFE-67405.pdf. Acesso em: 5 de maio de 2019.

GONÇALVES, E.L. **OPARÁ: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997. Disponível em:
<http://www.esmeraldolopes.com/arquivos/OPARA.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

GONÇALVES, V.B. O princípio da precaução e a gestão dos riscos ambientais: contribuições e limitações dos modelos econômicos. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVI, n. 4, pp. 121-140, 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v16n4/08.pdf>. Acesso em :15 de out de 2015.

GONÇALVES, CW. Água não se Nega a Ninguém (A necessidade de ouvir outras vozes). In: PERREIRA, C.; ALIMONDA, H. (orgs). **Políticas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília, p.115-144, 2005. Disponível em:
http://www.niesbf.uerj.br/arquivos/Ecologia20Politica_Escobar.pdf. Acesso em: 5 de maio de 2019.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 25º ed, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9771&t=resultados>. Acesso em:12 de jun.de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (IPEA). Democracia e desenvolvimento no brasil contemporâneo: conflitos e articulação de interesses no projeto São Francisco. In: IPEA, **Texto para discussão / Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: Acesso em: 12 de jun. de 2018.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2014: Synthesis Report. In: R.K.Pachauri; L.A. Meyer (eds.). **Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Geneva: Switzerland, 2014. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>. Acesso em: 21 de out. de 2015.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 9.ed São Paulo: Editora Perspectivas S.A., 1970.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthorpos, 1986.

LIMA, J. E. F. W. **Recursos hídricos no Brasil e no mundo**. Planaltina: Embrapa cerrados, 2001. Disponível em: http://www.google.com/url?sa=D&q=http://www.cpac.embrapa.br/download/261/t&usg=AFQjCNEI1fun_iv_1I79dlRWKL-TAZ9slQ. Acesso em: 30 de out. de 2015.

LISBOA, A.H. A transmutação das águas encantadas em águas da ilusão (Prefácio). In: GARCIA, L.; WANDERLEY, M.M. **Das águas encantadas às águas da ilusão: o caso da transposição do São Francisco**. Curitiba: Editora Brazil publishing, 2018.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: re (ler) Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes Editores, 2003.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MASCARENHAS, A.C.M. **Conflitos e gestão das águas: o caso da bacia hidrográfica da bacia do rio São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/7936/1/2008_AnaCristinaMonteiroMascarenhas.pdf. Acesso em: 5 de nov. de 2017.

MEDEIROS, A.H.C; OLIVEIRA, O.R; MARQUES, E.A.T; ASSIS, J.M.O; SOBRAL, M.C. Análise temporal do uso do solo no trecho Submédio da bacia hidrográfica do rio São Francisco. **Sustentare**: periódico eletrônico do programa de mestrado profissional em Sustentabilidade e Recursos Hídricos da Universidade do Vale do rio Verde. Edição especial II, SBHSF, p. 69, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5892/st.v0i0.5218>. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/sustentare/article/view/5218>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

MEIER, M. A.; BASSO, L.A. A representação e a representatividade social do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim/RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 18, n. 3, p.117-134, 2014. DOI: 10.5902/2236499414871. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/14871/pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2015.

MELO NETO, J. C. **Obra completa**: volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MENEZES, M.S.S.; ASSIS, L.V. As múltiplas faces da exclusão social na concretude do direito universal e humano de acesso à água e ao saneamento básico. *In*: ARAÚJO et al (orgs). **Crise, complexidade ambiental e o papel do direito na Gestão Hídrica do Nordeste**. Campina Grande, p. 393-422, 2019.

MONTENEGRO, A. A.A.; MONTENEGRO, S.M.G.L. Olhares sobre as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. *In*: GHEYI et al. (eds). **Recursos Hídricos em regiões semiáridas: estudos e aplicações**. Instituto Nacional do Semiárido; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, p.2-27, 2012. Disponível em: http://www.insa.gov.br/wp-content/themes/insa_theme/?acervo/recursos-hidricos-II.pdf. Acesso em: 15 de out. de 2015.

MORAIS, H.A. **Territórios, Territorialidades e discursos em torno dos projetos de assentamentos rurais em Passira-PE: uma análise discursiva do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

MORAIS, H.A. O processo de inclusão socioterritorial das famílias no projeto de assentamento independência: territorialidades e discursos ativos em torno da luta pela terra. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 05, N. 02, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5842645>. Acesso em: 5 de julho de 2018.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo : Cortez ;Brasília : UNESCO, 2000.

MORIN, E. **O método**. 2.ed. Portugal: Publicações Europa-América LTDA, 1977.

MORIN, E. **Como viver em tempo de crise?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NETO, N.C. A importância estratégica do Submédio da bacia hidrográfica do rio São Francisco no semiárido. *In*: **IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Salvador/BA** – 25 a 28 de novembro, 2013. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VIII-011.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

NOGUEIRA, R. **Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002. Disponível em: <http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/350.pdf>. Acesso em: 28 de ago. de 2016.

NOGUEIRA, F.R.; OLIVEIRA, V.E.O.; CANIL, K. Políticas públicas regionais para gestão de riscos: o processo de implementação no abc, sp. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo: v. XVII, n. 4, p. 177-194, out-dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000400010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 de out.2015.

OLIVEIRA, A.R.S.; SILVA, C.H.; Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. **Caderno de Geografia**, v.27, n.49, p. 411-426, 2017. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2017v27n49p411. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/p.2318-2962.2017v27n49p411/11329>. Acesso em: 13 de mar. de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **O direito humano à água e ao saneamento**. Zaragoza, 2011. Disponível em:

http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_milestones_por.pdf . Acesso em: 12 de jun. de 2018

ORLANDI, E. P.; **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, E. P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto. Brasília, ano 14, n.61, jan. /mar. 1994.

PAES, R.A. **Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável no Submédio São Francisco**. Dissertação (Gestão Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Orlandi, E. P. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PHILIPPI JR, A. et al. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. **Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG)**. Brasília: v. 10, n. 21, p. 509 – 533, out, 2013. DOI: 10.21713/2358-2332.2013.v10.423. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/423> . Acesso em: 5 de nov. de 2015.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Água não se Nega a Ninguém (A necessidade de ouvir outras vozes). In: **Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005, p.115-144.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RESENDE, V.M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SADER, E. **Que Brasil é esse?** Dilemas do século XXI. São Paulo: Atual, 1999.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. L.; (Orgs) **Território, Globalização e Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, R.A.B. **Nas sombras da família Coelho**: a dinâmica de uma dominação política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13830/1/RuyterABS_TESE.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2018.

SEATTLE, C. **Carta do Cacique Seattle**. Disponível em: <http://www.unisinus.br/ensino-propulsor/carta-do-cacique-seattle/>. Acesso em: 19 de dezembro de 2019.

SEREJO, T.C.L. **Coronéis sem patente**: a modernização conservadora no sertão pernambucano. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

SERGIPE. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe. **Caracterização Geral da bacia Hidrográfica do rio São Francisco**. Disponível em: <http://www.semarrh.se.gov.br/comitesbacias/modules/tinyd0/index.php?id=48>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

SILVA, C. M. L. **Estudo das dinâmicas territoriais do município de Petrolina-PE**: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local) -Universidade de Pernambuco, Faculdade de Ciências da Administração, Pernambuco, 2012.

SILVA, R.M.A. ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a16.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

TEIXEIRA, S. C. A economia política da transformação do nordeste: de Furtado a Unger. *In*: **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, 2014, p. 201-214.

VASCONCELOS. E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

VIEIRA, A.F.J. **Os índios tuxá na rota do desenvolvimento**: violações de direitos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

WOLKMER, M.F.S.; PIMMEL, N.F. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Sequência**. Florianópolis: n. 67, p. 165-198, 2013. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n67p165>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/seq/n67/07.pdf>. Acesso em: 2 de nov. de 2017.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1. Quantas pessoas moram em sua residência?
2. Quantas pessoas desta residência trabalham?
3. Você está trabalhando?
4. Qual a atividade que você desenvolve?
5. Assinale a renda mensal de sua família:
Até 01 salário mínimo
01 a 03 salários mínimos
04 a 10 salários mínimos
10 a 20 salários mínimos
Acima de 20 salários mínimos
6. Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais (Bolsa Família, Benefício de Assistência Social, etc.)?
7. A sua residência se localiza em que cidade?
Fica em:
Zona Urbana
Zona Rural
8. A sua residência é um:
Imóvel próprio
Imóvel Alugado
9. Sua casa possui:
Rede de Esgoto
Fossa
Banheiro
Chuveiro
Água Encanada
Rede Elétrica
10. Sexo
11. Idade
12. Qual seu grau de escolaridade?
Não alfabetizado
Ensino fundamental incompleto.
Ensino fundamental completo.
Ensino médio incompleto.
Ensino médio completo.
Ensino superior incompleto.
Ensino superior completo.
Pós-graduação incompleta
Pós-graduação completa

APÊNDICE B - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

1. Sob qual contexto nacional e regional a CCR foi institucionalizada?
2. Quais foram os princípios fundantes da CCR?
3. Estes princípios ainda estão presentes no processo de gestão?
4. Quais foram os projetos que obtiveram sucesso e aqueles que não obtiveram?
5. Quais motivos você atribui ao sucesso e ao insucesso?
6. Quais os conflitos de maior recorrência vividos nos processos decisórios de gestão liderados pela CCR?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A AGB PEIXE VIVO

1. Quando você deu início ao seu trabalho na CCR?
2. Você teve acesso a informações sobre o processo de institucionalização da CCR?
3. Como você encontrou a CCR quando chegou, em relação ao registro organizacional e histórico da instituição?
4. Você considera a participação dos membros nas reuniões efetiva?
5. Quais foram os projetos que obtiveram sucesso e aqueles que não obtiveram?
6. Quais motivos você atribui ao sucesso e ao insucesso?
7. Quais os conflitos de maior recorrência vividos nos processos decisórios de gestão liderados pela CCR?
8. O acesso à água é um assunto debatido pelos membros?

APÊNDICE C - SÍNTESE DAS REUNIÕES

Primeira Gestão

CARACTERÍSTICAS	Triunfo-PE (21-08-2012)	Campo Formoso-BA (12-09-2012)
QUÓRUM	Ausência de documento	Ausência de documento
PAUTA	Plano Plurianual; Adutora Pajeú; Vazão do lago de Sobradinho;	Ausência de pauta clara; Plano Plurianual; Regimento Interno; Representação baiana na CCR Submédio SF; Projetos; Visita técnica à nascente do rio Pacui, afluente do rio Salitre.
PRINCIPAIS DECISÕES	_____	Documento à AGB Peixe Vivo e DIREC com pedido de suspensão do projeto Adutora do rio Pajeú por 30 dias;
CONFLITOS	Reunião entre CCR Submédio e CCR Baixo São Francisco, representantes solicitam e o coordenador coloca empecilhos, além de colocar a AGB como reguladora da CCR; Diversas solicitações e críticas foram feitas à CHESF por parte dos representantes, inclusive sobre a linguagem das apresentações dos dados comunicados pela instituição;	O coordenador coloca a AGB como uma instituição reguladora da CCR e representantes alegam que ela é norteada pelas decisões deles e não o contrário.

Segunda Gestão

CARACTERÍSTICAS	Petrolina-PE (23-10-2013)	Santa Maria da Boa Vista –PE (22-11- 2013)
QUÓRUM	13 representantes.	9 representantes.
PAUTA	Posse do novo coordenador; apresentação dos membros da CCR; avaliação de Ata de Reunião não presente nos documentos da CCR Submédio SF em Miguel Calmon-BA; Projetos hidroambientais; Palnos Municipais de Saneamento Básico.	Apresentação do Comitê e da CCR Submédio SF para representantes da sociedade civil presentes.
PRINCIPAIS DECISÕES	Ficou definido que as reuniões da nova gestão iniciariam em fevereiro de 2014, com atas enumeradas e cidades escolhidas; Foram formados o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão – GACG, o Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio São Francisco –GTOSF e a Câmara Técnica de Articulação Institucional – CTAI.	_____
CONFLITOS	Membro expõe o impacto da vazão restritiva, imposta pela CHESF, para a navegação no rio São Francisco; Representante do INEMA denuncia barragens ilegais em leitos de rios pequenos como Salitre.	Membro expõe o impacto da vazão restritiva, imposta pela CHESF, para a navegação no rio São Francisco; Denúncia sobre uso da água em perímetros irrigados “pequenas transposições”.
CARACTERÍSTICAS	Remanso (21-02-2014)	Águas Belas –PE (22-07-2014)
QUÓRUM	10 representantes.	13 representantes.
PAUTA	Busca por parcerias; Problemáticas locais; Campanha “ Eu viro carranca pra defender o Velho Chico”; Elaboração de projetos;	Situação do rio São Francisco e o que CBHSF e governo têm feito; Plano Municipal de Saneamento Básico;
PRINCIPAIS DECISÕES	_____	Denúncia, pelo Presidente da Colônia de Sobradinho, sobre a venda das ilhas fluviais nos municípios de Casa Nova-BA e Sobradinho-BA, levada para investigação ao CBHSF.
CONFLITOS	Membros concordam com parceria entre CCR e estados, quando outros discordam veementemente.	_____
CARACTERÍSTICAS	Curaçá-BA (07-08-2014)	Salgueiro (03-12-2014)
QUÓRUM	14 representantes.	11 representantes..

PAUTA	Apresentação da CCR e CBHSF para a comunidade; Vazões restritivas e suas consequências; Construção de barragens e violências associadas; Projeto de revitalização da Microbacia do Riacho do Mocambo;	Setor elétrico e populações no contexto de uso das águas do rio; Transposição; Projetos Hidroambientais;
PRINCIPAIS DECISÕES		
CONFLITOS	De um lado estão os ecossistemas que dependem do rio e o compõem, as comunidades tradicionais que vivem diretamente dele, as populações que dependem de sua água para manter a rotina, os navegantes e os irrigantes, do outro lado está a CHESF, representando o setor hidroelétrico.	
CARACTERÍSTICAS	Abaré-BA (29-04-2015)	Salgueiro (08-07-2015)
QUÓRUM	9 representantes.	11 representantes.
PAUTA	Relato sobre a visita técnica ao Riacho do Bom Passar, rio afluente do São Francisco, situado entre os municípios de Abaré-BA e Curaçá-BA;	Estiagem na região; CBHSF; cobrança de uso da água; projetos hidroambientais; Denúncia de exclusão de populações ribeirinhas;
PRINCIPAIS DECISÕES		Regiões escolhidas para a realização da terceira família de projetos hidroambientais.
CONFLITOS	CODEVASF como responsável por degradação do Riacho Bom Passar.	Alto preço cobrado à Compesa pelo uso da água e baixo custo para o Agronegócio; Assuntos financeiros relacionados à campanha "Eu viro Carranca para Defender o Velho Chico"; Privilégios relacionados a projetos hidroambientais;
CARACTERÍSTICAS	Rodelas-BA (11-11-2015)	Juazeiro-BA (12-05-2016)
QUÓRUM	8 representantes.	9 representantes.
PAUTA	Consulta pública CBHSF; ENCOB; relato de visita em quatro projetos hidroambientais: em Afogados da Ingazeira, Brejinho, Ibimirim-PE e Mocambo, em Curaçá- BA.	Eleições para a nova gestão; Campanha "Eu viro carranca para defender o Velho Chico";
PRINCIPAIS DECISÕES		
CONFLITOS	Comunidades dos projetos requerem transparência das empresas que os realizam.	Diversos usos são pontuados, desafios e desigualdades no acesso são caracterizadas.
CARACTERÍSTICAS	Juazeiro-BA (21-06-2016)	
QUÓRUM	11 representantes.	
PAUTA	Repasse financeiro AGB Peixe Vivo; Campanha "Eu viro carranca para defender o Velho Chico";	
PRINCIPAIS DECISÕES		
CONFLITOS		

Terceira Gestão

CARACTERÍSTICAS	Petrolina-PE (18-11-2016)	Floresta-PE (09-03-2017)
QUÓRUM	19 representantes.	15 representantes.
PAUTA	Apresentação da equipe de gestão; Atividades prioritárias a serem executadas; aprovação de ata da reunião anterior; Projetos hidroambientais;	Projetos hidroambientais; Transposição; Houve solicitação de Câmara Técnica específica para as comunidades tradicionais;
PRINCIPAIS DECISÕES	Formação de câmaras técnicas compostas pelos representantes desta CCR: Comissão de Acompanhamento de Projetos, o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, a Câmara Técnica de Articulação Institucional;	
CONFLITOS		Os aquíferos Bambuí e Urucuiá da Bacia do rio São Francisco, extremamente importantes para a sua recarga de água, estão em processo de exploração demasiada com a instalação de poços artesianos ilegais;

		Representante do Poder Público de Floresta relatou que o município serve como passagem para a água da Transposição, mas cerca de 18 comunidades deslocadas para a instalação de Itaparica, em vilas agrícolas, que deveriam se beneficiar delas, encontram-se desassistidas; Comunidades indígenas são abastecidas por carros-pipa.
CARACTERÍSTICAS	Paulo Afonso-BA (03-06-2017)	Águas Belas (10-08-2017)
QUÓRUM	19 representantes.	16 representantes.
PAUTA	Transposição; Projetos hidroambientais; Plano de Recursos Hídricos; Recursos Hídricos e Reuso da água;	Visita técnica à aldeia Funi-ô e à Associação Comunitária Remanescente dos Quilombolas de Tanquinhos; Seminário "A Algarobeira Prosopis Juliflora no Bioma Caatinga", EMBRAPA Semiárido; Nova Metodologia de cobrança pelo uso das águas; Tutorial de Projetos Hidroambientais; Seminário Recaatingamento, por parte de membro titular da CCR, também representante do IRPAA.
PRINCIPAIS DECISÕES	_____	Tutorial dos projetos não teve aprovação por não ter demonstrado adequação dos projetos ao Plano de Recursos Hídricos e ao Plano Plurianual.
CONFLITOS	_____	A nova metodologia de cobrança pelas águas foi explanada pela assessoria técnica da AGB Peixe Vivo, alegando que os grandes usuários da água pagam mais por ela, discurso que uma quantidade relevante de membros da CCR Submédio SF combate;
CARACTERÍSTICAS	Chorrochó-BA (19-10-2017)	
QUÓRUM	18 representantes.	
PAUTA	Aprovação de ata da reunião de Águas Belas; CHESF; Seminário "Agroecologia e Mudanças Climáticas".	
PRINCIPAIS DECISÕES	Tutorial de projetos aprovado no formato de cartilha, além de exigida a protocolização dos projetos junto à AGB Peixe Vivo e a devolução daqueles não aprovados com pertinente justificativa.	
CONFLITOS	_____	